

# **OS CURSOS NOTURNOS NA UNICAMP NUM CONTEXTO DE CRISE DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA**

**Dirce Djanira Pacheco e Zan**

Este exemplar corresponde à  
redação final da Dissertação  
defendida por Dirce Djanira  
Pacheco e Zan e aprovada pela  
Comissão Julgadora.

Data: 30/04/96

Assinatura: Dirce Djanira Pacheco e Zan

|              |                                     |
|--------------|-------------------------------------|
| UNIDADE      | BC                                  |
| N.º CHAMADA: | 1/UNICAMP                           |
|              | Z15c                                |
| V.           | Ex                                  |
| TCMBO BC/    | 27.685                              |
| PROC.        | 667/96                              |
| C            | <input type="checkbox"/>            |
| D            | <input checked="" type="checkbox"/> |
| PREÇO        | R\$ 11,00                           |
| DATA         | 21/05/96                            |
| N.º CPD      | 1                                   |

CM-00088499-3

# FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP

Z15c Zan, Dirce Djanira Pacheco  
Os cursos noturnos na UNICAMP num contexto de crise da universidade brasileira / Dirce Djanira Pacheco Zan. -- Campinas, SP : [s.n.], 1996.

Orientador : Lúcia Mercês de Avelar.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de educação.

1. Universidade Estadual de Campinas. 2. Universidades e faculdades - Brasil. 3. Ensino superior. 4. Democratização da educação. 5. Escolas noturnas. I. Avelar, Lúcia Mercês de.
- II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação.
- III. Título.

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do Título de MESTRE em EDUCAÇÃO na Área de Concentração de Ciências Sociais Aplicadas à Educação à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação da Profa. Dra. Lúcia Avelar.

Comissão Julgadora:

Luís António  
Coelho

*Para José Roberto Zan e*

*para meus pais, Dalva e Dirceu.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço em especial às pessoas que possibilitaram a realização dessa pesquisa através do auxílio e das indicações com relação à coleta do material necessário: aos funcionários da Assessoria Técnica de Mesa (ATM) da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo; às funcionárias da Comissão Central de Graduação (CCG/UNICAMP); aos funcionários do Conselho Universitário (CONSU/UNICAMP); ao pessoal da Associação de Docentes da UNICAMP (ADUNICAMP); ao Sindicato dos Trabalhadores da UNICAMP (STU), especialmente ao Jefferson Ruiz; à Comissão Nacional de Vestibulares da UNICAMP (CONVEST); à assessoria do Deputado Federal Ivan Valente; aos professores da FE/UNICAMP, Helena Freitas, Corinta Grisólia Geraldi e Newton Bryan; à Cristiane Machado e ao amigo Antônio de Almeida.

Foi também de fundamental importância para a realização desse trabalho, os depoimentos do Deputado Ivan Valente e do professor Ricardo Bacci (IMECC/UNICAMP), aos quais sou muito grata.

Agradeço ainda à professora Lúcia Avelar pela orientação e confiança no meu trabalho; ao CNPq pelo financiamento; à banca de qualificação pelas sugestões e à professora Célia Pezzolo de Carvalho (USP/Ribeirão Preto) pela atenção e sugestões quando o projeto ainda nem estava bem definido.

Meu muito obrigado também às pessoas amigas que acompanharam o processo desse trabalho, especialmente aos meus pais, ao João Vicente, “Ferrugem” e Joanna, que estiveram torcendo a todo momento; à amiga Eliana pela ajuda, preocupação e carinho constantes e ao Zan pela contribuição, pelo conforto e paciência durante todo o trabalho, principalmente nos momentos de maior tensão.

## ÍNDICE

### Páginas

|                                                                                                        |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Introdução.....                                                                                        | 1   |
| Cap. I - Elementos para um Diagnóstico da Crise da Universidade<br>Brasileira.....                     | 6   |
| Cap. II - A Trajetória da UNICAMP em Meio à Crise.....                                                 | 42  |
| Cap. III - O Acirramento da Crise e as Demandas Sociais pelos<br>Cursos Noturnos.....                  | 69  |
| Cap. IV - A Tentativa de Gerir a Crise da Universidade: o caso da<br>UNICAMP e os cursos noturnos..... | 84  |
| Considerações Finais.....                                                                              | 133 |
| Bibliografia Consultada.....                                                                           | 138 |

## RESUMO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa realizada sobre a implantação dos cursos noturnos na UNICAMP durante o período que se estende do final dos anos 80 ao início da década de 90. As ações dos diferentes sujeitos envolvidos na criação desses cursos são analisadas aqui a partir de um contexto de acirramento da crise de legitimidade e da crise institucional da universidade brasileira. Em meio à esse processo, vários fatores levaram à criação dos cursos noturnos na UNICAMP. Neste trabalho, procuro demonstrar e analisar a influência de alguns deles, tais como: os diagnósticos e propostas de organismos internacionais visando uma maior eficiência e produtividade do ensino superior brasileiro; a determinação constitucional que garante a abertura de um mínimo de 30% de vagas em período noturno nas universidades estaduais de São Paulo; e a demanda por ensino superior noturno vinda de alguns setores da sociedade de Campinas e região. A investigação privilegiou os debates que ocorreram durante os trabalhos da Constituinte Paulista referentes a essa questão, bem como as discussões internas na UNICAMP e a mobilização de setores da sociedade campineira para a implantação desses cursos. Procuro demonstrar que a abertura dos novos cursos noturnos na UNICAMP representa, por um lado, uma resposta à reivindicação de setores populares pelo ingresso numa instituição pública de ensino superior e, por outro, a tentativa de parte da burocracia universitária e até mesmo de representantes do poder público do Estado de gerir a crise pela qual passa a instituição.

## INTRODUÇÃO

Ao iniciar esta pesquisa, propus-me o estudo do processo de implantação dos cursos noturnos na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), no período posterior à promulgação da Carta Constitucional do Estado de São Paulo em 1989.

Desde a década de 70 que a Universidade Estadual de Campinas já oferecia cursos no período noturno. Em 1974, surgiram os Cursos Superiores de Tecnologia com a modalidade em Saneamento; e, em 1976, as modalidades em Edifícios e Obras de Solo, todos eles funcionando no Centro Superior de Educação Tecnológica da UNICAMP situado na cidade de Limeira (SP).

No entanto, foi ao final da década de 80 e início da de 90, que houve a expansão dos cursos noturnos na Universidade de Campinas. Esse processo de expansão foi que motivou o início desta pesquisa.

A preocupação era a de recuperar o contexto da discussão acerca da implantação desses cursos e perceber os diferentes interesses ali envolvidos. Preocupava-me também a relação que poderia existir entre esse processo e a democratização da universidade.

Entretanto, com o desenvolvimento da pesquisa e o acompanhamento das discussões atuais sobre a instituição universitária, percebi que essa questão me reportava a uma problemática mais ampla: a da crise vivida pela universidade nos dias atuais.

Essa crise configura-se como uma espécie de cenário sobre o qual ocorreu a implantação desses cursos. Ao mesmo tempo, os cursos que passaram a existir a partir de então, acabaram funcionando, de certa forma, como uma espécie de resposta à crise da instituição universitária.

Diante dessa situação da universidade brasileira nos dias atuais, era preciso buscar compreender a gênese e a natureza da crise. Tornava-se

buscando identificar as contradições e as transformações sofridas pela instituição ao longo de sua história, para ter uma visão mais clara dos dilemas enfrentados por ela no atual contexto econômico, social e político do país.

Naquele momento, deparei-me com o trabalho do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos<sup>1</sup> que realizava um diagnóstico geral sobre a evolução e a crise atual da universidade. Embora seu estudo estivesse voltado principalmente para as condições da universidade em países desenvolvidos, especialmente do continente europeu, ele iluminou a reflexão que realizei acerca da nossa realidade.

Para Santos (1995), diante das mudanças mais recentes ocorridas na sociedade em âmbito geral, as quais englobam a emergência de novas tecnologias, a diminuição do investimento do Estado na universidade e as novas demandas sociais, a universidade passou a ser questionada sobre seus papéis. Suas funções tradicionais de ensino, pesquisa e extensão, ampliaram-se e multiplicaram-se. Atualmente, por exemplo, ela desempenha também as funções de educação geral posterior ao 2º grau, o fornecimento de mão-de-obra qualificada, a formação e treinamento de trabalhadores altamente especializados, a possibilidade de mobilidade social para representantes dos setores populares, prestação de serviços à região e à comunidade local, investigação científica e formação de dirigentes sociais, dentre outras.

Essas funções são muitas vezes contraditórias, gerando tensões que devem ser administradas pela universidade. Essas tensões situam-se no bojo de uma crise da universidade que decorre, pelo menos, de três níveis de contradições: *“...a contradição entre a produção de alta cultura e de conhecimentos exemplares necessários à formação das elites de que a*

---

<sup>1</sup>SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. SP: Cortez Editora, 1995.

*universidade se tem vindo a ocupar desde a Idade Média, e a produção de padrões culturais médios e de conhecimentos úteis para as tarefas de transformação social e nomeadamente para a formação da força de trabalho qualificada exigida pelo desenvolvimento industrial (...); a contradição entre a hierarquização dos saberes especializados através das restrições do acesso e da credencialização das competências e as exigências sócio-políticas da democratização e da igualdade de oportunidades; e, finalmente, a contradição entre a reivindicação e a submissão crescente (da universidade) a critérios de eficácia e de produtividade de origem e natureza empresarial.” (p. 190)*

Nesse sentido, o autor aponta que essas contradições contribuíram para que a crise vivida pela universidade atualmente abarcasse três dimensões distintas e articuladas entre si: 1) a **crise de hegemonia**, associada ao dilema acerca da natureza do conhecimento a ser produzido; 2) **crise de legitimidade**, gerada, em grande parte, pelas conquistas dos movimentos sociais e pelo aparecimento de novas demandas por serviços; 3) **crise institucional**, resultante da aproximação cada vez maior da universidade com os setores empresariais, o que tem levado à tentativa de adequá-la ao modelo de produtividade desses setores.

Segundo o autor, a **crise de hegemonia** instalou-se nas universidades europeias quando se deu o questionamento acerca do papel desempenhado pela universidade clássica, originária da Idade Média, ou seja, o de produtora de alta-cultura. Essa crise ganhou corpo principalmente nos anos 60. Nesse período, com a grande expansão da cultura de massa, houve uma mudança na relação entre a alta-cultura produzida pela universidade, considerada como cultura-sujeito, e a cultura popular, concebida pela universidade como cultura-objeto. Segundo Santos (1995), a cultura de massa surgiu com uma “distinta vocação para cultura-sujeito”, pondo em

xeque o monopólio que a universidade possuía até então na produção desse tipo de cultura.

Além disso, houve a redefinição da polarização entre educação e trabalho, contribuindo para o agravamento da crise. Para o autor, ao final do capitalismo liberal essa dicotomia passou a assumir um novo significado. Ela se instalou, a partir de então, no interior de cada um dos termos: na educação, polarizando agora a educação geral e a formação profissional; no trabalho, através da dicotomia entre o trabalho qualificado e o não-qualificado.

Junto a essas mudanças, somava-se ainda a dicotomia entre teoria e prática que influenciou diretamente a produção científica da universidade. A investigação que até então era privilegiada na universidade clássica, pautava-se pelo desinteresse ideológico na busca da verdade, pela investigação pura e pela ênfase dada à teoria. A partir desse questionamento pelo qual passava a universidade, nasceu a preocupação em adequá-la à busca de soluções para os problemas econômicos e sociais do país. Nesse sentido, privilegiava-se pois, a pesquisa aplicada.

A segunda dimensão da crise, a de **legitimidade**, é, em grande parte, resultante do êxito das lutas pelos direitos sociais e econômicos e pelos direitos humanos. Segundo Santos (1995), diante da mudança ocorrida em relação ao tipo de conhecimento produzido pela universidade, gerada pela **crise de hegemonia**, a tendência é se alterar também o grupo social ao qual esse conhecimento deve ser destinado, dando assim início a uma **crise de legitimidade** da instituição.

Entretanto, a dimensão da crise que é mais contemporânea, resultado do que o autor denomina de capitalismo desorganizado, é a **crise institucional**. Essa põe em questão a autonomia da universidade. Diante da diminuição dos investimentos estatais nas áreas sociais, dentre elas a educacional, as instituições vêm-se frente à necessidade de aproximarem-

se das empresas na busca de recursos para sua sobrevivência. Essa aproximação muitas vezes leva à tentativa de adequação da universidade à lógica administrativa e aos padrões de produtividade do setor empresarial, agravando sua **crise institucional**.

Diante desse breve resumo acerca das três dimensões da crise universitária, torna-se fundamental enfatizar que essa crise é única, mas que adquire dimensões e intensidades diferentes ao longo do desenvolvimento da universidade.

No Brasil, como procurarei demonstrar no primeiro capítulo deste trabalho, as dimensões da crise universitária se configuram de forma distinta do modo como ocorreu nas universidades européias. Portanto, é necessário que na reflexão acerca da crise de nossa universidade, resguardem-se as suas peculiaridades.

Após o levantamento de alguns elementos que possam contribuir para o diagnóstico da crise da universidade brasileira, buscarei apresentar a UNICAMP nesse contexto, recuperando parte de sua história desde o momento de sua criação até os dias atuais.

Nos dois últimos capítulos, será analisada a pesquisa realizada sobre o processo de implantação dos cursos noturnos nessa Universidade em meio ao acirramento da crise da instituição universitária em nosso país. Esse processo será analisado ainda como resultado de discussões e da preocupação em se gerir essa crise.

## Capítulo I: ELEMENTOS PARA UM DIAGNÓSTICO DA CRISE DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

A universidade brasileira nasceu com uma forte “vocação elitista”. A partir dos anos 50 e 60, esse seu caráter elitista passou a ser questionado, originando um processo de crise da instituição. Para analisar essa crise, que sofre modificações quanto às suas dimensões e intensidade, faz-se necessário recuperar, mesmo que brevemente, a história do início da instituição universitária no Brasil.

### 1. O Brasil dos Anos 30

A crise do setor cafeeiro, em fins dos anos 20, anunciava mudanças profundas na sociedade brasileira. Até aquele momento, o Brasil se organizava em torno de uma economia agrário-exportadora e de uma política regionalista, prevalecendo o poder local dos coronéis.

A partir de então, iniciou-se o que Ianni<sup>2</sup> denomina de “metamorfose (gradativa) do capital agrário em capital industrial” favorecida por uma conjunção de fatores externos e internos. Em 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, abre-se uma série de transformações político-institucionais no país, as quais vão impulsionar ainda mais a industrialização brasileira.

Para Cano<sup>3</sup>, foi no período de 1930 a 1955 que ganhou força no país o que podemos chamar, apropriadamente, de processo de industrialização nacional. Nesse período, denominado segundo o autor de período da *industrialização restringida*, ocorreu a consolidação da indústria leve e a

---

<sup>2</sup>IANNI, Octávio. *O Colapso do Populismo*. RJ: Ed. Civilização Brasileira, 1975.

<sup>3</sup>CANO, Wilson. *Reflexões Sobre o Brasil e a Nova (Des)Ordem Internacional*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1993.

implantação, embora limitada, de algumas indústrias de bens intermediários e de bens de capital que formaram um ainda incipiente parque de bens de produção.

Junto a essas mudanças na área econômica dava-se a reorganização do Estado brasileiro. Para Lamounier<sup>4</sup>, o modelo de Estado pós-Revolução de 30 se firmou sobre um tripé composto por “arranjos consociativos” na esfera eleitoral-partidária, pelo corporativismo na área sindical e por um presidencialismo plebiscitário atuando como fator de unificação nacional. Nessa fase, o modelo de Estado que se configurava assumia um papel importante na esfera industrial. Através de uma ação interventora e protecionista, passava a atuar no sentido de romper a antiga estrutura econômica predominantemente agrária e de impulsionar a “modernização” da economia nacional através da expansão do setor industrial.

Nesse contexto, preocupados com a modernização do país, intelectuais brasileiros buscavam nos países desenvolvidos da Europa e nos Estados Unidos, referenciais teóricos ou paradigmas para diagnosticar as razões do nosso atraso. Analisavam a realidade brasileira e envolviam-se em debates políticos e culturais sobre o país na busca de soluções para o descompasso do Brasil em relação à modernidade.

Para Ianni<sup>5</sup>, “...em 1930 o Brasil realizou uma tentativa fundamental no sentido de entrar no ritmo da história, tornar-se contemporâneo de seu tempo, organizar-se segundo os interesses dos seus setores sociais mais avançados...” (p. 27) Nesse momento foram formuladas, segundo o autor, várias matrizes do pensamento social brasileiro que procuravam diagnosticar e propor soluções para o atraso do país em relação às nações desenvolvidas. Dentre essas matrizes, figurava a de grupos intelectuais

<sup>4</sup>LAMOUNIER, Bolívar. “O Modelo Institucional dos Anos 30 e a Presente Crise Brasileira” in *Estudos Avançados*. 6(14), 1992 - p. 39 a 57

<sup>5</sup>IANNI, Octávio. “A Idéia de Brasil Moderno” in *RESGATE - Revista Interdisciplinar de Cultura do Centro de Memória UNICAMP*. Campinas: Papyrus, nº 1, 1990.

paulistas preocupados em responder aos anseios da emergente burguesia do estado que, segundo Ianni (1990), “...queria dar andamento aos seus interesses, ampliar os seus espaços de mando, conferir outra direção aos assuntos nacionais, apresentando tudo isso como se fora uma urgência da salvação nacional.”(p. 33)

Para a consolidação de um Brasil moderno, esses setores dominantes atribuíam um papel de extrema importância à educação. Para eles, tornava-se fundamental a formação de uma elite intelectual capaz de assumir o controle do Estado e de propor um projeto político para a nação. Entretanto, é preciso ter claro que, para a elite intelectual daquela época, a educação deveria se estruturar de maneira distinta em função da clientela a ser atingida.

A educação primária deveria exercer a função de estabelecer a mediação entre os segmentos sociais populares e as “elites pensantes”, enquanto o ensino secundário se deteria na criação da “mentalidade média nacional” e deveria constituir “reserva permanente de elementos para a constituição das indispensáveis elites intelectuais”. O ensino superior deveria então estar a serviço da formação das elites que seriam as responsáveis pela “regeneração política da sociedade brasileira”, ou seja, pelo rompimento com o poder tradicional das oligarquias agrário-exportadoras e a implementação no país de uma política moderna, através da consolidação de uma elite dirigente<sup>6</sup>. Uma elite comprometida com um projeto para a nação. Acreditava-se que, através da educação, poder-se-ia formar uma cultura brasileira necessária para a consolidação da unidade nacional e para isso a universidade teria um papel fundamental.

---

<sup>6</sup>CARDOSO, Irene R. A Universidade da Comunhão Paulista. SP: Cortez/Autores Associados, 1982.

## A USP: vocação elitista

Foi nesse contexto que se deu a criação da Universidade de São Paulo (USP). Para os setores que lutavam pela quebra do poder oligárquico e defendiam a “modernização”, ou a “republicanização da República”<sup>7</sup>, era fundamental que também se modernizasse a instituição universitária. A universidade brasileira até então estava fundamentalmente centrada na atividade de ensino. Para Macedo<sup>8</sup>, até aquele momento, *“a universidade existia para prover o aparelho de Estado dos seus quadros dirigentes, para organizar o sistema urbano, para gerir a indústria de transformação incipiente e para proporcionar assistência médica a pequenos grupos privilegiados.”* (p. 20)

Nos anos 30, passou a se fazer presente uma preocupação com a produção do conhecimento através da pesquisa científica. Sendo assim, através do Manifesto dos Pioneiros<sup>9</sup>, estruturou-se uma nova proposta de universidade destinada a atuar como **instituição formadora das elites de pensadores, sábios, cientistas, técnicos e educadores**, responsáveis pela realização de estudos, diagnósticos e apresentação de soluções para as questões científicas, morais, intelectuais, políticas e econômicas que o país demandasse<sup>10</sup>.

Nesse sentido, ao contrário das universidades européias, a brasileira, desde seu início, não se pautou pela busca desinteressada do conhecimento, resultante exclusivamente da busca obstinada da verdade. O conhecimento

---

<sup>7</sup>Uma análise da educação nos anos 30 nessa perspectiva pode ser encontrada no trabalho de Maria Helena Souza Patto, intitulado, **A Produção do Fracasso Escolar**. SP: T. A. Queiroz, 1991.

<sup>8</sup>MACEDO, Horácio. *“A Universidade num País Periférico”* in **Revista EM ABERTO**. Brasília: ano VIII, nº 43, jul/set. 1989.

<sup>9</sup>Esse movimento, divulgou em 1932 um documento com algumas diretrizes para a educação brasileira. Suas idéias eram embasadas pela ideologia liberal e pelo pensamento de Dewey. Foram elas que subsidiaram, em grande parte, o movimento Escolanovista que aconteceu no Brasil na década de 30.

<sup>10</sup>Segundo Cunha (1986), essa nova proposta de universidade estava fundamentada pela concepção dada à educação por Durkheim, pela “teoria da circulação das elites” de Pareto e pelo desprezo às massas incultas difundido por Ortega y Gasset.

produzido e difundido por ela, de certa forma, sempre teve uma função utilitarista, de engajamento em um projeto político de setores dominantes.

Sendo assim, pode-se afirmar que desde o início da instituição universitária brasileira, as demandas externas já a influenciavam. Segundo Cardoso<sup>11</sup> essa situação constituiu um conflito originário da instituição no país, isto é, preservar a autonomia na produção do saber ou responder às demandas externas, venham elas do poder da Igreja, do Estado ou da sociedade. Resumindo, podemos concluir que a universidade brasileira já nasceu em **crise de hegemonia**, segundo a definição de Santos (1995).

No período dos anos 30, a valorização da universidade por parte de alguns políticos e intelectuais<sup>12</sup> dava-se, de uma certa forma, pela constatação de que essa instituição teria exercido uma função primordial no desenvolvimento das nações modernas. Nesse sentido, fazia-se necessária a criação de uma universidade que produzisse cultura e dirigentes culturais e políticos capazes de modernizar o país. A USP nascia então com a função de “cérebro da nacionalidade” e de “centro regulador de sua vida psíquica”.

Nessa universidade enfatizava-se o caráter crítico que deveria ter a sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Caberia a ela a formação de professores para contribuírem com uma reforma “radical” do sistema escolar do país. Essa Faculdade nasceu, segundo Cardoso (1982), como *“...a expressão cultural dos ‘verdadeiros princípios’ que teriam sido escamoteados pela Revolução de 30 e recuperados pela Revolução de 32. É a expressão da ‘luta, que pela reconstitucionalização do País, travou o povo paulista com as forças da ditadura”* (p. 125)

No momento de nascimento da USP, grupos intelectuais dominantes em São Paulo defendiam que deveria partir desse estado a ação política

---

<sup>11</sup>CARDOSO, Irene. “Imagem da Universidade e os Conflitos em Torno do seu Modo de Ser” in *Revista USP: Dossiê Universidade-Empresa*. SP: USP, nº 25, mar/mai. 1995.

<sup>12</sup>Dentre eles figura o “grupo do Estado”, que era constituído por políticos e intelectuais que se reuniam em torno do jornal O Estado de São Paulo. (Cardoso, 1982)

regeneradora da sociedade brasileira. Para tanto, caberia à nova universidade uma posição estratégica: formar uma elite que viabilizasse a consolidação desse projeto.

Entretanto, para Cardoso (1982), havia por parte dos idealizadores dessa universidade uma preocupação em compatibilizá-la com a questão democrática. Segundo a autora, essa questão se resolvia através da definição dada ao que vinha a ser elite, ou seja, uma classe que se apresentava de forma aberta e acessível a outros segmentos sociais. Sendo assim, “... ‘à medida que a educação (fosse) estendendo a sua influência, despertadora de vocações, (iria) penetrando até as camadas mais obscuras, para aí, entre os próprios operários, descobrir o ‘grande homem, o cidadão útil’, que o Estado tem o dever de atrair, submetendo a uma prova constante as idéias e os homens, para os elevar e selecionar, segundo o seu valor ou a sua capacidade’...”<sup>13</sup> (p. 31) Para a autora, a compatibilização entre elite e massa poderia se dar ainda através da “divulgação” das ciências, que é função da universidade, pondo-as ao alcance do povo, “... ‘realizando entre este e os intelectuais esse movimento generoso com que a Universidade moderna se dilatou a um campo de ação imensamente mais vasto, estendendo-se por um sistema de medidas combinadas (extensão universitária), até às camadas populares’...”<sup>14</sup>(p. 31)

Nesse sentido, era possível a inclusão de representantes das classes subalternas que demonstrassem vocação e capacidade para dela participar. Essa concepção está fundamentada na “teoria de circulação das elites” desenvolvida por Pareto, segundo a qual, “...há mobilidade ascendente e descendente dos indivíduos das diversas classes, resultante da natural e espontânea realocação deles conforme as aptidões: os indivíduos bem-

<sup>13</sup>CARDOSO, 1982. Citação de Fernando de Azevedo, “A Educação Pública em São Paulo - Problemas e Discussões - (Inquérito para o Estado de S. Paulo em 1926)” . SP: Companhia Editora Nacional, 1937.

<sup>14</sup>Idem, ibidem.

*dotados, mesmo nas classes inferiores, vão pouco a pouco ascendendo às classes superiores; seus descendentes, entrando em decadência, deixam seus lugares aos ascendentes e se deslocam para as classes inferiores...*"<sup>15</sup> (p. 264)

A USP não se consolidou plenamente de acordo com as idéias que embasavam seu projeto originário. Numa sociedade que passava por transformações muito rápidas e profundas, o papel da universidade foi sendo redefinido e novas expectativas ou demandas sociais surgiram em relação a ela.

Diante da arrancada do setor industrial, do crescimento das grandes cidades e da preocupação com a inserção do Brasil na economia internacional, o modelo de universidade elitista proposto com a USP entrou em crise. Vários segmentos da sociedade passaram a questioná-lo quanto a essa vocação elitista e quanto à sua adequação aos modelos de universidades estrangeiras. Dentro de um novo espírito imbuído pela necessidade de um desenvolvimento autônomo do país, fazia-se necessária agora a consolidação de uma universidade nacional.

## **2. Anos 60: a universidade posta em questão**

Um segundo momento importante no histórico da universidade brasileira foi o período de 1950 a 1960 com a experiência da Universidade de Brasília (UnB).

Nesse período o país recebeu forte influência da ideologia do nacional-desenvolvimentismo formulada principalmente pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Pautados pela necessidade de uma aliança de classes, sob a liderança da burguesia nacional, o Estado e setores

---

<sup>15</sup>CUNHA, Luiz Antônio. *A Universidade Temporã*. RJ: Ed. Francisco Alves, 1986.

dominantes do país defendiam a necessidade de promover o desenvolvimento autônomo da sociedade brasileira.

Esse momento da história do Brasil foi marcado pela preocupação de inserção do país no mundo moderno das inovações tecnológicas. Em decorrência do modelo de desenvolvimento articulado nos anos 30, nesse momento, estiveram juntos no cenário brasileiro o capital privado - nacional e estrangeiro - e o Estado. Para Cano (1993), esse período - especialmente entre os anos 1956-1962, com a expansão do setor industrial - deu início à inserção brasileira na Segunda Revolução Industrial, principalmente através dos Plano de Metas (1956-1960).

Nesse novo contexto, ocorria o questionamento da universidade de modelo Uspiano, e a necessidade de adequá-la ao novo momento político, econômico e social.

Segundo Cunha<sup>16</sup>, as críticas ao arcaísmo do ensino superior no Brasil coincidem com o nascimento desse nível de ensino. Entretanto, foi no período de 1946 a 1964 que essas críticas ganharam maior força. Novamente articulava-se a necessidade de modernização do sistema universitário no país.

A problemática do ensino superior brasileiro era algo que já preocupava muitos dos nossos intelectuais. Abreu<sup>17</sup>, por exemplo, diz que a universidade brasileira era uma farsa. Para ele, o Brasil adotava a “filosofia” de que o importante é “ter o nome e não a coisa”, isto é, sob o nome de universidade verdadeiras aberrações eram criadas e mantidas pelo país afora.

Ocorria ainda, nesse período, um crescimento acelerado dos “microestabelecimentos” de ensino superior. Em 1959, por exemplo,

---

<sup>16</sup>CUNHA, Luiz Antônio. *A Universidade Crítica*. RJ: Ed. Francisco Alves, 1989 B.

<sup>17</sup>ABREU, Jayme. “Aspectos da Expansão do Ensino Superior no Brasil” in, *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. SP: INEP, vol. 48, n° 107, jul/set. 1967.

existiam 80 estabelecimentos com menos de 50 alunos e 87, com menos de 100 alunos. Já nessa época, o autor denunciava o investimento cada vez maior do capital privado nas escolas de nível superior, em especial nas “faculdades mais baratas”, aquelas que não necessitam de grandes recursos econômicos para a estruturação de seus cursos como é o caso, principalmente, das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras<sup>18</sup>, que se multiplicavam por todo o país através de instituições isoladas sem nenhum planejamento ou fiscalização rigorosa por parte do Estado.

Abreu (1967) denunciava uma total falta de planejamento para com o ensino superior brasileiro. Defendia a necessidade de reformulações sérias para que então se pudesse estabelecer no país um “verdadeiro” sistema universitário.

Para Rodrigues<sup>19</sup>, a universidade brasileira vivia uma época de fraude. Os professores eram nomeados por influência política, por amizades ou pelo fato de terem sido os fundadores das faculdades. O autor denunciava o estado de mediocridade que as universidades nacionais vivenciavam por causa dessa estrutura. Segundo ele, *“seria longa a lista dos grandes valores nacionais, pela obra e pela inteligência, que não tendo participado do primeiro ‘golpe’, ou do segundo - os assistentes transformados em catedráticos pelo concurso singular de um só candidato - ficaram desconhecidos das Faculdades orgulhosas de suas exemplares mediocridades, com as devidas exceções de sempre.”* (p. 15)

Nesse momento de críticas à organização institucional da universidade, ganhava força ainda o questionamento acerca de seu papel elitista. Diante do novo momento vivido pelas organizações populares no

<sup>18</sup>Em artigo de 1968 José Honório Rodrigues, denuncia que as 110 Faculdades de Filosofia existentes naquele ano não passavam de colégios, *“...no máximo de Escolas Normais Superiores. Na grande maioria seus professores não podem dar cursos de pós-graduação.”* (p. 15)

<sup>19</sup>RODRIGUES, José Honório. *“O Ensino Superior da História e a Reforma Universitária”* in **Revista Civilização Brasileira**. RJ: Ed. Civilização Brasileira, ano IV, nº 21 e 22, set/dez. 1968 - p. 3 a 25.

país<sup>20</sup> e pelo envolvimento de intelectuais e estudantes com questões sociais, era colocado em xeque o modelo vigente de universidade brasileira. Pode-se dizer então que se acirrava o processo de **crise de legitimidade** da instituição universitária brasileira.

Estava posto um dilema sobre qual era o melhor caminho para a solução dos problemas da instituição. Segundo Ribeiro<sup>21</sup> existiam duas propostas: a política modernizadora e a política autonomista. Para o autor, a diferença entre as duas políticas residia no fato de que *“enquanto a política modernizadora aspira, só a reformar a universidade, de modo a torná-la mais eficiente no exercício de suas funções conservadoras dentro de sociedades dependentes e submetidas à espoliação neocolonial, a política autonomista pretende transfigurar a universidade como um passo no sentido da transformação da própria sociedade, a fim de permitir-lhe, em prazos previsíveis, evoluir da situação de proletariado externo - limitando a satisfazer condições de vida e de prosperidade de outras nações - à dignidade de povo para si, senhor do comando de seu destino e disposto a integrar-se na civilização emergente como nação autônoma.”* (p. 26)

Em síntese pode-se concluir que a primeira política defendia a continuidade de um projeto elitista para a universidade, enquanto, para a segunda, fazia-se necessária uma abertura da instituição para envolver-se com os problemas do povo - utilizado aqui como categoria genérica -, resultando, de certa forma, na sua democratização.

Entretanto, nessa época surgiu um projeto mais radical. No I Seminário Nacional de Reforma do Ensino, ocorrido em Salvador no ano de 1961, a União Nacional dos Estudantes (UNE) propunha o engajamento da universidade num projeto de transformação, de revolução do país. Para a UNE, cabia aos *“...‘estudantes, principalmente (aos) universitários,*

<sup>20</sup>Cf. Weffort, 1980.

<sup>21</sup>RIBEIRO, Darcy. *A Universidade Necessária*. RJ: Paz e Terra, 1975.

*colocados numa perspectiva proletária, (aliarem-se) às classes trabalhadoras, e ao mesmo tempo (fornecerem) a estas subsídios para o aceleramento do seu processo emancipatório, (sofrerem) por parte delas, a influência revolucionária que só essas classes, (...), podem exercer... ”*<sup>22</sup> (p. 25)

Foi nesse mesmo sentido também que, em 1962, em Congresso Estadual da UNE no estado do Paraná, os estudantes defenderam a reforma da universidade com a preocupação de nela se formar a “intelectualidade revolucionária”.<sup>23</sup>

Os estudantes entendiam que a universidade necessitava se adequar a um projeto político brasileiro “desenvolvido na perspectiva do proletariado”. Sendo assim, fazia-se necessário seu envolvimento, não com os problemas do povo enquanto categoria genérica, mas seu envolvimento com as necessidades do proletariado brasileiro. De certo modo, os estudantes encaravam a questão da universidade sob a ótica da luta de classes.

O impasse sobre o melhor caminho para solucionar os problemas da nossa universidade era vivido também pelo processo político brasileiro. A ideologia do nacional-desenvolvimentismo possibilitou a mobilização de amplos setores sociais e proporcionou o avanço das reivindicações e lutas populares e a radicalização de setores de esquerda, provocando a crise do “regime populista” e o Golpe Militar em 1964. Nesse contexto, era questionada a função social que a universidade brasileira vinha desempenhando. De certo modo, ela estava distante dos problemas dos setores populares. Fazia-se necessário modernizar o sistema universitário e romper com o modelo elitista proposto para a USP<sup>24</sup>.

<sup>22</sup>Citação da “*Declaração da Bahia*” em Sanfelice (1985).

<sup>23</sup>CUNHA, 1989 B.

<sup>24</sup>É importante ressaltar que esse modelo não foi concretizado, uma vez que, permeado pelas contradições sociais, contribuiu para a consolidação da crítica que era feita a ele mesmo e à organização social daquele momento.

## Em Busca de uma Universidade Moderna

Para Cunha (1989 B), o primeiro passo rumo à modernização do ensino superior no Brasil foi dado pelo segmento militar do Estado. Esse primeiro passo resultou na criação, em 1947, do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) no Rio de Janeiro.<sup>25</sup>

No ano de 1949, o Almirante Álvaro Alberto da Mota e Silva encaminhou ao então presidente Dutra um anteprojeto que previa a criação do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) que foi concretizada em 1951. Esse Conselho deveria promover a pesquisa científica e nuclear no Brasil.

*“Todo esse esforço de montagem de um aparelho extra-universitário de pesquisa científica e tecnológica resultava da tentativa de suprir as deficiências das universidades, reconhecidas como o lugar próprio onde a pesquisa deveria ser realizada...”*<sup>26</sup> (p. 158) O próprio CNPq registrava em seus relatórios a necessidade de se modernizar o ensino superior no país, pois esse era o responsável pela formação dos pesquisadores. *“...A dinamização do ensino superior pela pesquisa científica e tecnológica, praticamente inexistente nas escolas e faculdades, era um reclamo paralelo e complementar a esse.”*<sup>27</sup> (p. 158)

Junto a essas inovações, com o objetivo de modernizar a universidade brasileira, surgiu o projeto da Universidade de Brasília (UnB) afinado com a política autonomista. Sua criação, no período de 1961 a 1962, visou ao atendimento de dois propósitos principais: manter junto à burocracia governamental<sup>28</sup> uma reserva de especialistas de alta qualificação; e *“...criar um paradigma moderno, mais amplo do que o ITA, porque abrangendo todos os campos do saber, capaz de influir nos rumos das*

<sup>25</sup>Em 1950 o ITA foi transferido para a cidade de São José dos Campos.

<sup>26</sup>CUNHA, 1989 B.

<sup>27</sup>Idem, ibidem.

<sup>28</sup>Nesse momento a capital nacional estava se transferindo para Brasília.

*universidades e escolas arcaicas não só pelo efeito de demonstração, mas, também, pelo poder conferido pela vizinhança e patrocínio do núcleo do Estado.*"<sup>29</sup> (p. 169-170) Essa universidade representava o que havia de mais moderno no ensino superior do país.

A UnB fundamentava-se *"...na ótica da ideologia nacional, na superação do subdesenvolvimento, para o que era necessário criar uma autonomia científica e tecnológica, o que se expressaria na formação de uma elite nacional: 'Uma universidade brasileira, para os problemas brasileiros, empenhada na busca de soluções para os problemas da nação e preocupada em promover a integração da América Latina'".*<sup>30</sup> (p. 22)

Ela nasceu com a função de *"... 'formar cidadãos empenhados na busca de soluções democráticas para os problemas que se defronta o povo brasileiro na luta por seu desenvolvimento econômico e social.'"*<sup>31</sup>(p. 171) Mais uma vez torna-se importante fazer a distinção entre esse projeto de universidade e o apresentado pela UNE. Enquanto que para os idealizadores da UnB, a universidade deveria voltar-se para as questões do "povo brasileiro", para os estudantes, a instituição universitária deveria estar engajada nos problemas da classe proletária. A distinção se faz então acerca da visão social e política dos dois grupos.

Ao nomear-se defensor dos interesses do povo, o primeiro grupo aproximava-se do populismo. Para Weffort<sup>32</sup>, a defesa que alguns dos nacionalistas diziam fazer acerca dos interesses e necessidades do povo era ambígua e confusa diante da complexidade e da contradição vivida no momento. Segundo o autor, aí residia uma aproximação entre o nacionalismo defensor do povo e o populismo defensor das massas. (p. 37)

<sup>29</sup>CUNHA, 1989 B.

<sup>30</sup>FONSECA, Dirce M. da. **UnB: reformar para não mudar**. (mimeo.) Dissertação de Mestrado, FE/UNICAMP, 1986.

<sup>31</sup>CUNHA (1989 B), citação do Decreto nº 1.872, de 12 de dezembro de 1962.

<sup>32</sup>WEFFORT, Francisco. **O Populismo na Política Brasileira**. RJ: Paz e Terra, 1980.

Em contrapartida, os estudantes radicalizavam. Assumiam um projeto de luta comprometido com uma classe social. Uma postura revolucionária ao defenderem a emancipação que deveria ser conquistada pelo proletariado brasileiro. Esse projeto, de certa forma, foi calado com o Golpe de 1964.

Para os idealizadores da UnB, caberia a ela, dentre outras coisas, produzir tecnologia nacional para viabilizar o desenvolvimento industrial do país. Entendiam que “...só (seríamos) *realmente autônomos quando a renovação das fábricas aqui instaladas se (fizesse) pela nossa técnica, segundo procedimentos surgidos do estudo de nossas matérias-primas e de nossas condições peculiares de produção e de consumo. Só por este caminho (poderíamos) acelerar o ritmo de incremento de nossa produção, de modo a reduzir e, um dia, anular a distância que nos separa dos países tecnologicamente desenvolvidos...*”<sup>33</sup> (p. 172)

Fernandes<sup>34</sup> aponta os limites do projeto da UnB. Segundo ele, as idéias que influenciaram o início dessa universidade, refletiam o ressurgimento da concepção da instituição universitária enquanto “...*instituição-chave - concebida, mesmo, como ‘a única’ - na superação do subdesenvolvimento do estado colonial reconhecido ou ocultado e da dependência cultural, moral e política...*” (p. 116) A universidade despontava novamente como instituição criadora, capaz de se colocar na vanguarda da transformação social.

Para o autor, tratava-se de uma proposta aparentemente radical de universidade pois não apontava para a superação da ordem burguesa. Em última análise, essa proposta situava-se nos limites da “revolução nacional” e da superação do subdesenvolvimento. Em nenhum momento se colocava em questão a ordem burguesa numa perspectiva mais radical. A crença de que através de mudanças gradativas se chegasse a transformações

<sup>33</sup>Fala de Darcy Ribeiro, citada em Cunha (1989 B)

<sup>34</sup>FERNANDES, Florestan. “A Universidade Ambígua” in *Revista Contexto*, nº 1, nov/1976.

revolucionárias alimentou, de certa forma, expectativas que foram encampadas pelo “... *radicalismo burguês (dentro e fora do ‘populismo’)*, (pela) *ideologia ‘desenvolvimentista’* e (pela) *ditadura burguesa sem máscara dos anos 60.*” (p. 117) Desse modo, pode-se concluir que o projeto da UnB estava, no seu limite, comprometido com a “revolução dentro da ordem”.

No entanto esse foi um projeto que trouxe grandes novidades para a organização da instituição universitária. Essas inovações refletiam-se tanto na organização didático-pedagógica como na organização administrativa. Com relação a esse último aspecto, era marcante uma participação maior de professores e estudantes em seus órgãos colegiados. Nessa questão, havia uma aproximação do projeto com as propostas estudantis da época.

Em síntese, enquanto a USP nasceu para atender à formação de uma elite nacional, a UnB surgiu com a proposta de uma ampla aliança nacional contra os entraves do desenvolvimento do país, isto é, o poder tradicional, representado pelo setor latifundiário, e o imperialismo. Seus idealizadores propunham uma abertura maior da instituição para os setores populares através dos problemas nacionais. Nessa perspectiva, pode-se dizer que a proposta de universidade democrática do grupo fundador da UnB era marcado por uma certa sintonia com a política populista.

### **3. O Golpe de 1964 e a Universidade**

Nos últimos anos da década de 50 e logo no início da de 60, especialmente após a renúncia do Presidente Jânio Quadros, surgiram formas de organização popular que fugiram ao controle do Estado. Segundo Weffort (1980), emergia na sociedade brasileira um novo tipo de movimento popular que “...*colocava problemas cujas soluções implicavam*

*alterações de base na composição de forças sociais em que se apoiava o regime...” (p. 77)*

Diante desse novo quadro, Goulart provocou a crise do “regime populista” ao pretender entrar pelo caminho das reformas de estrutura. Para Ianni (1975), o Golpe Militar de 1964 ocorreu inspirado pela interpretação de que o país estava sendo campo de uma verdadeira “guerra revolucionária”. Em síntese, ele ocorreu com o objetivo de afastar o risco da tomada do poder pela esquerda, para controlar as consequências negativas da inflação, reintegrar o Brasil no sistema capitalista mundial e restaurar a “integridade e a integração” dos poderes político e econômico.

Após o Golpe em 1964 os militares extinguiram o ISEB, dissolveram a UNE e invadiram o campus da UnB<sup>35</sup>. Nesse momento, foram destituídos o reitor e vice-reitor da universidade - Anísio Teixeira e Almir de Castro, respectivamente - e nomeado Zeferino Vaz como seu reitor interventor, buscando conter a movimentação estudantil e a propagação de “idéias marxistas” difundidas em seu interior.

Para os militares, o capitalismo avançado era colocado enquanto meta a ser alcançada e, para tanto, aceitava-se o “jogo” imposto pelo capital internacional que passava a determinar até mesmo onde e em quais setores os países não desenvolvidos deveriam investir.

A forma como o Estado foi organizado a partir de então pode ser compreendida, até certo ponto, através do modelo de Estado Burocrático-Autoritário construído por O'Donnell<sup>36</sup>. Segundo o autor, este é um modelo que se caracteriza por uma base social constituída por uma burguesia altamente oligopolista e transnacionalizada, pela retomada da “ordem” social mediante a re-subordinação dos setores populares e pela “normalização” da economia. É um modelo de Estado que promove ainda a

<sup>35</sup>Sobre essa invasão, conferir o trabalho de Cunha (1988).

<sup>36</sup>O'DONNELL, Guilherme. *Análise do Autoritarismo Burocrático*. RJ: Paz e Terra, 1990.

exclusão política de um setor popular previamente ativado. Essa forma de organizar a esfera política gera a supressão da cidadania e da democracia política, que são duas mediações fundamentais na relação entre Estado e sociedade. Nesse sistema, há ainda a exclusão econômica do setor popular, pois procura orientar a economia em direção aos interesses das grandes unidades oligopolistas do capital privado e de algumas instituições estatais. O Estado Burocrático-Autoritário se pauta por uma política empenhada em “despolitizar” o tratamento de questões sociais, submetendo-as àquilo que se qualifica como critérios neutros e objetivos de racionalidade técnica (como foi o caso da Reforma Universitária/68, da qual falarei em seguida), pelo fechamento dos canais democráticos de acesso ao governo e, junto com eles, dos critérios de representação popular ou de classe. Com base nesses traços característicos do Estado Burocrático-Autoritário, organizava-se a estrutura política, social e econômica no país nos anos 60. (p. 60)

O Estado brasileiro se reestruturou após o Golpe, buscando se ajustar às exigências dos EUA e recebendo, inclusive, orientações e acessorias de organismos internacionais. Junto a essa “americanização” da economia nacional, ocorreu ainda, o que se poderia chamar de uma hipertrofia da esfera estatal. O Estado brasileiro cresceu nesse período através de sua participação direta no setor produtivo, via estatais, e pelo aumento de seu controle sobre a sociedade civil.<sup>37</sup> Desse modo, muitas ações do Estado orientaram-se no sentido de silenciar as reivindicações das classes populares e de movimentos de setores médios como, por exemplo, de intelectuais e estudantes. Essa estratégia vinha de encontro à perspectiva de se manterem intactos e até de serem ampliados os interesses das classes dominantes.

---

<sup>37</sup>Sociedade civil aqui entendida como sendo “...o lugar onde surgem e se desenvolvem os conflitos econômicos, sociais, ideológicos, religiosos...” (Bobbio, 1990 - p. 35) ou seja, de onde surgem as demandas e as resistências sociais.

Buscando a integração do país à economia internacional, fazia-se necessário o controle da questão social para que se conquistasse a confiança dos investidores internacionais. Os países em desenvolvimento que maior influência e investimento receberiam das nações desenvolvidas eram os que demonstravam ter sob controle os conflitos sociais. O Brasil, naquela época, apresentava essas condições e, por isso, passou a receber investimentos maciços do capital internacional na sua economia. Para Ianni (1975), a política econômica inaugurada no país pelos militares representava a intenção de se substituir a *ideologia do desenvolvimento* pela *ideologia da modernização*<sup>38</sup>.

As reformas propostas em diferentes níveis da sociedade nacional, foram nitidamente influenciadas pelos EUA. Na educação e, em especial no ensino superior, ficou claro tal influência. Como afirma Cunha<sup>39</sup>, “...não é exagero dizer que o processo de reforma do período 1964/68, definido no contexto do reforço da subordinação política e econômica do país, foi o responsável pela edificação da universidade no Brasil, conforme o modelo mais avançado do mundo capitalista - o norte-americano”. (p. 11)

Nesse período, o governo militar, através do Ministério da Educação e Cultura (MEC), contratou consultores norte-americanos para que analisassem e propusessem alternativas à organização da universidade brasileira. Esses estudos resultaram dos famosos acordos MEC-USAID (United Agency for International Development)<sup>40</sup>.

---

<sup>38</sup>Segundo o autor, “...o desenvolvimento orientava-se no sentido de dinamizar as forças produtivas; implicava na independência política e, em certo grau, impunha a autonomia econômica. A ideologia da modernização, por seu lado, conforme se efetiva depois de 1964, denota um esforço destinado a refinar o *status quo* e a facilitar o funcionamento dos processos de concentração e centralização do capital... Em âmbito mais largo, é a contrapartida interna da doutrina da *interdependência*...” (Ianni, 1975 - p. 177-178)

<sup>39</sup>CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Reformanda**. RJ: Ed. Francisco Alves, 1988. As informações que se seguirão em relação à Reforma do Ensino Superior Brasileiro, estarão fundamentadas principalmente nesse livro de Cunha.

<sup>40</sup>A USAID foi criada, segundo Fonseca (1995), no quadro da Aliança para o Progresso, visando, primordialmente, dar assistência ao processo de desenvolvimento do Terceiro Mundo.

O diagnóstico dos consultores norte-americanos era de que o sistema universitário do Brasil era inadequado tanto qualitativa quanto quantitativamente. Para eles esse sistema estava fora de sintonia com os projetos oficiais de modernização que era ditado pelo modelo universitário dos EUA.

O ensino superior passou então a ser visto como ponto estratégico para a implantação das mudanças (sociais, políticas, econômicas e culturais) pretendidas pelos setores dominantes. A reestruturação da universidade brasileira era tida por esses setores como uma questão técnica e não política. A proposta de reestruturação do ensino superior significava, inclusive, a possibilidade de se conter o movimento estudantil<sup>41</sup>, marcado pela contestação ao regime autoritário, e a perspectiva de viabilizar o investimento na formação de pessoal técnico de nível superior. Essa preocupação com a formação de pessoal para atender às demandas do desenvolvimento industrial no Brasil, denunciam o aprofundamento da **crise de hegemonia**. A universidade agora era chamada a adequar sua produção científica e o ensino nela desenvolvido, às exigências do setor produtivo.

Essa preocupação junto à de adaptar a organização universitária à estrutura empresarial é claramente explicitada em trecho do Relatório do Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária do MEC de 1972 que diz ser intenção daquela Reforma, *“...conferir ao sistema universitário uma espécie de racionalidade instrumental em termos de eficiência técnico-profissional, que tem por consequência o aumento da produtividade dos sistemas econômicos...”*<sup>42</sup> (p. 37) (grifos meus) Essa visão técnica do ensino superior, expressa, de certa forma, uma das características do Estado Burocrático-Autoritário mencionada por O'Donnell (1990), isto é, a

---

<sup>41</sup>É importante ressaltar que parte das insatisfações desses estudantes, junto às dos intelectuais e docentes do ensino superior, estava ligada à situação da universidade brasileira.

<sup>42</sup>Citado em Lima, 1989.

tentativa de converter uma questão social e política numa questão que se pautasse por critérios neutros e objetivos da racionalidade técnica. Diante da necessidade política de se responder às críticas feitas à universidade, os militares optaram pela adequação da instituição ao modelo de gerenciamento e aos critérios de qualidade, eficiência e produtividade próprios do setor empresarial. Essa estratégia, de certo modo, levou a um acirramento do que Santos (1995) denomina de **crise institucional** da universidade.

Nesse contexto foi gerada a Reforma do Ensino Superior em 1968.

### **A Reforma Universitária de 1968**

Algumas das mudanças ocorridas na Universidade de Brasília foram incorporadas pela proposta de Reforma de 1968. Entretanto, é marcante o caráter despolitizador que ela imprimiu às universidades. Ao contrário do que ocorreu no momento de criação da USP e UnB, as universidades brasileiras não eram mais chamadas a proporem um projeto político e social para o país. Essa função agora era tarefa exclusiva do governo militar.

Nessa perspectiva, a reforma institucional da universidade foi retirada das mãos dos intelectuais e estudantes brasileiros e colocada, por parte dos militares, nas mãos dos consultores norte-americanos.

Foram vários os acordos firmados entre o MEC e a USAID visando a modificações no sistema educacional brasileiro tanto em relação ao 1º e ao 2º graus como também em relação ao ensino superior.

Em 1964, foi criada a Equipe de Planejamento do Ensino Superior (EPES), composta por cinco educadores brasileiros de “alto nível” e por cinco norte-americanos. Essa comissão deveria estudar e propor soluções ao ensino superior do país. A resistência foi grande, tanto por parte de estudantes que repudiavam a presença dos consultores norte-americanos na

discussão sobre problemas nacionais, como por parte de intelectuais e docentes do 3º grau. Exemplo disso foi a dificuldade de se recrutar os cinco educadores brasileiros para comporem a equipe. Os opositores aos acordos com os EUA entendiam que a reforma do ensino superior era uma questão nacional e política, devendo pois, ser discutida e solucionada pelos próprios brasileiros.

Desse grupo surgiu a proposta de expansão e melhoria do ensino superior brasileiro, através da elaboração de planos de ação a curto, médio e longo prazo, e da capacitação técnica de pessoal para poder dar continuidade às propostas de ação.

No período de 1965 a 1968, novos acordos foram firmados. Foi criada a Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (EAPES), composta por quatro educadores brasileiros e quatro técnicos dos EUA que deveriam assessorar os brasileiros. O discurso havia mudado. Diferentemente do primeiro momento (1964), eles agora assumiam um papel de assessorar os brasileiros, encarando a política educacional para o ensino superior como uma questão de interesse nacional.

Dessa Equipe surgiram dois relatórios tecendo críticas e sugestões para mudanças no sistema de ensino superior do país. Um deles foi o resultado dos estudos realizados por parte dos educadores brasileiros e o outro, as conclusões dos técnicos americanos. Em alguns pontos esses relatórios eram coincidentes. Um desses pontos é o referente à forma como estava estruturado o vestibular nas “universidades” brasileiras. Defendia-se que ele deixasse de ser seletivo e passasse a se caracterizar pela classificação dos candidatos, possibilitando assim a ampliação do número de candidatos aprovados. Diante da reivindicação que emergia de setores da sociedade civil - especialmente da classe média -, por mais vagas no ensino superior, essa atitude demonstrava uma tentativa, apresentada pela equipe, para gerir naquele momento a **crise de legitimidade** da instituição.

As mudanças sugeridas iam de encontro ao modelo universitário presente nos EUA<sup>43</sup>. Dava-se ênfase à organização dos cursos através de créditos, à departamentalização das Unidades e ao pagamento, embora de forma indireta<sup>44</sup>, dos cursos pelos estudantes.

A conclusão a que chegaram os técnicos da USAID era de que não se podia falar na existência de um sistema universitário no Brasil. A rigor ele não existia.

Diante das reações contrárias à sua interferência na universidade brasileira, a USAID rompeu o contrato com o Brasil um ano antes do previsto inicialmente, ou seja, em 1968, retirando-se das discussões acerca da política educacional brasileira.

Nesse mesmo período, de 65-68, esteve no Brasil um norte-americano que não estava ligado à USAID. Rudolph Acton era um estudioso da universidade latino-americana. Havia estudado a estrutura do ensino superior de países como Colômbia e Chile e estava agora disposto a estudar a universidade brasileira. Também entendia a reforma do ensino superior como uma questão de ordem puramente técnica. Fazia propostas tais como: a criação de campus universitários; a formação de um Conselho de Curadores composto por pessoas competentes tecnicamente, mas estranhas à comunidade acadêmica; a criação do CRUB (Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras); a garantia de autonomia didática, financeira e científica da universidade; a introdução do regime departamental nos institutos e faculdades; professores e alunos em período integral na universidade; criação do ciclo básico; etc...

Para Atcon, a reforma do ensino superior brasileiro deveria ser fundada na racionalidade técnica visando adaptá-lo ao momento econômico

---

<sup>43</sup>Para se ter uma visão crítica sobre a organização do sistema universitário norte-americano nessa época, consultar o livro *"O Ideal da Universidade"* de Paul Wolff.

<sup>44</sup>Sobre esse aspecto, conferir Cunha, 1988.

e social vivido pelo país.<sup>45</sup> Essa reforma deveria se dar através de mudanças controladas pelo Estado, baseadas na “filosofia” de que “façamos a reforma antes que eles (estudantes e professores universitários) a façam”<sup>46</sup>.

Atcon foi, por parte dos contrários à influência norte-americana no país, o mais criticado e repudiado de todos os consultores que aqui estiveram.<sup>47</sup> Por outro lado, suas idéias, de certa forma, foram as que mais influenciaram o Grupo de Trabalho que estruturou o texto da Reforma Universitária e muito contribuíram na estruturação e organização da UNICAMP, como será analisado a seguir.

O Grupo de Trabalho (GT) foi criado pelo presidente General Costa e Silva, em julho de 1968, com a função de elaborar um texto/lei que reformularia o ensino superior no país. Foi dado ao GT o prazo de trinta dias para a elaboração do documento.

Estava presente no objetivo da reforma a preocupação em capacitar a universidade para formar recursos humanos de alto nível para a participação no novo momento vivido pelo país.

Desse grupo surgiram sugestões como a de pagamento do ensino superior em instituições públicas, a criação de concursos para a seleção de professores, a estruturação departamental dos institutos e faculdades, o sistema de créditos, a participação dos estudantes nas instâncias administrativas e burocráticas da universidade, a definição das funções universitárias que deveriam voltar-se para o ensino, pesquisa<sup>48</sup> e extensão, etc.

---

<sup>45</sup> Conferir o texto de Saviani referente à Reforma Universitária, em seu livro, **Política e Educação no Brasil**, editado pela Cortez/Autores Associados, em 1987.

<sup>46</sup> Citado em Saviani, 1987.

<sup>47</sup> Com relação à essa resistência vale conferir o texto elaborado por docentes da USP e por estudantes daquela universidade que estão publicados no livro de Cunha (1988). Outro livro que deve ser verificado e que representa um manifesto de repúdio aos norte-americanos é o livro **Beabá dos MEC-USAID**, de Márcio Moreira Alves, publicado pelas Edições Gernasa do Rio de Janeiro, em 1968.

<sup>48</sup> A ênfase dada à pesquisa é uma das características mais importantes da universidade nesse momento.

Era um GT composto de forma heterogênea. Havia entre seus componentes duas concepções de universidade - uma idealista e outra tecnicista - pondo em jogo dois modelos de universidade: o modelo europeu, representado principalmente pela forma como estava organizada a USP, e que era tido como exemplo ultrapassado de instituição de ensino superior; e o modelo norte-americano, que era fortemente defendido pelos consultores norte-americanos que por aqui passaram, como sendo o modelo de universidade moderna.

No texto da Reforma (Lei 5540/68) encontramos uma estratégia de ação que visava alcançar um outro objetivo, ou seja, o de ampliar o número de vagas no ensino superior para acalmar setores da sociedade que reivindicavam sua inserção nesse nível de ensino, buscando assim o restabelecimento de sua legitimidade. Com a modificação do cenário econômico brasileiro onde se via a aceleração na concentração de capital através da fusão e incorporação de empresas e grupos empresariais as possibilidades dos indivíduos abrirem seus próprios negócios eram cada vez menores num mercado praticamente privativo dos grandes capitais. Dessa forma, o diploma de um curso universitário passou a representar a possibilidade de se incorporar aos quadros burocráticos do Estado e das empresas privadas ou estatais, e assim vislumbrar uma possível ascensão social e econômica, principalmente para os jovens das classes médias.

Em síntese, o Estado propunha, através da Reforma de 68, adequar a universidade à formação e credenciamento de profissionais altamente qualificados, capazes de atenderem às novas demandas da economia. Propunha ainda, a ampliação das vagas, principalmente através da expansão do ensino particular e a adequação da instituição aos moldes de eficiência e produtividade presentes no setor industrial. De certa forma, essas propostas visavam gerir, pelo menos em parte, as **crises de hegemonia, de legitimidade e institucional** que a universidade vinha vivendo.

Entretanto, parece que essa não foi a melhor estratégia. De certa forma, essa política do Estado autoritário provocou o agravamento da crise universitária. Possibilitou o afloramento de novas críticas à instituição que, sob o discurso de se tornar mais democrática através da ampliação das vagas, levou a uma massificação do ensino nela difundido. Além disso, a reivindicação de que a pesquisa científica ajudasse na solução de problemas econômicos e sociais prementes gerou a priorização da pesquisa aplicada, contribuindo para consolidar o que Santos (1995) denomina de um modelo utilitarista de universidade. Segundo ele, esse modelo se difundiu em todo o mundo nos anos 60. Para o autor, *“...a vertente principal do apelo à prática foram as exigências do desenvolvimento tecnológico, da crescente transformação da ciência em força produtiva, da competitividade internacional das economias feitas de ganhos de produtividade cientificamente fundados... Mas o apelo à prática teve uma outra vertente, mais sócio-política, que se traduziu na crítica do isolamento da universidade, da torre de marfim insensível aos problemas do mundo contemporâneo, apesar de sobre eles ter acumulado conhecimentos sofisticados e certamente utilizáveis na sua resolução.”*(p. 200)

Sobre esse questionamento acerca do isolamento da universidade brasileira, de seu papel social, falarei a seguir.

#### **4. A Transição Democrática**

A partir dos anos 70 as inovações tecnológicas, principalmente no campo da eletrônica, que já vinham ocorrendo nos países de capital avançado, em especial nos EUA, adquiriram o caráter de uma verdadeira revolução técnica. A microeletrônica e a informática se desenvolveram de forma extraordinária principalmente no Japão, EUA e Alemanha. Junto a

essas transformações ocorreu, segundo Cano (1993), a reconcentração de capital.

O país passou por uma crise econômica, política e social que se agravou nos últimos anos. Essa crise contribuiu para o aprofundamento da crise de legitimidade do regime autoritário. As críticas da sociedade civil em relação ao regime cresceram, trazendo à tona a necessidade de mudanças. A partir de então pode-se dizer que teve início a transição para um governo democrático no país.

Essa transição, segundo O'Donnell<sup>49</sup>, ocorreu sob o controle do regime e foi marcada pela divergência entre os próprios militares quanto às modificações a serem implantadas. Por um lado se defendia a instauração de uma democracia política; por outro, a necessidade de reformas que proporcionassem uma maior liberalização da sociedade civil, garantindo a legitimação do governo militar.

Na busca dessa legitimação, os militares modificaram seu discurso, que passou a manifestar a preocupação com a “redistribuição da renda”. Nesse sentido, foram estruturados os PNDs (Planos Nacionais para o Desenvolvimento), que traziam em seus textos as novidades da garantia de “participação consciente” na sociedade e a preocupação em aumentar a renda real das classes médias e populares, eliminando os focos de pobreza. Segundo Germano<sup>50</sup>, essa modificação na estratégia do governo militar foi no sentido de se tentar “...*neutralizar a oposição, cooptar as classes subalternas e decapitar o discurso democratizante e radical, num verdadeiro lance de ‘transformismo’ ...*”(p. 228)

Nesse período dos PNDs, cresceu a dependência econômica brasileira em relação às grandes potências internacionais, principalmente aos EUA. A

---

<sup>49</sup>O'DONNELL, Guilherme. “*Transições, continuidades e alguns paradoxos*” in REIS, Fábio Wanderley & O'DONNELL, Guilherme. **A Democracia no Brasil: dilemas e perspectivas**. SP: Ed. Vértice, 1988.

<sup>50</sup>GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)**. SP: Cortez, 1993.

dívida externa cresceu assustadoramente no período de 1970 a 1978.<sup>51</sup> Nesse contexto, expandiram-se também os investimentos do capital internacional através, por exemplo, do Banco Mundial, para ações de natureza social e econômica<sup>52</sup>. Esse crescimento se deu em função da preocupação dos países desenvolvidos em promover mudanças sociais sem rupturas, através do consenso, via um “reformismo conservador”.<sup>53</sup>

A mudança de discurso dos militares pode ser entendida como o resultado de pressões sociais e internacionais. Entretanto, é preciso frisar a distância que existia entre o governo militar e seus opositores. É importante observar que os porta-vozes do estado militar se apropriaram de “bandeiras” e do vocabulário crítico de seus opositores, mas, ao mesmo tempo, os mutilaram. “...*A palavra classe não aparece uma só vez (nos documentos referentes aos PNDs), é substituída pela palavra pobre e, com isso, a relação de exploração fica encoberta, na medida em que não há uma identificação da origem da distribuição desigual da riqueza. Ela é indeterminada. O mesmo ocorre com a dimensão participativa, que diz respeito ao exercício da cidadania, mas essa palavra é omitida*”.<sup>54</sup>(p. 249)

Através desses Planos, dessa nova forma de ação dos militares, torna-se claro o caráter do Estado capitalista, ou seja, ele é um modelo de Estado característico da sociedade de classes, “...*é uma resposta à necessidade de mediar o conflito de classes e manter a ‘ordem’, uma ordem que reproduz o domínio econômico da burguesia...*”<sup>55</sup>(p. 69) Ele assume, portanto, a função de gerir as tensões na busca de manter a estrutura de classes.

---

<sup>51</sup>Cf. Cano (1993).

<sup>52</sup>Sobre os acordos brasileiros com o Banco Mundial na área educacional, conferir o artigo de Marília Fonseca intitulado “O Banco Mundial e a Educação: reflexões sobre o caso brasileiro” publicado no livro organizado por Pablo Gentili, *Pedagogia da Exclusão*, 1995.

<sup>53</sup>GERMANO, 1993.

<sup>54</sup>Idem, *ibidem*.

<sup>55</sup>CARNOY, Martin. *Estado e Teoria Política*. Campinas: Papirus, 1986.

Nesse processo contraditório, a crise do Estado Burocrático-Autoritário se agravou, pois, como enfatiza Bobbio<sup>56</sup>, à medida que crescem as pretensões da sociedade, cresce a pressão por parte dela sobre o poder estatal, gerando uma crise cada vez maior, uma vez que a satisfação dessas pretensões se torna mais difícil.

### **A Expansão do Ensino Superior Privado<sup>57</sup>**

Como já disse, uma vez criticado e ao sofrer pressões populares, o governo militar passou a implantar uma série de políticas sociais visando atender aos “carentes”. Esse discurso que dava ênfase à população carente, tentava encobrir o fato de que tais políticas atingiam outros setores da sociedade de maneira privilegiada. Aliás, *“no Brasil pós-64, as políticas sociais se prestaram muito mais a favorecer a acumulação do capital, do que a suprir as necessidades e demandas dos subalternos...”*.<sup>58</sup>(p. 250) Foi esse o caso, por exemplo, das políticas públicas nas áreas da saúde e educação, que transferiram somas enormes de recursos para os setores privados de escolas/universidades e hospitais.

Em especial com relação à universidade, Cunha<sup>59</sup> relata o fato da crise do “milagre econômico” ter gerado um arrocho salarial e uma alta da inflação, o que levou muitos estudantes de faculdades particulares a abandonarem seus cursos. Além disso, o número de candidatos que procuravam pelos vestibulares nessas instituições diminuiu sensivelmente. Diante da possibilidade de falência dessas escolas superiores, o governo federal passou a investir mais nessas instituições através, por exemplo, do

---

<sup>56</sup>BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. RJ: Ed. Campus, 1992.

<sup>57</sup>Falarei rapidamente sobre esse assunto, entretanto vários são os trabalhos que tratam desse problema dentre eles se inclui o de Carlos Benedito Martins, intitulado *“A Empresa Cultural no Brasil: um estudo de caso sobre o ensino superior privatizado”* (Dissertação de Mestrado, PUC/SP, 1979)

<sup>58</sup>GERMANO, op. cit.

<sup>59</sup>CUNHA, Luiz Antônio. *Qual Universidade?* SP: Cortez/Autores Associados, 1989 C.

Crédito Educativo<sup>60</sup>. Além de subsídios estatais, tais como bolsas de estudos para essas instituições privadas e para aquelas que ofereciam o ensino de 1º e 2º graus, a emenda constitucional de 1965, que reformulou o sistema tributário nacional, vedou à Federação, Estados e Municípios a cobrança de impostos sobre o patrimônio, renda e os serviços de instituições educacionais. Através de tais ações é que o ensino superior privado do país conseguiu se manter, tendo apresentado, inclusive, uma significativa expansão nos anos 70.

*“...Simulando democratizar as oportunidades educacionais a nível do ensino de terceiro grau, (a ditadura) ampliou as vagas no ensino superior, para sufocar a rebeldia dos jovens, e expandiu a rede do ensino particular.”*<sup>61</sup> (p. 106) As escolas superiores passaram então a se expandir sem nenhum planejamento ou estudo prévio para que tal ocorresse. *“...As universidades deixaram de ser instituições destinadas à formação de pequenas elites para se transformarem em instrumentos de ascensão ou conservação de posição social para segmentos cada vez mais amplos da população.”*<sup>62</sup>(p. 11) Era a tentativa *“populista de direita”* desenvolvida pelos militares, buscando agradar interesses classistas, com a preocupação *“...de responder às demandas sociais das classes médias, antes que se traduzissem em demandas políticas...”*<sup>63</sup>(p. 27), buscando sua legitimação.

---

<sup>60</sup>Esse sistema de Crédito Educativo, deveria funcionar da seguinte forma: as organizações bancárias deveriam aplicar parte dos recursos que anteriormente enviavam ao Banco Central para financiar o pagamento das taxas cobradas pela faculdade devendo o aluno, depois de formado, reembolsar o valor por ele gasto para que se mantivesse um fundo rotativo.

<sup>61</sup>FERNANDES, Florestan. **O Desafio Educacional**. SP: Cortez/Autores Associados, 1989.

<sup>62</sup>DURHAM, Eunice. *“A Educação Depois da Nova Constituição: a Universidade e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional”* in **Revista EM ABERTO**. Brasília: ano VIII, nº 43, jul/set. 1989.

<sup>63</sup>CUNHA, Luiz Antônio. *“A Universidade Brasileira nos Anos Oitenta: Sintomas de Regressão Institucional.”* in **Revista EM ABERTO**. Brasília: ano VIII, nº 43 - jul/set. 1989 A.

## A (Re)Organização da Sociedade Civil na Década de 80 e a Participação da Universidade

Segundo dados do Relatório da Cepal (1993), a crise econômica na América Latina deteriorou fortemente a distribuição da renda familiar e concentrou a renda em níveis ainda mais altos do que nos anos 70. Houve um empobrecimento ainda maior das camadas pobres e médias. A concentração de renda aumentou, isto é, o estrato superior da sociedade passou a captar 40% da renda total da população.

A crise econômica se agravou. A década dos anos 80 foi, segundo alguns economistas, a “década perdida”. Entre 1980 e 1983, o emprego industrial no Brasil caiu 20% e a renda *per capita* dos brasileiros despencou em quase 13 pontos negativos, aumentando o índice da população pobre de 34% para 39% e o da população considerada indigente de 13% para 16%.<sup>64</sup> Segundo a Cepal, houve uma deterioração muito grande nas remunerações médias e no salário mínimo. Houve ainda um retrocesso real da renda dos mais educados, dos melhores qualificados, se comparado com a renda dos trabalhadores com escolaridade mais baixa.

Durante esse período houve a elevação arbitrária da taxa de juros pelos EUA, interrompendo assim os fluxos externos de financiamento, tornando a crise brasileira ainda mais grave.

Junto a esse quadro econômico, encontramos uma sociedade civil que se modificava, que se (re)organizava.

No caso da educação, em especial, ocorreram “mobilizações coletivas”<sup>65</sup> no sentido de protestar contra o aumento de mensalidades;

---

<sup>64</sup>NACIONES UNIDAS. Relatório da Comisión Económica para América Latina y el Caribe - CEPAL - (mimeo.) 21/09/1993.

<sup>65</sup>Me utilizo da noção de mobilização coletiva que está presente no trabalho de KAUCHAKJE, Samira. **Movimentos Sociais Urbanos no Brasil de 1983 a 1990**. (mimeo.) Dissertação de Mestrado. FE/UNICAMP, 1992, ou seja, no sentido de ações coletivas que ocorrem de maneira espontânea e/ou esporádica. Para a autora, a maior parte dessas mobilizações são organizadas pelas camadas populares da

contra a política interna nas escolas (como no caso da eleição e posse de reitores e no da demissão de professores) e contra a política governamental (como, por exemplo, a questão do salário dos professores e da ampliação de verbas destinadas à educação).

Essas mobilizações foram protagonizadas, em grande parte, pelos estudantes secundaristas e universitários, professores e moradores dos bairros periféricos das grandes cidades.

Além disso, outros setores da sociedade civil também se organizaram na luta em torno da campanha pelas “Diretas”. Esses movimentos foram decisivos no processo de transição do governo militar para um governo democrático no Brasil.

A vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral é analisada por O'Donnell (1988) e outros autores como sendo fruto de um pacto com as Forças Armadas que lhes garantia, dentre outras coisas, a não “revisão do passado” e uma ampla participação no futuro governo. Junto a esse pacto, houve um outro celebrado com figuras nas quais os militares depositavam confiança (os “notáveis do regime”) e que garantiram os votos necessários à eleição de Tancredo no Colégio Eleitoral através de novas adesões a essa candidatura.

Diante dessa análise, O'Donnell (1988) afirma que a transição do regime autoritário no Brasil para um governo democrático foi “costurada” cuidadosamente através de pactos entre militares e alguns políticos. Além disso, o autor evidencia a participação ativa e marcante dos militares nesse processo de transição.

Entretanto, não pode ser negada a pressão por parte da sociedade civil para que esse processo se instalasse e fosse viabilizado. Em especial na

---

população, uma vez que os setores dominantes possuem outras formas de pressão e ação que na sua maioria, se confundem com os próprios mecanismos e instâncias estatais.

universidade brasileira e em setores e instituições ligadas à educação, a resistência ao regime autoritário foi muito significativa.

Na academia tomou corpo a oposição ao regime autoritário. A partir de 1974, as reuniões da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) se tornaram verdadeiros fóruns oposicionistas. Em 1975, foi realizado na UNICAMP um seminário para a discussão do autoritarismo na América Latina. Esse seminário, denominado “História e Ciências Sociais”, foi divulgado nos principais jornais e revistas do país. Germano (1993) relata que a Revista Veja do dia 04 de junho de 1975 dedicou sua capa e várias páginas ao evento trazendo a seguinte manchete: “Preste atenção em Campinas” onde, segundo matéria do Jornal da UNICAMP de outubro de 1989<sup>66</sup>, “*era no campus da UNICAMP que se dava a circulação das melhores idéias do momento, quer para o meio acadêmico, quer para o país...*”(p. 242)

Também em 1978 aconteceu o “I Seminário Brasileiro de Educação” que se deu em Campinas e que colocou em questão a política vigente. Além disso, no final dos anos 70, a UNE ressurgiu e multiplicaram-se as associações dos professores universitários culminando na criação, em 1981, da ANDES (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior)<sup>67</sup>. Segundo Germano (1993), essa associação era uma novidade no Brasil.

Leo Maar<sup>68</sup>, ao analisar o surgimento do movimento docente nas universidades brasileiras, ressalta que junto às reivindicações por melhores

<sup>66</sup>Citado em GERMANO (1993).

<sup>67</sup>Segundo depoimento do Prof. José Benedito Schneider (IMECC/UNICAMP), tanto a ADUNICAMP quanto a APROPUCC (Associação de Professores da Pontifícia Universidade Católica de Campinas), tiveram grande influência para essa criação. Como ele mesmo relata: “*Nesta época, o Paulo Renato era o presidente, eu era o secretário-geral (da ADUNICAMP), e nós conseguimos que o Congresso de criação da Andes fosse feito em Campinas, patrocinado não apenas pela Adunicamp, mas pela Apropucc. Isto propiciou um esforço conjunto da Apropucc e Adunicamp para fundar a Andes, que a gente via como o melhor canal não só a nível da luta democrática, mas da luta sindical.*” (Citado em Associação de Docentes da Universidade Estadual de Campinas. **ADUNICAMP: Em Defesa da Universidade**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1991 - página 46)

<sup>68</sup>LEO MAAR, Wolfgang. “O Debate da Competência na Universidade” in **Novos Estudos CEBRAP**, nº 16, dez/1986.

salários e pelo fim da ditadura militar, surgiram ainda as reivindicações por melhores condições de trabalho. Nesse momento, passou-se a questionar também o autoritarismo presente na política universitária, nas estruturas de mando da instituição e a queda de investimentos estatais no ensino superior.

*“...Assim, a mobilização salarial dos professores aparece ao mesmo tempo como defesa da universidade, rompendo mais de uma década de amplo descaso da sociedade civil brasileira em relação ao ensino superior enquanto assunto prioritário à ciência e à cultura...”*<sup>69</sup> (p. 35)

Junto a essas modificações no cenário universitário, a organização da cultura se ampliou e se diversificou na área da educação através da atuação do Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes), da Revista Educação e Sociedade e da Editora Cortez que passou a publicar obras quase que exclusivamente no campo educacional. Surgiu ainda uma produção teórica de esquerda, praticamente toda vinda dos cursos de pós-graduação das universidades, que faziam críticas ao caráter eminentemente capitalista da educação.

A universidade se transformava num dos locais privilegiados de contestação e críticas ao regime autoritário. Portanto, pode-se afirmar que, ao contrário da área econômica, a década de 80 apresentou avanços significativos em torno da organização social e da questão educacional.

Ao se engajar na luta maior pela democratização do país, a universidade, de certo modo, ganhou uma condição de legitimidade perante setores da sociedade. Essa condição pode ser constatada, por exemplo, através de algumas atitudes como o destaque dado pela imprensa ao seminário contestador que foi realizado na UNICAMP nos anos 70. Entretanto, deve-se ressaltar o caráter conjuntural da mesma, ou seja, a Universidade conquistou uma certa legitimidade naquele momento,

---

<sup>69</sup>Idem, ibidem.

voltando, após a fase mais crítica de resistência ao regime autoritário, a ser contestada sobre sua condição.

Nesse período de significativo envolvimento e comprometimento com questões externas, pode-se dizer que a sua crise - **hegemônica, institucional e de legitimidade** - ficou em um estado de latência, retornando com força ainda maior nos últimos anos, após o regime autoritário.

## 5. O Momento Atual

O início da década de 90 é marcado nos países da América Latina pelo aprofundamento da crise. Segundo Relatório da Cepal (1993) entre 1980 e 1990, o total de pobres na América Latina aumentou em 60 milhões. Destes, 53 milhões residem nas cidades, o que significa dizer que a pobreza latino-americana passou a ser um fenômeno essencialmente urbano, não desconsiderando o fato de que sua incidência e complexidade continuam sendo maiores no meio rural. Segundo esse relatório, um de cada cinco latino-americanos não dispõe de recursos econômicos suficientes para consumir uma dieta adequada do ponto de vista nutricional.

Para alguns economistas, parte dessa crise é resultado da imposição da ortodoxia neoliberal ao conjunto dos países da América Latina. É fruto da receita preconizada pelo FMI e pelo Banco Mundial para estabilizar e ajustar a economia dos países periféricos. Essa receita se fundamenta, por exemplo, na estabilização da economia (fim da inflação), em reformas estruturais (como privatizações) e na retomada dos investimentos estrangeiros. Está acentada em práticas de abertura comercial, em programas de qualidade industrial e de capacitação tecnológica e facilidades para o ingresso de capitais externos. É uma estratégia pautada pela

concepção da necessidade de um Estado mínimo e do mercado como regulador absoluto das relações sociais.<sup>70</sup>

Com o governo Collor, segundo Teixeira<sup>71</sup>, deu-se a tentativa de se colocar essa estratégia em prática no Brasil. Naquele momento iniciou-se uma fase de profundos cortes no orçamento e financiamento de projetos para os setores sociais, em especial para a educação.

No ensino superior essa estratégia foi sentida através da diminuição de verbas para as universidades públicas e para as instituições de fomento à pesquisa. Diante dessa nova situação, o Estado tem novamente enfatizado a necessidade de adequação da universidade aos moldes administrativos e de produtividade do setor industrial.

A preocupação com o enxugamento do Estado e com o corte de gastos com suas instituições vem também, de certo modo, responder às recomendações de organismos internacionais. Na educação, grande parte dessas diretrizes tem sido traçada pelo Banco Mundial<sup>72</sup>.

Nesse novo contexto, vivenciamos o afloramento da crise universitária. Em parte, ele se deve ao questionamento cada vez maior acerca de sua produtividade e eficiência, feito por parte de segmentos sociais diversos e, principalmente, da imprensa. Entretanto, o grande problema que tem afligido a universidade nesses últimos anos, está relacionado aos critérios que esses setores têm utilizado para embasar suas críticas a ela. Na maioria das vezes eles estão relacionados às noções de eficiência e produtividade próprios do setor empresarial. Essa é uma tendência, como demonstrei, que se manifesta desde a década de 60.

---

<sup>70</sup>FRIGOTTO, Gaudêncio. "O Contexto Sócio Político Brasileiro e a Educação nas décadas de 70/90" in *Revista Contexto e Educação*, n° 24, out/dez. 1991 - p. 43 a 57.

<sup>71</sup>TEIXEIRA, Aloísio. *O Ajuste Impossível: um estudo sobre a desestruturação da ordem econômica mundial e seu impacto sobre o Brasil*. (mimeo.) Tese de Doutorado, IE/UNICAMP, maio/93.

<sup>72</sup>Sobre esse assunto, conferir os trabalhos de Mirian Jorge Warde, "As Políticas das Organizações Internacionais para a Educação" (1992) e de Marília Fonseca, "O Banco Mundial e a Educação" (Gentili, 1995).

O descompasso entre a lógica da universidade e a lógica da empresa é o que torna problemática a transposição de critérios acerca de eficiência e produtividade, como tem se proposto atualmente. Segundo Santos (1995), a primeira possui uma lógica de longo prazo, aliás, segundo o autor, ela “...é uma das poucas instituições da sociedade contemporânea onde é ainda possível pensar a longo prazo e agir em função dele.” (p. 218) Contrariamente, a lógica empresarial é de curto prazo. Nesse sentido, o problema reside na tentativa de impôr à universidade essa lógica de curto prazo, descaracterizando-a e comprometendo a sua produção e, especialmente, a capacidade de questionamento que lhe é peculiar.

Junto a esse novo quadro, volta a ser questionada a legitimidade da insituição. A universidade hoje tem sido criticada por voltar-se mais para si mesmo do que para a sociedade, por preocupar-se mais com questões corporativas do que com problemas sociais. Além disso, ela tem sofrido as conseqüências de uma política deliberada de seu sucateamento, haja vista os cortes de recursos destinados às instituições públicas e às agências de fomento à pesquisa. Essas idéias serão desenvolvidas melhor no terceiro capítulo.

A seguir, pretendo fazer uma breve análise da UNICAMP diante desse contexto mais amplo da universidade brasileira.

## Capítulo II: A TRAJETÓRIA DA UNICAMP EM MEIO À CRISE

Diante do diagnóstico da crise da universidade brasileira feito no capítulo anterior, pode-se dizer que a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) nasceu no início do processo de consolidação das três dimensões dessa crise, ou seja, da dimensão **hegemônica, de legitimidade e institucional**.

### 1. O Momento de Criação da UNICAMP

Diferentes fatores determinaram a criação da UNICAMP. Segundo Lima<sup>73</sup>, o que poderíamos chamar de processo de gestação dessa Universidade se deu num período que está compreendido desde o primeiro ato legal para tal criação, ou seja, desde o momento de promulgação da Lei Estadual nº 7655 de 1962, que previa sua implantação, até o lançamento da “pedra fundamental” da construção do campus, em 1966.

Entretanto, é importante recuperar, pelo menos em parte, a discussão sobre o ensino superior que se fazia no estado de São Paulo naquela época e, em especial, em Campinas.

Em seu trabalho, Meneghel<sup>74</sup> relata que nos anos 50 crescia a preocupação em se desobstruir a USP, ou seja, era importante que se buscasse resolver o problema do excesso de alunos que procuravam a capital paulista para dar continuidade aos seus estudos. A USP representava até então, especialmente para muitos dos alunos paulistas, a única possibilidade de se cursar o ensino superior. Com essa preocupação, o governo do estado de São Paulo apontava três medidas no sentido de

---

<sup>73</sup>LIMA, Elói José da Silva. *A Criação da UNICAMP: administração e relações de poder numa perspectiva histórica*. (mimeo.) Dissertação de Mestrado. FE/UNICAMP, 1989.

<sup>74</sup>MENEGHEL, Stela Maria. *Zeferino Vaz e a Unicamp - uma trajetória e um modelo de Universidade*. (mimeo.) Dissertação de Mestrado. FE/UNICAMP, 1994.

viabilizar a solução do problema. As sugestões eram diversas. Por um lado, propunha que se aguardasse a construção de novas Instituições de Ensino Superior por parte da iniciativa privada e/ou que se procurasse integrar outros institutos e faculdades à USP; por outro, que fossem criados institutos isolados no interior os quais pudessem se converter, futuramente, em centros de outras universidades. Tais propostas tinham por objetivo procurar manter o candidato ao curso superior na sua própria região, ao invés dele se dirigir à capital; também, abrir a perspectiva de que o interior se desenvolvesse e criasse vida cultural própria.

Segundo Meneghel (1994), foi com a Lei nº 161 de 1948 que se inaugurou esse processo de interiorização prevendo a criação de três escolas de ensino superior no estado: as Faculdades de Engenharia (São Carlos), de Medicina (Ribeirão Preto) e de Direito (Campinas). Sendo assim, o governo paulista tinha por meta a criação da Universidade do Interior.

A proposta de fundação de uma Faculdade de Direito em Campinas não foi concretizada por não ter despertado interesse suficiente entre os políticos da região e na própria comunidade. Essa falta de empenho em relação ao curso de Direito resultou na reivindicação por parte da população da cidade por uma Faculdade de Medicina.

Lima (1989) relata que em 1955 foi criado em Campinas um Conselho de Entidades com o objetivo de debater os interesses da comunidade. Desde essa época estava em pauta a reivindicação de setores da sociedade local por uma Escola de Medicina. Através de manifestações populares e de pressões políticas junto ao Governo do Estado de São Paulo, no dia 25 de novembro de 1958, em ato do então governador Jânio Quadros, a Faculdade de Medicina de Campinas foi criada legalmente sem, no entanto, ser concretizada na prática. Nesse mesmo ano, o governador ratificou a Faculdade de Medicina em Campinas e criou uma outra em Botucatu. Entretanto, o estado não dispunha de recursos para bancar as duas

Faculdades de Ciências Médicas, o que levou a uma disputa entre as duas cidades em 1959.

Havia forte resistência à criação de mais uma Faculdade de Medicina no estado de São Paulo. Essa resistência encontrava-se na capital, principalmente na Universidade de São Paulo. Os opositores argumentavam que era dispensável a instalação de mais escolas de Medicina no estado, porque as já existentes atendiam plenamente à demanda. Além disso, como o governo estadual não dispunha de verba suficiente para bancar a criação de várias Faculdades, argumentava-se que o dinheiro disponível poderia ser melhor aplicado através da instalação de boas escolas rurais, na formação de um maior número de engenheiros sanitários, de enfermeiros e de técnicos para os serviços de saúde. Entretanto, segundo Lima (1989), dados da Organização Mundial de Saúde, da época, demonstravam a carência de médicos em todo o país, inclusive na região de Campinas.

Em 1959, Zeferino Vaz, encabeçando uma comissão do Conselho Estadual de Educação (CEE), foi chamado para verificar as condições de Campinas para sediar uma Faculdade de Medicina, e emitir um juízo frente à disputa entre esta cidade e Botucatu. Segundo Meneghel (1994), Vaz teria assumido um compromisso com a comunidade de emitir parecer favorável a Campinas. Entretanto, contrariando esse compromisso, recomendou em relatório ao CEE que a Faculdade deveria ser instalada em Botucatu. A partir de então, Vaz passou a ser combatido pela bancada campineira na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

Setores da sociedade campineira continuaram se organizando na defesa de seu interesse pela Faculdade de Medicina. Em 1960, o Dr. Roberto Franco do Amaral assumiu a presidência da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Campinas (SMCC) com o intuito de se associar a outras entidades e viabilizar a instalação da Faculdade. Exemplo dessa organização

foi a reativação, em 16 de janeiro de 1961, da Campanha Pró-Instalação da Faculdade de Medicina.

Dessa nova organização surgiu o encaminhamento à Assembléia Legislativa do Estado, em 1962, do Projeto de Lei que pedia a criação da Universidade de Campinas, incorporando a ela a Faculdade de Medicina que era reivindicação antiga.

Em 28 de dezembro de 1962, o governador Carvalho Pinto promulgou a Lei de nº 7655 que previa a criação da Universidade reivindicada por setores da sociedade campineira.

Nessa Lei foi definido como finalidade da instituição recém-criada o ensino universitário e de pós-graduação, a promoção de pesquisa “pura e aplicada”, a formação e treinamento técnico de nível médio e superior. As Faculdades que estavam previstas na Lei eram as de Ciências, Medicina, Odontologia e Química Industrial. Estava prevista também a criação de Institutos<sup>75</sup> que agrupariam, de acordo com suas afinidades, as “cadeiras” básicas que serviriam a mais de uma Faculdade ou Escola Técnica, sendo também a eles atribuída a atividade de pesquisa.

Essa Lei trazia várias inovações, como por exemplo, a criação da carreira do pesquisador que se dedicaria à atividade de pesquisa no interior da universidade, ficando liberado das atividades docentes. Mencionava ainda a garantia de autonomia didática, financeira e disciplinar, fazendo referência ao que mais tarde ficaria estabelecido no texto da Lei 5540/68. No entanto, esse era um ponto ambíguo na legislação. Ao mesmo tempo em que deliberava sobre essa autonomia, “...determinava que as principais decisões, como a estruturação da carreira do pesquisador, ou a criação e extinção de cargos, ou a fixação de salários e a escolha do Reitor, deveriam ser baixadas por decreto do Governo Estadual...”<sup>76</sup>(p. 79)

---

<sup>75</sup>Os Institutos previstos eram os de Biologia, Morfologia, Química, Física e Matemática.

<sup>76</sup>Este trecho está citado no trabalho de Lima (1989).

Segundo Meneghel (1994), essa Lei incorporava mudanças e aspectos modernizantes da UnB. No entanto, estava ainda muito ligada à estrutura e à organização da USP pois determinava que, no caso do texto da Lei 7655 omitir dados e ações necessárias para a resolução de algum problema ou contratempo em relação a essa nova Universidade, deveria ser consultado o estatuto da Universidade de São Paulo e serem seguidas as orientações nele contidas. *“...Os organizadores da nova Universidade tinham a intenção de adotar princípios modernos na sua estruturação, como a carreira de pesquisador e outros existentes na UnB. No entanto, parece evidente que esta modernidade ainda não havia sido suficientemente planejada e sistematizada à medida que a lei mostrava-se omissa em pontos fundamentais da sua organização - como a estrutura didático-científica - e, paradoxalmente, previa utilizar os estatutos da USP, elaborado décadas atrás, para deliberar sobre as omissões do seu texto...”*<sup>77</sup> (p. 95)

Ao analisar o texto da Lei 7655, pode-se afirmar que a UNICAMP, juntamente com a UnB, anteciparam e refletiram desde o início de suas existências o que de mais “moderno” vinha sendo proposto para a estrutura das universidades brasileiras e que mais tarde foi divulgado através da lei da Reforma Universitária de 68. Foi nesse sentido que o Deputado Pinheiro Júnior deu o seguinte depoimento na 116ª Sessão Ordinária no dia 20/10/72: *“...a UNICAMP está plenamente ajustada à Lei (a 5540) mesmo antes da lei. Pode-se até afirmar que a lei é que se ajustou a ela. Não se esqueça que o professor Zeferino Vaz foi, durante dois anos reitor da Universidade de Brasília (1964-65), na qual também vigiam os princípios fundamentais da Reforma Universitária, muito antes que ela fosse imposta pela Lei 5540.”*<sup>78</sup>(p. 88). No entanto, as inovações incorporadas pela UNICAMP

---

<sup>77</sup>MENEGHEL, 1994.

<sup>78</sup>Esse pronunciamento está citado em Lima (1989) e foi extraído do **Diário Oficial do Estado** de 24/10/72 nas páginas 57 e 58.

restringiam-se ao campo administrativo e pedagógico, deixando de lado o caráter político que estava presente na UnB no momento de sua criação.

Após a promulgação da Lei 7655 foram dados os primeiros passos rumo à viabilização da Universidade de Campinas. Em 1963, foram nomeados seu primeiro reitor, o Prof. Cantídio de Moura Campos; o diretor da Faculdade de Medicina (Dr. Antônio Augusto de Almeida) e contratado o primeiro professor (Prof. Walter Hadler). Nesse mesmo ano teve início o curso de Medicina, funcionando na Maternidade de Campinas, com 50 vagas disputadas por 1.654 candidatos, ultrapassando em muito a expectativa inicial de 300 candidatos. Foi criado ainda o Instituto de Morfologia.

Em outubro de 1963 foi nomeado, por indicação do governador Adhemar de Barros, um novo reitor para essa Universidade, o Prof. Mário Degni. Porém, o então governador não encampou o projeto da Universidade de Campinas alegando falta de verbas. Diante disso, deu condições apenas para a continuação do curso de Medicina, manifestando a intenção de deixar de lado a proposta de criação da Universidade e transformar o curso de Medicina em Faculdade.

Além desse desinteresse por parte do governo, a UNICAMP recebia críticas do Conselho Estadual de Educação. Exemplo disso é a declaração do Prof. Honório Monteiro, presidente da Câmara de Ensino Superior do CEE, em reunião da mesma no dia 13 de dezembro de 1963, que se posicionou com veemência contra essa Universidade. Segundo ele, *“...a própria lei de diretrizes e bases conceitua a Universidade como sendo a reunião, sob a administração comum, de cinco ou mais estabelecimentos de Ensino Superior. Os estabelecimentos preexistem à Universidade e são por ela congregados. Aqui, na Universidade de Campinas, verificou-se tudo ao inverso (...) a Universidade passou a ter Reitor, Conselho de Curadores e foi provida de aparelhamento administrativo com*

*funcionários contemplados com referências superiores às dos professores dos Institutos Isolados de Ensino Superior. A Universidade de Campinas tem tudo; só não tem estabelecimento de ensino. Conclui-se, portanto, que a Universidade de Campinas é, em verdade, mera ficção do ponto de vista das finalidades próprias a uma tal entidade. Urge encerrar a vida fictícia dessa Universidade, que onera os cofres públicos, sem qualquer vantagem para o ensino e para a pesquisa.”*<sup>79</sup> (p. 96) Nesse momento estava posto então um dilema: adequar esse projeto de Universidade às exigências da lei ou extingui-lo.

A extinção do projeto da UNICAMP só foi evitada, segundo o Prof. Bernardo Beighelman<sup>80</sup>, graças às pressões dos políticos locais e de elementos da própria Universidade, além do apoio do então vice-governador, Laudo Natel. Em 1965, foi instalado efetivamente o curso médico.

No dia 12 de abril desse mesmo ano, o CEE instituiu uma Comissão Especial, sob a presidência da Profa. Esther de Figueiredo Ferraz, para verificar as condições para a instalação efetiva da UNICAMP. “...O relatório desta Comissão, datado de 30/08/65, conclui sobre a inoportunidade do estabelecimento da Universidade, propondo seu adiamento e privilegiando a solidificação da Faculdade de Medicina. Ele também sugeriu a criação de uma ‘Comissão Organizadora’ da Universidade.”<sup>81</sup>(p. 97)

Atendendo à sugestão dessa Comissão Especial, ainda em 1965, através do decreto nº 45220, foi criada a “Comissão Organizadora da Universidade de Campinas”, pelo governador Adhemar de Barros, visando acelerar a implantação da Faculdade de Medicina e trabalhar para a

<sup>79</sup>Citado em Meneghel (1994).

<sup>80</sup>Essa informação se encontra no trabalho de Meneghel (1994).

<sup>81</sup>MENEGHEL, op. cit.

implementação da Universidade. Essa comissão era formada pelos professores Zeferino Vaz<sup>82</sup>, Paulo Gomes Romeo e Antônio Augusto de Almeida. Por esse mesmo decreto foi exonerado de seu cargo o reitor, Prof. Mário Degni. Através da comissão instituída conseguiu-se a implantação da Faculdade de Medicina no mesmo ano de 1965.

A Comissão Organizadora adquiriu, através de doação do Sr. Adhemar de Almeida Prado, uma área de 30 alqueires na zona suburbana de Campinas para a construção da cidade universitária. Obteve ainda um adiantamento do governo paulista para que fosse aberta a concorrência para a construção do primeiro prédio.

No dia 5 de outubro de 1966 foi lançada a pedra fundamental da UNICAMP com a presença do Presidente da República, General Castelo Branco; do Governador do Estado, ministros, secretários de Estado e presidente do CEE. Entretanto, o campus universitário só se tornou realidade em 1968 sendo que, até essa data, os cursos já existentes funcionaram em diferentes pontos da cidade.

### **Entra em Cena o Prof. Zeferino Vaz<sup>83</sup>**

A partir da criação da “Comissão Organizadora da Universidade de Campinas”, e com a presença marcante do Prof. Zeferino Vaz (1908-1981), o processo de implementação da Universidade foi agilizado. Vaz havia criado a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto nos anos 50, e trazia em seu *curriculum* a experiência de ter administrado uma das maiores universidades do país, quando substituiu o Prof. Anísio Teixeira - que foi

---

<sup>82</sup>Segundo Meneghel (1994) diversos professores da Faculdade de Medicina se empenharam em “seduzir” o Prof. Zeferino Vaz - então reitor da UnB e presidente do CEE - para dirigir o projeto da UNICAMP.

<sup>83</sup>Sobre a estreita relação entre o projeto da UNICAMP e as idéias e personalidade do Prof. Zeferino Vaz, deve ser consultado o trabalho de Meneghel (1994).

destituído de seu cargo pelo regime militar - na reitoria da Universidade de Brasília (UnB) no período de 1964 a 1965.<sup>84</sup>

O Prof. Zeferino foi presença decisiva para a consolidação da UNICAMP e imprimiu sua marca pessoal à Universidade durante os anos em que esteve à sua frente.

Era “homem de confiança” do Regime militar. Segundo suas próprias palavras, contribuiu com o planejamento do Golpe de 1964: *“Tendo eu participado do preparo da Revolução de 64 e participei porque, como Secretário da Saúde, fui testemunha de como elementos do governo João Goulart vinham a São Paulo promover greves (...) Então, eu me engajei na Revolução, me engajei mesmo, e me articulei com o então tenente coronel Restel - e que hoje é general lá no Rio Grande do Sul - que era o articulador aqui (...) e preparei 250 peruas de transporte de tropas e depósito de gasolina em vários locais...”*<sup>85</sup>(p. 132)

Como já disse, Zeferino Vaz foi uma pessoa que muito contribuiu para dar um novo ritmo à criação da UNICAMP. Exemplo disso foi a tentativa de agilizar sua adequação às exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em vigor, buscando assim silenciar as críticas do CEE.<sup>86</sup> Foram contatadas a Faculdade de Engenharia Civil de Limeira, a Faculdade de Odontologia de Piracicaba e a Faculdade de Filosofia,

---

<sup>84</sup>A saída do Prof. Zeferino Vaz da direção da UnB, é relatada por Cunha (1988). Segundo o autor, durante o período em que Vaz esteve à frente dessa Universidade, ele contratou o Prof. Ernani Fiori, que havia sido demitido da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Logo começaram as pressões para que esse professor fosse demitido. Estudantes e outros professores se uniram na luta pela permanência de Fiori na Universidade de Brasília. Em meio à resistência com relação à demissão do professor, um aluno foi expulso, gerando uma greve de estudantes. Zeferino Vaz esperou então pelas férias de julho de 1965 e demitiu o “filósofo gaúcho”, respaldado por um parecer jurídico que dizia não ser empregável em instituição pública, um demitido por “ato revolucionário”. A volta das aulas no segundo semestre foi marcada por greve estudantil e pelo fechamento do restaurante universitário, enquanto forma de protesto contra a demissão do professor. Não podendo exercer mais suas funções devido ao clima de pressão sofrido, Zeferino Vaz se demitiu de seu cargo de reitor.

<sup>85</sup>Esse trecho é citado por Meneghel (1994) e foi retirado de FRANKEN, Tjerk e GUEDES, Ricardo. **Entrevista do Prof. Zeferino Vaz à Fundação Getúlio Vargas - 19/12/1977.** (mimeo) Acervo da FMRP - USP, p. 105.

<sup>86</sup>Uma dessas exigências era a de que seria considerada uma instituição universitária aquela que fosse composta por pelo menos cinco unidades de ensino profissional. (Meneghel, 1994, p. 96)

Ciências e Letras de Rio Claro<sup>87</sup>, que aceitaram ser incorporadas à UNICAMP, associando-se à Faculdade de Medicina, já criada, e à Faculdade de Engenharia de Campinas, que seria criada em 1967<sup>88</sup>. Nesse mesmo ano, os diretores das Faculdades anexadas passaram a fazer parte do Conselho Diretor da nova Universidade.

Através de seus contatos, foram convidados diversos professores<sup>89</sup> para comporem o corpo docente e para auxiliarem na implantação dos Institutos e Faculdades.

Porém, a contribuição do Prof. Zeferino não foi apenas no sentido de impulsionar a consolidação da Universidade, mas também, e sobretudo, na influência exercida sobre o perfil dessa Universidade que nascia.

Para ele, a função de uma universidade deveria ser a de fornecer para a sociedade recursos humanos qualificados e novos conhecimentos técnico-científicos, resultados de pesquisa aplicáveis no setor produtivo. Além disso, deveria promover adaptações de conhecimentos técnico-científicos importados e serviços ligados à natureza de seus objetivos. A Universidade que estava sendo criada deveria voltar-se para o atendimento de interesses do modelo econômico vigente na época. Nascia, portanto, adequada ao modelo de universidade que vigoraria no país após a Reforma de 1968.

---

<sup>87</sup>Essa Faculdade esteve ligada à UNICAMP até o dia 10 de setembro de 1968, quando por decreto governamental voltou à sua condição de Instituto Isolado de Ensino Superior sendo depois incorporada pela Unesp (Universidade do Estado de São Paulo), à qual pertence ainda hoje.

<sup>88</sup>A partir da década de 80, houve o desmembramento dos vários departamentos dessa faculdade, que passaram a se estruturar em faculdades independentes. Esse foi o caso do curso de Engenharia Elétrica (1986), das Engenharias Mecânica e Química (1989). A criação dessas novas faculdades veio de encontro às aspirações dos professores, alunos e funcionários da área e ainda “...correspondeu à expectativa do setor produtivo representado pela indústria química e correlata da região, do Estado de São Paulo e do país...” (Revista do Vestibulando/UNICAMP - 1996, p. 35)

<sup>89</sup>Meneghel (1994) apresenta o seguinte quadro de docentes-fundadores da UNICAMP: Prof. Dr. Marcello D. de Souza Santos (Instituto de Física); Prof. Dr. Giuseppe Cillento (Instituto de Química); Prof. Dr. Rubem Murillo Marques (Instituto de Matemática e Estatística); Prof. Dr. Walter Hadler (Instituto de Biologia); Prof. Dr. José F. Valverde (Faculdade de Engenharia Elétrica) e Prof. Dr. André Tozello (Faculdade de Engenharia de Alimentos). Em 1966 foram convidados o Prof. Fausto Castilho para a implantação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e o Prof. Dr. Friedrich Gustavo Bireger (da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ) para auxiliar na estruturação e organização administrativa e acadêmica da Universidade.

Zeferino Vaz possuía uma visão pragmática da instituição de ensino superior, isto é, para ele “...(caberia) à *universidade resolver os problemas tecnológicos da Nação. As universidades não podem mais limitar a sua ação ao ensino e à pesquisa básica. Têm por dever sair dos seus muros e, humildemente, mas com convicção anímica, de alma profunda, que leve à ação, ir à comunidade, para detectar quais os problemas que a afligem.*”<sup>90</sup>(p. 91) De certo modo, a fala de Vaz traz algumas semelhanças com o discurso do grupo fundador da UnB. Em ambos se faz presente a utilização de categorias genéricas - no primeiro, comunidade e, no segundo, povo - a fim de identificar com qual clientela a universidade deveria estar envolvida.

Ao usar o termo comunidade de uma forma genérica, Vaz encobria, de certo modo, qual era de fato o público que se pretendia atender prioritariamente, ou seja, os que estavam empenhados no projeto de “modernização do país” defendido pelo regime militar e o setor empresarial<sup>91</sup>. Isso fica claro em alguns momentos como quando defendia a necessidade de adequação das pesquisas dos cursos universitários e da formação de graduandos e pós-graduandos às exigências do setor produtivo da economia local<sup>92</sup>.

Um outro episódio, que também é citado por Lima (1989), e parece confirmar a opção política daquele que conduziu a implementação da UNICAMP, é uma declaração sua em um documento oficial encaminhado ao Governo do Estado de São Paulo, apresentando o plano de aplicação de recursos financeiros para o ano de 1970: “... ‘*Desejamos fixar como ponto*

---

<sup>90</sup>Este trecho é citado por Lima (1989), e foi extraído de um artigo do próprio Zeferino Vaz, intitulado “*A Universidade e a Economia Brasileira*” publicado pela **Revista TIBIRICA**, nº 9, de jul/dez de 1978.

<sup>91</sup>É neste sentido que mais tarde, em 1992, o então reitor Carlos Vogt justificou o bom desempenho dessa Universidade em relação ao ensino e à pesquisa como sendo fruto do vínculo estreito que ela estabeleceu, desde sua criação, com as políticas de desenvolvimento estrutural do país e com o setor de produção de bens e serviços.(Citado em **Projeto Qualidade: Elementos para um Diagnóstico da Graduação da Unicamp**. UNICAMP/ out./92.)

<sup>92</sup>LIMA, op. cit.

*primordial que a Universidade Estadual de Campinas está sendo implantada como Empresa de Produção Cultural e ainda que a cultura seja o mais nobre produto do espírito humano a sua elaboração há de obedecer estritamente os princípios empresariais que regem a empresa privada, quer quanto à aplicação de recursos para as atividades fim, como para as atividades meio*".<sup>93</sup> (p. 92) É o espírito da racionalização empresarial tomando conta do meio acadêmico. A racionalização científica, técnica, "sistêmica" que busca adequar os meios para se alcançar os fins desejados, procurando uma maior "eficiência" e produtividade.

Essa adaptação da racionalidade sistêmica à UNICAMP, pode ser analisada como reflexo da **crise institucional** vivida pela universidade brasileira de um modo geral e que vem se intensificando nos dias de hoje. Embora, nesse momento, não houvesse os cortes orçamentários ressaltados por Santos (1995) como sendo um dos fatores agravantes dessa crise, já se fazia presente, uma outra característica sua: a preocupação em melhorar a eficiência e produtividade da instituição sob uma perspectiva empresarial. É nesse sentido que o autor afirma, *"...a universidade sofre uma crise institucional na medida em que a sua especificidade organizativa é posta em causa e se lhe pretende impor modelos organizativos vigentes noutras instituições tidas por mais eficientes."* (p. 190)

Com o novo ritmo dado ao projeto da UNICAMP pelo Prof. Zeferino Vaz, foi possível a sua consolidação. Foi assim que no dia 19 de dezembro de 1966 o CEE autorizou o funcionamento da Universidade e de suas seguintes unidades: 1) Institutos de Biologia, Matemática, Física e Química; 2) Faculdades de Engenharia (Mecânica e Elétrica), Tecnologia de Alimentos, de Ciências (Química, Física, Matemática e Biologia) e de Enfermagem; 3) Colégios Técnicos Industriais de Enfermagem e de

---

<sup>93</sup>Trecho citado na dissertação de Lima (1989).

Tecnologia de Alimentos. Dois dias depois foi extinta a Comissão Organizadora da Universidade por ato do governador Laudo Natel e nomeado o Prof. Zeferino Vaz como reitor da Universidade implantada.

A partir de então novos cursos foram surgindo. Em 1969 foi criado o curso de Estatística. Em 1970 os cursos de Ciência da Computação, Planejamento Econômico e Social, os de Ciências Econômicas e Administração, e Ciências Sociais.<sup>94</sup> Nos anos seguintes, houve a criação dos cursos de Linguística, ligado ao IFCH (1969)<sup>95</sup> e do curso de Pedagogia na Faculdade de Educação, no ano de 1974. Ainda na década de 70, surgiram os Cursos Superiores de Tecnologia com modalidades em Edifício, Obras de Solo e Saneamento, no Centro Superior de Educação Tecnológica (CESET) situado em Limeira (SP).

Nos anos 80 foram criados os cursos da Área de Artes; foi também ao final dessa década que teve início a implantação de novos cursos noturnos, que discutirei nos próximos capítulos.

### A “Vocação” Tecnológica

Além da universidade ser encarada como “empresa cultural” por parte de Zeferino Vaz, ela também deveria, segundo ele, prestar serviços ao capital privado. Na época de sua criação, indústrias de grande porte na região foram oferecer seus préstimos. A partir de então, passou a existir um acordo entre empresas e UNICAMP. O acordo pautava-se pela abertura das

---

<sup>94</sup>É importante salientar que nessa época houve o rompimento do DEPES (Departamento de Economia e Planejamento Econômico e Social) dando origem ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). Esse foi um departamento inovador na Universidade. Segundo Meneghel (1994) através da atuação do DEPES desde 1967 fica evidente a liberdade ideológica presente na UNICAMP. A autora relata que nesse departamento havia a livre circulação de apostilas e programas de cursos pautados por idéias esquerdistas, e era permitida a presença de ex-professores do Centro de Estudos para a América Latina (CEPAL) que tinham sido taxados pelos militares de “subversivos”. Estes professores puderam atuar com plena liberdade e foram os responsáveis pelo planejamento de alguns dos cursos de graduação oferecidos pela Universidade em anos posteriores.

<sup>95</sup>Esse curso foi incorporado em 1971 pelo Instituto de Estudo da Linguagem/IEL.

instalações das indústrias para estagiários e até mesmo para o ensino regular, além de prever o “empréstimo” de engenheiros altamente qualificados das indústrias para ministrarem cursos na Universidade. Em troca, as empresas reivindicavam o direito de utilizarem os equipamentos da UNICAMP.<sup>96</sup>

Desse modo, pode-se afirmar que a UNICAMP nasceu com uma forte vocação tecnológica, ou seja, com a preocupação primordial em atender aos interesses da produção e do desenvolvimento industrial. O discurso às vezes humanista de seus dirigentes, presente no processo de implantação, dá-se, geralmente, no sentido de legitimar essa opção tecnológica. É importante perceber que os empresários é que são chamados para discutir e opinar sobre a forma de implementação da Universidade. Um exemplo disso é que após uma reunião entre a Comissão Organizadora da Universidade e representantes de várias empresas (realizada em 13/09/1966) foi formada uma comissão de engenheiros que elaborou um relatório contendo as expectativas e sugestões das empresas não só quanto aos cursos a serem instalados mas também com relação ao número de vagas, carga horária, calendário, etc., visando formar novos profissionais em um período menor do que o habitual na época. Esse relatório foi entregue aos organizadores da UNICAMP que, embora não tenham contemplado todas as sugestões nele contidas, é bem provável que dele tenham se servido como inspiração para a implementação dos cursos de Engenharia que passaram a funcionar no ano seguinte.<sup>97</sup>

---

<sup>96</sup>Em Relatório da Comissão Organizadora da Universidade de 19/12/1966, citado por Meneghel (1994) à página 101, é relatada uma reunião com representantes de grandes indústrias que declararam a necessidade que sentiam por mão-de-obra qualificada. Esses representantes disseram que já haviam construído e equipado por conta das próprias indústrias, um excelente edifício destinado ao ensino técnico e já cogitavam a instalação de uma Escola de Engenharia. Com a implantação da Universidade, ofereciam todas as facilidades de suas indústrias. Nesse relatório a Comissão buscava demonstrar o quanto seria positivo a união entre a UNICAMP e as empresas da região, no sentido de instalar os cursos de Engenharia.

<sup>97</sup>Citado em Meneghel (1994).

Volto a insistir: apesar da preocupação com a formação humanista presente na fala dos organizadores da Universidade parece ser a preocupação em atender aos interesses imediatos da produção industrial que prevalece na sua organização<sup>98</sup>. Também deve ser observada a diferença de ritmo na implantação dos cursos na área tecnológica e nas áreas de Ciências Humanas e Artes. Na área de Artes, por exemplo, os cursos só foram criados a partir do início da década de 80<sup>99</sup>.

Para Bezzon<sup>100</sup>, essa estratégia da Universidade em priorizar a área da produção tecnológica aplicada ao setor produtivo foi acertada e oportuna naqueles tempos em que era esta a exigência do setor econômico. Foi a melhor opção primeiro porque *“...não havia nenhuma Universidade no mundo que fosse boa em todas as áreas. Portanto, a Unicamp deveria gerar no seu início uma competência muito específica em determinada área. Segundo, ela deveria criar uma imagem externa para ganhar prestígio e notoriedade, e por esta via, atrair recursos para as demais áreas.”* (p. 40)

Se essa foi a melhor estratégia da Universidade para se legitimar em níveis locais, nacionais e internacionais, hoje o quadro parece estar

---

<sup>98</sup>Essa ainda tem sido uma realidade na UNICAMP. Em consulta às atas da CCG, por exemplo, pude constatar o tratamento diferenciado quando da criação do curso de Engenharia da Computação no ano de 1989 e do Curso de Música Popular no ano anterior. No caso do curso de Engenharia da Computação houve a congratulação de toda a Comissão pela sua criação e pela contribuição que estariam dando à sociedade brasileira. Quanto ao outro curso, após muita discussão e vários obstáculos apresentados, foi aprovada a criação da **Modalidade** de Música Popular no Curso de Música do Instituto de Artes da Universidade. É importante ressaltar que os dois cursos foram discutidos em momentos de grande dificuldade financeira atravessados pela UNICAMP, entretanto essa dificuldade era mais enfatizada quando da discussão sobre o curso na área de Artes.

Outro exemplo atual dessa vocação tecnológica é o enunciado pelo então reitor Carlos Vogt à reportagem da Folha de São Paulo no dia 10/06/1991, quando se referia à questão da pesquisa na UNICAMP. Segundo ele, cerca de 3,5 mil pesquisas naquela época estavam em andamento, sendo que 300 delas estavam prontas para o repasse industrial. Ainda segundo ele, das pesquisas desenvolvidas na UNICAMP, 60% são da área tecnológica

<sup>99</sup>O Instituto de Artes foi oficializado como unidade de ensino e pesquisa no ano de 1979, mas já funcionava como departamento desde 1970, como escola de música. No entanto, foi a partir do início da década de 80 que houve a criação de seus diferentes cursos: Dança, Artes Cênicas, Educação Artística e Música.

<sup>100</sup>BEZZON, Lara Andréa C. **Análise do Perfil Sócio-Econômico-Cultural dos Ingressantes na UNICAMP (1987-1994): democratização ou elitização?** (mimeo.) Dissertação de Mestrado. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1995.

mudando e exigindo a redefinição de suas funções em decorrência da emergência de novas demandas sociais. A adequação da Universidade à organização empresarial e às exigências do setor produtivo na busca de gerir a **crise institucional e hegemônica** sob a qual já nascia, ao contrário do esperado, contribuiu para agravá-la ainda mais nos dias atuais. Os critérios de eficiência e produtividade próprios do setor empresarial, acabaram se tornando referências para a avaliação que hoje lhe é proposta por setores da sociedade e, principalmente, pela imprensa.

### **A UNICAMP: Universidade Moderna**

A estrutura didático-científica do início dessa Universidade foi marcada pela predominância da contratação de docentes por período integral, tendo a preocupação de tornar indissociável a relação entre ensino e pesquisa. As matrículas dos alunos eram semestrais e foi adotado o sistema de créditos. A Universidade foi estruturada a partir de Institutos que deveriam ficar responsáveis pelos cursos básicos e das Faculdades que ministrariam a parte especializada do currículo das diferentes graduações. É importante ressaltar que tanto os Institutos como as Faculdades deveriam desenvolver trabalhos de pesquisa científica. Haveria ainda os órgãos complementares que seriam os de prestação de serviços (Administração, Biblioteca, Tesouraria, Setor de Alunos, etc).

O ciclo básico seria incorporado a essa estrutura. Ele teria a função de suprir possíveis falhas que os alunos trouxessem do 2º grau. *“A implantação do ciclo básico, segundo o relatório (da Comissão Organizadora), traria outras vantagens: 1) uma economia aos cofres públicos, evitando a duplicação de recursos no oferecimento das*

*disciplinas fundamentais da carreira; 2) a integração, pela convivência comum, entre as diversas áreas do conhecimento...*”<sup>101</sup>(p. 104)

A própria arquitetura da UNICAMP estava em sintonia com a preocupação em proporcionar um maior entrosamento entre as diferentes áreas do conhecimento. *“A disposição do ‘campus’ com uma praça imensa ao centro, de onde saem as ruas com os diversos Institutos pretendia externar o conceito da ‘unidade’. A praça central seria o lugar onde os estudantes dos variados cursos se encontrariam numa troca de conhecimentos, idéias e anseios, nas palavras de Zeferino, aprendendo a respeitarem-se mutuamente e perdendo o falso preconceito de superioridade de certas profissões sobre outras.”*<sup>102</sup> (p. 145)

Embora a nova Universidade se pautasse pelo discurso da integração entre as áreas do conhecimento e pela autonomia departamental, havia um privilegiamento das ciências exatas e tecnológicas e uma centralização excessiva do poder administrativo nas mãos do reitor. Nos departamentos até havia a liberdade de contratação de docentes, que no entanto, deveriam passar por entrevistas avaliativas com o Prof. Zeferino Vaz. O mesmo se dava em relação à contratação de funcionários e aos pedidos de verbas para pesquisa e compra de equipamentos.

Entretanto, apesar dessa organização centralizadora na figura do reitor, a Universidade conseguia de maneira ágil satisfazer suas necessidades. Muito dessa agilidade era devido às influências e à personalidade do Prof. Zeferino Vaz que estava à frente da UNICAMP. Segundo Meneghel (1994), *“...os órgãos de fomento à pesquisa e os governos estadual e federal parecem ter sempre contribuído com a Unicamp, pois as solicitações desta (de verbas, de contratações) nunca*

---

<sup>101</sup>MENEGHEL, op. cit.

<sup>102</sup>LIMA, op. cit.

*eram indeferidas, além de tramitarem com velocidade acima da média na burocracia oficial.*”<sup>103</sup>(p. 111)

Para a autora, as principais características desse sistema administrativo eram, por um lado, o autoritarismo e a centralização e, por outro, a ausência de burocracia, uma vez que as relações e decisões se davam muito mais no campo pessoal. O Prof. Zeferino Vaz adotou um modelo de caráter eminentemente empresarial de gerenciamento da UNICAMP, administrando-a como um projeto pessoal. Durante anos, não existiu concurso para a contratação de docentes, ficando esta sempre sob a responsabilidade do reitor e pautada pelos seus contatos pessoais.

A gestão de Zeferino Vaz foi marcada por ambigüidades. Em meio às pressões e fiscalização do regime militar, ele conseguiu autonomia para a contratação dos “melhores professores” e cientistas de cada área, profissionais com posições políticas nem sempre consensuais com as do regime vigente. Além disso, houve certa liberdade para que crescesse no interior da universidade a crítica e a oposição ao governo dos militares. Como mencionei no capítulo anterior, foi na UNICAMP, por exemplo, que se realizou um seminário em 1975 marcado por posicionamentos críticos em relação ao regime. Vale a pena lembrar que na época desse seminário o Prof. Zeferino Vaz era o reitor da Universidade.

---

<sup>103</sup>Essa tem sido ainda hoje uma realidade em relação à UNICAMP. Segundo Sette, em debate publicado pelo **Jornal da ADUNICAMP**, ano 9 de setembro de 1989, à página 8, o nome da UNICAMP ainda “abre portas” nas instâncias burocráticas. Como ele mesmo relata: “...Eu vou contar uma experiência que passei quando estava numa reunião sobre vestibular. De repente na discussão um senhor de idade levanta e diz que não se fazia na Universidade algumas coisas porque isto era contra a lei. Não se faz mas a UNICAMP sempre faz e vem fazendo à revelia da lei. Eu fiquei sem saber o que responder, bem não é assim, a UNICAMP é Estadual, as outras são Federais. Ai ele disse: não, a lei é igual eu já participei do CFE (Conselho Federal de Educação) e a UNICAMP sempre fez isto. Pensei que ele fosse me acabar ali mesmo, e ai ele disse: aliás é bom que a UNICAMP faça assim e tem que continuar fazendo porque a única Universidade que faz as coisas boas é a de vocês porque tem a coragem de fazer...” Ao analisar o histórico da UNICAMP, fica evidente não se tratar de uma questão de coragem, mas sim de um envolvimento com os setores políticos dominantes desde seu início e do prestígio social alcançado atualmente através de sua produção científica.

Aqui pode ser reforçada a tese de Lima(1989) a respeito da autonomia que Vaz possuía em relação ao regime autoritário. Ele conseguiu de todos os governos o apoio que queria e a façanha de ter preservado o campus da UNICAMP de uma invasão (que mais tarde, em 1981 acabou acontecendo) para a detenção de qualquer professor em razão de “ideologia política”. Durante os doze anos que esteve exercendo a função de reitor, conseguiu manter certa liberdade em relação ao poder centralizador e repressor do governo militar. Essa liberdade permitiu até mesmo, como já mencionei, a vinda de professores que estavam fora do país por motivos políticos para completar o quadro de docentes da UNICAMP.

Os traços da personalidade de Zeferino Vaz e de sua forma de administrar a UNICAMP que são ressaltados por Meneghel (1994), podem estar, de certo modo, muito próximos de características do tipo ideal de líder carismático construído por Weber<sup>104</sup>. É necessário ter clareza que essa construção weberiana, normalmente é utilizada para a análise da organização política de modo mais amplo. Diante disso, guardando as devidas proporções, acredito que alguns de seus aspectos podem ser encontrados na personalidade e na administração de Zeferino Vaz.

Como no “modelo” weberiano de líder carismático, Vaz formou o quadro de funcionários da UNICAMP, segundo critérios de “competência”, ele buscou os “melhores professores” de cada área. Como Weber(1979 e 1991) enfatiza, o líder carismático, não verbaliza uma definição racional acerca do critério de competência que normalmente pauta a sua escolha de funcionários. O mesmo parece ter ocorrido com Vaz na UNICAMP, pois analisando diferentes trabalhos sobre esse momento da Universidade, não encontrei registros sobre os pontos que para ele definiriam um docente enquanto competente ou não.

---

<sup>104</sup>Conferir: WEBER, Max. “Os Três Tipos Puros de Dominação Legítima” in COHN, Gabriel (org.) **Max Weber**. SP: Ed. Ática, 1979 e WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: Ed. UnB, 1991.

A centralização do poder de decisão, que possibilita uma maior agilidade às ações, é também uma das características comuns entre Zeferino e o tipo ideal de líder carismático de Weber (1979 e 1991). Entretanto, aqui deve ser ressaltada a ambigüidade também do projeto da UNICAMP. Como mencionei e exemplifiquei, a idéia original era de que essa Universidade fosse concebida enquanto “empresa cultural” e que tivesse a sua administração pautada por critérios da gerência empresarial. No entanto, a base da gerência científica que rege as indústrias é uma administração racional, burocrática e, contrariamente, a UNICAMP se estruturou, no seu início, sob uma administração personalista e centralizadora que, inclusive, inibiu, durante um certo tempo, a formação de uma organização burocrática em seu interior.

Além dessas afinidades entre a construção weberiana e o Prof. Zeferino Vaz, existe o fato de que, segundo Weber (1979), “a autoridade carismática é uma das grandes forças revolucionárias da história” (p. 136) e, Vaz representou a mudança no rumo dos debates sobre a criação da UNICAMP. De certo modo, ele transformou o processo, agilizou-o, rompendo com as resistências a ele, e influenciou-o com suas concepções acerca da universidade.

O Prof. Zeferino Vaz, o “herói fundador”, esteve à frente da reitoria da UNICAMP até o ano de 1978. Parece que ao longo de sua gestão, Vaz criou uma tradição de administração fortemente marcada pelo personalismo e pela centralização, característica que vem se diluindo gradativamente. Na década de 80, esse modelo administrativo inaugurado por Vaz começa a enfraquecer, ao mesmo tempo em que se abre um processo de democratização interna.

## 2. A Democratização Interna

Com o seminário que ocorreu em 1975, surgiram sinais de que a Universidade entraria numa nova fase marcada pela crescente democratização interna. Um dos sinais mais significativos foi a organização sindical dos professores.

### Organizações Sindicais na UNICAMP<sup>105</sup>

A Associação do Docentes da UNICAMP (ADUNICAMP) surgiu, mais precisamente, em 1977. Sua criação se deu acompanhando o movimento da sociedade civil contra a ditadura militar e também por causa de preocupações salariais do conjunto dos trabalhadores. Percebeu-se, naquele momento, que “a ditadura era também sinônimo de arrocho salarial.” Segundo depoimento do Prof. Edmundo Fernandes Dias (IFCH/UNICAMP)<sup>106</sup>, “...a idéia foi criar uma associação que também teria fins do tipo sindical, mas que enfim seria fundamentalmente uma associação de combate democrático à ditadura.”(p. 16) A organização dessa Associação recebeu influências da Associação de Docentes da USP (ADUSP)<sup>107</sup>.

Já a Associação de Servidores da UNICAMP (Assuc) foi criada quase que concomitantemente com a fundação da Universidade. Ela surgiu acoplada aos interesses da reitoria e tinha como um de seus principais objetivos a promoção de eventos festivos.<sup>108</sup>

---

<sup>105</sup>Por falta de dados, não relatarei aqui a organização estudantil na UNICAMP, pois ao contactar o DCE, recebi a informação de que o próprio Diretório não tem registros do momento de sua organização na Universidade e que se está tentando concretizar uma pesquisa a esse respeito.

<sup>106</sup>Depoimento citado em ADUNICAMP (1991).

<sup>107</sup>Sobre essa questão, conferir os depoimentos citados em ADUNICAMP (1991).

<sup>108</sup>Informações coletadas em entrevista com membros do atual Sindicato de Trabalhadores da UNICAMP (STU) em 23/05/95.

As críticas a essa forma de associação dos funcionários se intensificaram nos anos 80. Nesse período, funcionários pertencentes à Assuc passaram a integrar partidos de esquerda e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Através dessa experiência partidária e sindical, incentivaram o debate interno na Associação acerca do seu atrelamento ao poder oficial. Nascia então uma nova proposta sindical.

No final dos anos 80 e início dos 90, os funcionários romperam com a estrutura sindical antiga da Assuc e criaram o Sindicato dos Trabalhadores da UNICAMP (STU) visando unir, num mesmo sindicato, funcionários e docentes.

A organização dos diferentes setores da Universidade, durante os anos 70 e 80, levou a um momento de profundas críticas e resistências ao regime militar. Para ilustrar esse clima que estava presente na UNICAMP no final da década de 70, pode ser relatada a greve de docentes em 1979. Nesse ano, os docentes da UNICAMP se uniram aos demais setores do funcionalismo público do estado de São Paulo e deflagaram uma greve que durou mais de um mês. A partir de então, aprofundou-se o debate em torno da necessidade de uma maior democratização interna da Universidade. Segundo o Prof. Edmundo Fernandes Dias<sup>109</sup>, foi após essa greve que a UNICAMP foi fundada do ponto de vista da organização coletiva. *“...Porque a Unicamp era assim: um conjunto de faculdades isoladas sem um maior contato uma com a outra...”*(p. 30), distante, portanto, do proposto na época de sua criação.

Junto à falta de integração entre as Unidades, citada pelo professor, ocorria a falta de integração da comunidade acadêmica. A gestão personalista e centralizadora de Zeferino Vaz bloqueava a integração efetiva da Universidade. Voltando novamente à construção weberiana do “líder

---

<sup>109</sup>ADUNICAMP (1991).

carismático” percebemos que essa era uma de suas características. Segundo Weber, *“...no que diz respeito às relações do senhor com o quadro administrativo, é de aplicação geral a frase segundo a qual normalmente o senhor, em virtude do isolamento dos membros desse quadro e da solidariedade de cada um deles para com ele mesmo, é o mais forte diante de cada indivíduo remitente, porém é em todo caso o mais fraco se estes - como tem ocorrido ocasionalmente, tanto no passado como no presente - se associam entre si...”*<sup>110</sup> (p. 137)

Nesse momento específico de organização da sociedade na luta pelos direitos humanos e pela conquista do Estado democrático, a comunidade universitária também se mobilizou. Como explicita a fala do Prof. Edmundo, citada anteriormente, a organização sindical dos professores, como também dos outros segmentos da Universidade, representava a luta contra a ditadura militar. Junto a essa luta, configurou-se uma outra, pela democratização interna da Universidade; pode-se dizer, a luta pelo fim do poder pessoal e centralizador. Diante da citação de Weber que fiz acima, pode-se concluir que, em parte, a integração dos diferentes setores da UNICAMP, possibilitou o início da ruptura do “poder carismático” na instituição e o início da reivindicação por sua institucionalização. Como demonstra a fala do Prof. Zago: *“...Aí que a gente começou a perceber que a Universidade teria que ser democratizada: Conselho Universitário, eleição para reitor e assim por diante, que foi estourar em 1981. A prática e o discurso nesta época estavam diferentes: o discurso da Unicamp era um discurso de integração, de universidade moderna etc. Na prática, o que era?: uma universidade feita no auge do regime militar, que incorporava nos seus Estatutos tudo que existia de pior, o Decreto 477, o AI-5. Pelo Estatuto da Unicamp você não podia fazer nada, obviamente tudo que nós*

---

<sup>110</sup>WEBER, 1979.

*fizemos era ilegal, nós os professores, os funcionários. Se fosse aplicar o Estatuto todos nós teríamos que ser colocados no olho da rua de maneira legal. E aí a gente percebeu que esta pretensa integração também só existia no projeto, no discurso e no desenho da Unicamp, no logotipo. Na verdade, os professores mal se conheciam, não existia interdisciplinarietà, não existia nada.”*<sup>111</sup>(p. 31)

Durante a greve de 1979 não houve represália por parte do governo dos militares. O movimento tomou tamanha dimensão que as decisões referentes à própria Universidade passaram a ser tomadas pelo comando de greve, ofuscando o poder do reitor, na época, o Prof. Plínio Alves de Moraes.

### **A Intervenção Militar**

O engajamento de professores, alunos e funcionários na luta pela democratização da UNICAMP, levou a um quadro de mobilização e críticas que gerou uma intervenção do governo militar no campus da Universidade em 1981<sup>112</sup>. Naquele momento, a comunidade acadêmica estava organizada no sentido de viabilizar a eleição direta para reitor. Entretanto, com a intenção de não permitir a concretização da consulta, o então reitor solicitou um parecer do Conselho Estadual de Educação sobre a legitimidade da eleição. O CEE não apenas considerou-a ilegal como também declarou ser irregular a situação de alguns diretores de Unidades, por não serem professores titulares efetivos. Com base nesse parecer o Prof. Plínio Moraes exonerou oito diretores de diferentes Faculdades e demitiu 14 funcionários, todos membros da Assuc. *“A exoneração, atingindo os oito diretores de*

<sup>111</sup>Depoimento do Prof. Zago citado em ADUNICAMP (1991).

<sup>112</sup>Um relato detalhado desse período se encontra no artigo intitulado *“Notas para uma História da Crise da UNICAMP”* de Edmundo Fernandes Dias, publicado na **Revista Educação e Sociedade**, n. 11, jan/1982 - p. 136 a 167.

*Faculdades, desaguou, ao mesmo tempo, no enfraquecimento do processo eleitoral - pois, entre os exonerados, estavam cinco 'reitoráveis' (que, mesmo assim, continuam candidatos). Já a demissão na Assuc ocorreu um dia depois de os funcionários terem decidido suspender a greve - que paralisava a Universidade há 15 dias.*"<sup>113</sup>(p. 53)

Além das estratégias da reitoria, o então governador Paulo Maluf substituiu seus representantes no Conselho Diretor visando inviabilizar a eleição para o cargo de reitor.

No interior da Universidade organizou-se a resistência a essa intervenção<sup>114</sup>.

Apesar do quadro de conflito que se configurava, a ADUNICAMP, junto ao DCE, realizou a consulta para reitor a qual estava prevista. O resultado obtido formava uma lista composta por onze nomes, na qual o do Prof. José Aristodemo Pinotti aparecia em último lugar. O resultado não foi acatado pela reitoria que continuou recorrendo a instâncias superiores para inviabilizar o processo de eleição direta para reitor.

O impasse entre a comunidade acadêmica e o poder oficial, representado pela reitoria e o governo do Estado, permanecia. Foi apenas no ano de 1982 que se encontrou uma saída para o conflito. Durante a chegada das férias de final de ano de 1981, quando acontecia uma certa desmobilização na Universidade, gestava-se a chamada "solução Pinotti"<sup>115</sup>. Às vésperas do Carnaval de 1982, mais precisamente no dia 19 de fevereiro, a reitoria convocou uma reunião do Conselho Diretor. A ADUNICAMP denunciou a manobra por parte da reitoria e os estudantes tentaram obter medidas judiciais que impedissem a realização da reunião. Num dia

---

<sup>113</sup>Notícia veiculada no Jornal **Correio Popular**, no dia 18/10/81 citada em ADUNICAMP (1991).

<sup>114</sup>Conferir o trabalho de ADUNICAMP (1991).

<sup>115</sup>A indicação do nome de Pinotti, apesar de ter sido o último colocado na consulta junto aos professores e estudantes, era aceita por parte de alguns docentes, funcionários e alunos por entender que este era o único nome da lista conseguida através da eleição, que teria chances de ser aceito pelo governador do estado, Paulo Maluf.

tumultuado em que até tropas de choque se fizeram presentes em Barão Geraldo, deflagrou-se o processo eleitoral no Conselho Diretor para o cargo de reitor. Foi então conseguida uma nova lista que trazia como o primeiro colocado o Prof. José Aristodemo Pinotti. Em poucas horas o governador confirmou o nome de Pinotti para reitor da UNICAMP.

A Universidade saiu dividida desse episódio. Uma parte da comunidade universitária questionava a legitimidade do novo reitor.

### **A Expansão dos Anos 80 e 90**

Os anos 80 foram marcados pela ampliação das instalações físicas; pelas reformas das já existentes, e pelo avanço do processo de institucionalização da UNICAMP. No final dessa década foi construído o prédio da Biblioteca Central que vinha concretizar o pensamento inicial de construção do campus universitário. Foi no final dos anos 80 que houve a modificação no concurso vestibular<sup>116</sup>. Nesse período iniciou-se ainda a implementação do projeto de moradia estudantil, reivindicação antiga dos alunos.

No dia 05 de janeiro de 1989 foi aprovada pela Comissão Central de Graduação (CCG) a criação de dois novos Cursos Superiores de Tecnologia. Um com modalidade em Processos de Produção no Curso Superior de Tecnologia Mecânica e outro no Curso Superior de Tecnologia Elétrica com modalidade em Eletrotécnica. Esses novos cursos deveriam funcionar junto ao Centro Superior de Educação Tecnológica que está localizado na cidade de Limeira (SP). Eles resultaram de discussões que ocorriam desde 1987, pautadas pelas reivindicações de setores da população local desde 1979. Além disso, tinham sido assumidos como compromisso da UNICAMP com

---

<sup>116</sup>Sobre essa modificação, verificar o trabalho de Bezzon (1995).

a comunidade de Limeira quando da retirada do curso de Engenharia Civil daquela cidade<sup>117</sup>. Nesse mesmo ano, a CCG também aprovou a criação do Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados e o curso de Engenharia da Computação.

Em vários momentos, como nesse por exemplo, a Universidade cedeu às reivindicações de determinados setores da sociedade. Essa atitude pode ser entendida como uma ação estratégica, buscando melhor administrar as tensões que a instituição tem vivenciado. Tensões que, segundo diagnóstico de Santos (1995), são resultantes da multiplicidade de funções que a instituição tem assumido nos últimos anos, dentre elas a de ampliação de vagas e do acesso aos representantes das classes trabalhadoras.

Diante disso, surge uma nova situação: uma Universidade criada com o intuito de formar profissionais de ponta para contribuir e administrar o momento de desenvolvimento do país, convivia agora com a reivindicação por parte de setores populares para que houvesse a abertura dos cursos à noite possibilitando o ingresso de estudantes-trabalhadores. Nesse sentido, entendo que, de certo modo, o acontecimento do primeiro vestibular para o curso noturno de Licenciatura em Matemática, representou uma tomada de posição da Universidade frente às reivindicações de setores populares, na busca de manter sob controle a crise vivida por ela. Desenvolverei melhor essa idéia no último capítulo.

---

<sup>117</sup>Essa transferência do curso de Engenharia Civil da cidade de Limeira para o campus da UNICAMP em Campinas, se deu no ano de 1989 frente à reivindicação e mobilização dos alunos desse curso.

### **Capítulo III: O ACIRRAMENTO DA CRISE E AS DEMANDAS SOCIAIS PELOS CURSOS NOTURNOS**

Atualmente a universidade tem passado por um momento de acirramento de sua crise. Junto às transformações ocorridas no mundo do trabalho e na organização política do país, surgiu uma nova sociedade. Essa sociedade emergente dos movimentos sociais, construiu uma nova cultura política que tem levado à ampliação das demandas, dentre elas, a reivindicação de acesso à universidade.

#### **1. Um Novo Momento de Questionamento da Universidade**

Nos anos 90, como pontuei no primeiro capítulo, houve o agravamento da crise econômica vivida por países da América Latina. Alguns estudiosos dessa área entendem que o acirramento da crise latino-americana se deu em função dos ajustes embasados por uma “política neoliberal”, proposta por organismos internacionais. Segundo esses autores, essa política tem como principais características um discurso e uma ação centrados na crença da necessidade de um ajuste ortodoxo macroeconômico das economias nacionais que leve à eliminação do déficit público, ao enxugamento da máquina do Estado e a um acordo com os credores internacionais. Prega ainda a liberalização e flexibilização das relações entre trabalho e capital, eliminando conquistas trabalhistas; defende a livre competitividade entre o mercado internacional e o mercado interno; pretende “modernizar” rapidamente as economias nacionais e acrescenta ainda, “... a privatização como parte do enxugamento do Estado, devendo este se restringir ao mínimo indispensável ao funcionamento da sociedade

*capitalista, desfazendo-se de suas empresas produtivas e reduzindo a regulação sobre a economia*”<sup>118</sup>.(p. 29-30)

Essa idéia de enxugamento do Estado associada à de privatização de setores estatais tem influenciado diretamente o debate atual sobre a universidade no Brasil. Nesse debate, uma das polêmicas gira em torno do propósito da Federação em privatizar instituições públicas de ensino superior.

Segundo Santos (1995), o Estado, em todo o mundo, tem demonstrado (através da diminuição significativa dos recursos destinados ao ensino superior nos últimos anos<sup>119</sup>) um descomprometimento cada vez maior com esse nível de ensino. Essa situação faz com que a universidade busque no setor privado, em especial nas indústrias, os recursos necessários à sua sobrevivência.

A partir do ano de 1991, houve a intensificação desse debate no Brasil, diante da política definida pelo Governo Collor para o ensino superior, conhecida como “Projeto”. Nesse projeto, o Governo alegava que as universidades públicas eram freqüentadas por setores de elite, enquanto estudantes oriundos da classe trabalhadora, quando chegavam ao curso superior, tinham que procurar as instituições privadas. Além disso, através da privatização, o Estado seria aliviado do montante de verbas destinadas ao ensino superior, sobrando então mais recursos para investimentos nos níveis da educação básica e secundária.

A imprensa brasileira, em sua maioria, incorporou esse raciocínio do Governo Federal. Inúmeras matérias e artigos foram publicados, questionando o papel das universidades públicas<sup>120</sup>. Seus articulistas

---

<sup>118</sup>CANO, op. cit.

<sup>119</sup>O mesmo diagnóstico é realizado pela UNESCO no “Documento de Caracas”. (UNESCO, 1995).

<sup>120</sup>Faço menção, em especial, à edição da Revista *Veja*, do dia 8 de maio de 1991, que trouxe como manchete “*O Suicídio das Elites: como o Brasil Queima seu Futuro em Universidades Perdulárias e Ruínas*” e à série de artigos publicados pelos jornais, em especial Folha de São Paulo e Estado de São Paulo, nos anos de 1990 a 1992.

versavam sobre o corporativismo docente existente nas instituições e acerca da “baixa produtividade” (medida através de critérios puramente quantitativos) que imperava nas universidades federais, especialmente. Alegavam ainda que o montante de dinheiro destinado ao ensino superior, mal utilizado, segundo suas avaliações, era no mínimo imoral, quando comparado às verbas destinadas aos ensinos de 1º e 2º graus. Nesse sentido, defendia-se, para que essa situação fosse revertida, a cobrança de taxas pelas universidades públicas e/ou o aumento da cobrança de impostos para os alunos que a freqüentavam. Propunha-se ainda a transferência do aparato das universidades públicas para empresas privadas, desonerando, dessa forma, o poder Federal. Pode-se dizer que, de certo modo, aflorava novamente, perante a sociedade, a crise da universidade que havia sido ofuscada nas décadas de 70 e 80.

Diante dos cortes de investimento por parte do Estado e junto a essa cobrança social a respeito de sua eficiência, associava-se uma outra: o questionamento sobre o papel social da universidade.

Através da nova organização da sociedade civil que ocorreu nas décadas de 70 e 80, passou-se a reivindicar que a universidade assumisse um compromisso com as classes populares. Dentre esses compromissos, configurava o de abertura de seu acesso às classes trabalhadoras. Frente a essas pressões a crise vivida pela universidade se acirra.

## 2. Movimentos Sociais e Uma Nova Noção de Direito e Cidadania

A partir das décadas de 70 e 80 ocorreu o renascimento dos Movimentos Sociais e Urbanos no Brasil. Segundo Jacobi<sup>121</sup>, esse novo momento refletiu a crise de legitimidade pela qual passava o Estado autoritário. Diferentes setores da sociedade, dentre eles a universidade, uniram-se em torno da luta pelos direitos humanos e pela volta do Estado de direito. Esse foi um momento significativo para a organização popular<sup>122</sup>.

Essas novas formas de organização atraíram o interesse dos cientistas sociais. Os movimentos sociais urbanos passaram então a ser valorizados do ponto de vista político, por intelectuais e militantes de esquerda.

Os chamados “novos movimentos sociais”, apresentavam-se enquanto organizações inovadoras na sociedade brasileira. Eram movimentos fundamentados na aglutinação de diferentes segmentos da sociedade civil. Eles ultrapassaram os limites da organização com base na contradição entre capital e trabalho, extrapolaram o âmbito da produção<sup>123</sup>. Esses novos “...movimentos sociais (operaram) cortes e combinações de classe, configurações e cruzamentos que não estavam dados previamente.”<sup>124</sup> (p. 48)

A emergência desses novos movimentos, expressa, segundo Rabelo<sup>125</sup>, as modificações ocorridas na sociedade contemporânea e levam à

<sup>121</sup>JACOBI, Pedro. “Movimentos Populares Urbanos e Resposta do Estado: Autonomia e Controle versus Cooptação e Clientelismo” in BOSCHI, Renato Raul (org.) **Movimentos Coletivos no Brasil Urbano**. RJ: Zahar Editores, 1983.

<sup>122</sup>Um exemplo disso, foi a organização das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Essas Comunidades eram lideradas por determinados segmentos da Igreja Católica e foram de fundamental importância para o Brasil no período pós-1968.

<sup>123</sup>Sobre esse assunto, conferir: Rabelo (1992) e Offe (1989)

<sup>124</sup>SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entraram em Cena**. RJ: Paz e Terra, 1988.

<sup>125</sup>RABELO, Maria Aurora de M. “O Materialismo Histórico de Thompson e a Problemática dos Movimentos Sociais” in **Revista História & Perspectiva**. Uberlândia: 6 - 67 a 88, jan/jun. 1992.

necessidade de se rever o papel dos partidos e demais órgãos de representação de interesses.

Através desses “novos movimentos sociais” no Brasil, houve a constituição do que Sader (1988) denominou de **sujeito coletivo**. Segundo ele, esse sujeito se constitui através “...*de uma pluralidade de sujeitos, cujas identidades são resultado de suas interações em processos de reconhecimentos recíprocos, e cujas composições são mutáveis e intercambiáveis. As posições dos diferentes sujeitos são desiguais e hierarquizáveis; porém essa ordenação não é anterior aos acontecimentos, mas resultado deles. E, sobretudo, a racionalidade da situação não se encontra na consciência de um ator privilegiado, mas é também resultado do encontro das várias estratégias*” (p. 55), e de múltiplas racionalidades<sup>126</sup>. Nesse sentido, Sader (1988) afirma que é no interior desses movimentos que os grupos em ação constroem a sua identidade e ganham a consciência do “direito a ter direito”.

Outra consequência significativa dos movimentos sociais no Brasil, foi a emergência de uma nova noção de cidadania. Segundo Dagnino<sup>127</sup>, a noção que está presente nos dias atuais, não está limitada às conquistas legais ou ao acesso de direitos previamente constituídos, mas inclui também a invenção, a criação de novos direitos<sup>128</sup>. A autora enfatiza que ao se entender a noção de cidadania enquanto construção histórica, definida pela luta política, deve-se ter claro que ela é, portanto, capaz de incorporar dimensões da subjetividade, das aspirações, dos desejos e dos interesses<sup>129</sup> dos próprios sujeitos. E essa noção de cidadania se torna tão ampla que é capaz de abarcar até mesmo o direito à diferença enquanto aprofundamento

<sup>126</sup>OFFE, Clauss. “Trabalho: a categoria-chave da sociologia?” in, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 4, nº 10, jun/1989 - p. 5 a 20.

<sup>127</sup>DAGNINO, Evelina. “Os Movimentos Sociais e a Emergência de uma Nova Noção de Cidadania” in, **Anos 90: Política e Sociedade no Brasil**. SP: Ed. Brasiliense, 1994.

<sup>128</sup>Sobre a construção de novos direitos, conferir também: Telles (1994) e Bobbio (1992).

<sup>129</sup>Cf. Thompson (1981)

do direito à igualdade, pois a diferença que é considerada pelos setores mais conservadores como sinônimo de desigualdade, de discriminação, pode, através de uma visão progressista conquistada pelos movimentos sociais, ser entendida como direito à existência da diferença que possa ser vivida sem que isso signifique desigualdade, discriminação ou preconceito.

Nesse sentido, é que se formula também a noção do direito ao estudo para quem trabalha. O direito do diferente - trabalhador que se torna estudante<sup>130</sup> - garantido sem discriminação, preconceito ou desigualdade. Para tanto, é necessário entender que a democratização do ensino também depende de práticas distintas, da transformação das técnicas e dos métodos pedagógicos através da “interação aberta e construtiva” da escola/universidade com as necessidades e os interesses sociais dos “círculos humanos aos quais ela sirva”.<sup>131</sup>

No novo contexto do final dos anos 80 e início dos 90, lutar pelo acesso à universidade passou a representar não apenas a procura de excelência ou status, mas passou a significar também a busca pela democracia e igualdade. A partir de então, “...os limites da congruência entre os princípios da universidade e os princípios da democracia e da igualdade tornaram-se mais visíveis...”<sup>132</sup> (p. 212) passando a ser questionada a organização elitista do saber no interior dessa instituição, bem como a hierarquização e centralização de seu poder interno.<sup>133</sup> Além disso, ganhou força a histórica luta de setores da sociedade brasileira para conquistarem o acesso à universidade.

Na configuração dessa nova sociedade que cobra a maior eficiência da instituição universitária e reivindica seu direito de acesso a ela, ocorreu

---

<sup>130</sup>FORACCHI, Marialice. **O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira**. SP: Ed. Nacional, 1977.

<sup>131</sup>Cf. FERNANDES, Florestan. **Educação e Sociedade no Brasil**. SP: Dominus Ed., 1966.

<sup>132</sup>SANTOS, op. cit.

<sup>133</sup>Quanto a essa questão, procurei analisá-la no segundo capítulo, ao relatar a experiência vivida na UNICAMP.

em Campinas uma mobilização em defesa da criação dos cursos noturnos na UNICAMP.

### **3. O Movimento em Campinas pelos Cursos Noturnos na UNICAMP**

No final da década de 70 se deu a reorganização do movimento estudantil em Campinas. Uma das principais bandeiras do movimento era a da necessidade de se criar cursos noturnos na UNICAMP. Segundo Ruiz<sup>134</sup>, no início dos anos 80, coletou-se junto à comunidade campineira cerca de onze mil assinaturas que foram encaminhadas ao reitor da UNICAMP pedindo que nela fossem criados cursos noturnos. De acordo com o autor, a resposta dada pela Universidade foi a criação de cursos técnicos no COTUCA (Colégio Técnico da UNICAMP) ao nível do 2º grau, causando um grande descontentamento e novas mobilizações por parte dos estudantes.

Nos anos 80, a União Campineira de Estudantes Secundaristas (UCES) novamente se mobilizou em torno da reivindicação por cursos noturnos na UNICAMP. A entidade promoveu no dia 17 de junho de 1983 um debate sobre essa questão. Um dos debatedores - o representante da Divisão Regional de Ensino da cidade e região - mostrou o quadro da distribuição dos estudantes de 2º grau na rede pública de Campinas. Segundo esse quadro, em 1983, 7.153 alunos desse grau de ensino frequentavam a escola no período diurno enquanto 8.881, ou seja, 55% do total desses alunos, estavam matriculados no período noturno. Quando se analisava a situação da região - incluindo, por exemplo, as cidades de Vinhedo, Paulínia, Monte-Mor, etc. - o percentual de secundaristas no

---

<sup>134</sup>RUIZ, Jefferson Lee de Souza. "Cursos Noturnos e a Participação Popular". In, *Jornal Folha de São Paulo*, 20 de agosto de 1991.

período noturno se ampliava passando a representar 62% do total de alunos<sup>135</sup>.

A partir desse debate, os alunos reiniciaram a luta pela abertura dos cursos noturnos na única universidade pública da região, abrindo assim a campanha **“Por Cursos Noturnos na UNICAMP”**. Sob o forte argumento de que a maioria dos secundaristas teria de ir para a faculdade privada, caso continuasse seus estudos. O debate acirrou-se e as pressões sobre a Universidade ganharam novo fôlego.

No ano de 1983, três professores da Faculdade de Educação<sup>136</sup> publicaram na imprensa campineira uma série de três artigos, buscando reforçar a luta dos estudantes e sensibilizar a população para essa luta.

O artigo do professor Tragtenberg<sup>137</sup> trazia informação sobre a comissão que havia sido constituída na UNICAMP para que estudasse a abertura desses cursos. O professor expressava seu receio de que o assunto acabasse por morrer, pois como ele mesmo diz: *“...tememos que ocorra o que é comum no universo burocrático universitário: quando não se quer resolver praticamente um problema, cria-se uma Comissão para estudá-lo isso significa que o assunto morre nas gavetas universitárias.”* O trabalho dessa Comissão não chegou a se concretizar.

Tanto os estudantes secundaristas quanto os professores universitários aqui citados, mostravam sua indignação com o fato de uma universidade pública se manter desativada no período noturno, quando os dados demonstravam que grande parte dos possíveis universitários já vinha de cursos noturnos ao nível de 2º grau e, com certeza, entrando no curso superior, não poderiam cursá-lo em outro período senão à noite.

---

<sup>135</sup>Jornal **Diário do Povo**, Campinas, 25/06/1983.

<sup>136</sup>Os professores são: Águeda Bernardete Uhle, Helena Costa Freitas e Maurício Tragtenberg.

<sup>137</sup>TRAGTENBERG, Maurício. *“Cursos Noturnos na Unicamp: uma Exigência Social”* in, Jornal **Diário do Povo**. Campinas, 1983.

Esse movimento não alcançou, de imediato, seu objetivo. Apesar do envolvimento de estudantes secundaristas, de funcionários e professores da Universidade não se conseguiu a criação de cursos noturnos, especialmente, de cursos que funcionassem em Campinas.

Entretanto, as discussões e a organização de setores da sociedade com relação a essa temática foram retomadas e se intensificaram no período posterior à promulgação da Constituição do Estado de São Paulo em 1989.

### **O Fórum Pró-Cursos Noturnos**

Após 1989 várias foram as formas que as diferentes entidades, no interior da UNICAMP, buscaram para se manifestar e para trazer à tona um debate sobre esses cursos noturnos. A organização que mais peso teve nesse processo foi o Fórum Pró-Cursos Noturnos.

No dia 11 de julho de 1991, foi realizada uma reunião contando com a presença das seguintes entidades: CUT Regional, Assuc (Associação dos Servidores da UNICAMP)<sup>138</sup>, ADUNICAMP, Pastoral Universitária, União da Juventude Socialista e DCE/PUCCamp. Após essa reunião, definiu-se a necessidade de encaminhar correspondência a outras entidades e convocar uma nova reunião para o dia 25 de julho de 1991, na tentativa de se criar um Fórum para estudar a criação dos cursos noturnos na UNICAMP.

O Fórum Pró-Cursos Noturnos na UNICAMP foi criado nessa data e deu início a uma série de trabalhos na perspectiva de envolver e divulgar para a comunidade local a necessidade de organização e mobilização em prol da criação desses cursos.

---

<sup>138</sup>Das entidades internas da UNICAMP, essa foi a que maior empenho demonstrou em mobilizar a sociedade de Campinas, através do Fórum Pró-Cursos Noturnos. Esse empenho pode ser explicado pela situação de exclusão do jogo do saber no interior da universidade, que sempre foi imposta aos funcionários (Giannotti, op. cit.) levando-os a se tornarem grandes interessados na abertura dos cursos noturnos que representariam a possibilidade de modificação nessa situação.

Nessa primeira reunião estiveram presentes mais de quarenta entidades.<sup>139</sup> Essas entidades que passaram a compor o Fórum eram representantes de diferentes setores ou categorias sociais. Representavam segmentos que passaram a se organizar a partir dos anos 80 através dos movimentos sociais, isto é, movimentos de estudantes, docentes, funcionários públicos, etc.

O Fórum Pró-Cursos Noturnos passou a partir dessa data, a divulgar um boletim informativo que tinha por objetivo não só informar a população sobre o caminho que as discussões estavam tomando a respeito dos cursos noturnos, mas também, e principalmente, de envolver a comunidade, chamando-a para somar forças através do Fórum e pressionar para que os cursos noturnos passassem a existir.

Para alcançar tais objetivos, foram promovidos debates públicos sobre temas como: “Universidade Brasileira e LDB”, “Cursos Noturnos: Aspectos Sociais”, “Critérios de Acesso à Universidade”... Esses debates, bem como as reuniões do Fórum, davam-se, na maioria das vezes, no salão nobre do prédio central da PUC de Campinas. Para o Fórum, diferente da posição majoritária nos órgãos oficiais da UNICAMP, não era suficiente

---

<sup>139</sup>As entidades que passaram a compor o Fórum foram as seguintes: CUT Regional; STU; ADUNICAMP; Sindicato dos Servidores Municipais de Campinas; Sindicato dos Ceramistas de Campinas; Sindicato dos Abrasivos de Vinhedo; APEOESP de Campinas; Associação dos Professores da PUCCamp; Sindicato dos Químicos de Americana; Sindicato dos Metalúrgicos de Amparo; Sindicato dos Servidores Públicos de Amparo; Sindicato dos Eletricitários de Campinas; Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas; Sindicato dos Trabalhadores da USP; Sindicato dos Trabalhadores da Unesp; Sindicato da Construção Civil de Campinas; Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura; Sindicato das Empregadas Domésticas; Sindicato dos Bancários de Jundiaí; Sindicato da Alimentação de Mogi Mirim; Sindicato dos Bancários de Campinas; FASUBRA (Federação das Associações e Sindicatos dos Trabalhadores nas Universidades); Sindicato dos Químicos de Campinas; Sindicato das Assistentes Sociais; Sindicato dos Professores de Campinas; APEOESP/Mogi Mirim; Sindicato dos Trabalhadores em Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento; DCE/UNICAMP; DCE/PUCCamp; Associação de Pós-Graduandos da UNICAMP; PT; PCdoB; PCB; Pastorais Universitária e Operária; Comissão Arquidiocesana das CEBs; UJS; CA de Filosofia da PUCCamp; CAFCH/UNICAMP; CACH/PUCCamp; União Paulista dos Estudantes Secundaristas; Estudantes da FAFITU, UNIMEP e USF/Itatiba; Moradia dos Estudantes da UNICAMP; União de Mulheres de Campinas; Central dos Movimentos Populares; Movimento Negro Unificado (MNU); Associação de Moradores do Jd. São Vicente; Associação de Moradores do Jd. Paraíso; Sociedade Amigos de Bairro do Jd. Aeroporto; Associação de Moradores da Vila Costa e Silva; Associação de Moradores do Pq. Universitário; Grupo de Teatro do Pq. Universitário; Bloco Afoxé Ilê Ogum; Comitê de Solidariedade aos Povos da América Latina; DCE/USP; Comissão Pró-DCE da Unesp; CAEM/UNICAMP.

cumprir a determinação da Constituição. Ele reivindicava que todos as Unidades oferecessem cursos no período noturno. Tinha ainda a preocupação em discutir o estabelecimento de critérios para o acesso à universidade pública no período noturno, na tentativa de garantir uma diferenciação do perfil dos alunos que passassem a frequentar esses cursos e com a preocupação em assegurar a sua qualidade. Segundo Ruiz (1991), o Fórum deveria se posicionar e propôr ações sobre, no mínimo, os três seguintes pontos: 1) a abertura, no período noturno, de todos os cursos que a Universidade oferece; 2) mecanismos que garantam as vagas aos trabalhadores; 3) transparência e participação na implantação dos cursos. Segundo boletim da Assuc, esses eram “...passos fundamentais, para dar à Unicamp a cara que ela precisa ter, de uma Universidade a serviço da sociedade e da produção de conhecimentos, capazes de resolver os problemas do país e do mundo”.<sup>140</sup>

Vários panfletos foram divulgados pelo Fórum com o objetivo de informar a comunidade acerca dos acontecimentos referentes à questão. Além dos panfletos, foram difundidos uma série de abaixo-assinados para enfatizar a intenção de que a comunidade se tornasse participante direta do processo. Após a conquista da criação dos cursos noturnos, através da Constituição Estadual, o Fórum entendia que caberia, a partir de então, uma discussão séria sobre o processo de implantação dos mesmos e para tanto seria fundamental a participação massiva da comunidade de Campinas e região. Em Boletim da Assuc do dia 12/08/91, por exemplo, divulgava-se que o Fórum Pró-Cursos Noturnos iria passar abaixo-assinado nos restaurantes e praças da cidade naquela semana. É noticiado ainda, que o Fórum já contava com mais vinte entidades.

---

<sup>140</sup>Boletim da Assuc, n. 10, ano I, do dia 26/07/91.

Vieram moções de apoio de diferentes setores à atividade do Fórum. Dentre eles da própria Câmara Municipal de Campinas, através de vários vereadores. Além disso a imprensa local noticiava o trabalho do Fórum.

Ainda no dia 30 de julho de 1991, o Fórum enviou um Manifesto ao Conselho Universitário e às Congregações da UNICAMP. Nesse Manifesto, era feita uma retrospectiva histórica da luta por esses cursos e manifestas as suas inquietações e o desejo do Fórum em discutir com a Universidade o caráter e alguns critérios para que tais cursos passassem a existir.

Foi através desse Fórum que as discussões e os debates sobre os cursos noturnos se intensificaram. As entidades internas da UNICAMP, tais como associações de docentes e estudantes, bem como a de funcionários, tiveram suas ações, sobre a criação desses cursos, pautadas muitas das vezes pelas próprias ações do Fórum.

### **A Ação das Entidades Internas**

O Sindicato dos Trabalhadores da UNICAMP (STU) procurava divulgar o trabalho do Fórum através de seus boletins e envolver os trabalhadores da Universidade nessa luta pelos cursos. Nesse mesmo sentido é que se dava o trabalho da ADUNICAMP.

Em setembro do ano de 1989, a Associação dos Docentes da UNICAMP, promoveu um debate entre a sua diretoria e representantes da reitoria, sobre os cursos noturnos que deveriam ser criados nessa Universidade. Nesse debate o representante da reitoria, Prof. Sette, foi indagado sobre o atraso da UNICAMP na criação dos cursos noturnos, pois até aquela data ela era a única Universidade estadual de São Paulo que não possuía cursos à noite. Na USP, por exemplo, desde 1953, isto é, 19 anos após sua fundação, já existiam cursos funcionando no período noturno. Segundo Sette, *“a UNICAMP não avançou única e exclusivamente por*

*falta de receptividade das próprias unidades da Universidade no que tange à questão dos cursos noturnos. E os argumentos eram o receio de baixa qualidade e a necessidade de contratar muito.*"<sup>141</sup> (p. 7) Essa morosidade fundamentada no argumento da qualidade do curso sempre esteve presente nas discussões internas da UNICAMP sobre a criação dos cursos noturnos.

Ao mesmo tempo, os estudantes realizavam outras atividades independentes do próprio Fórum. Ao recepcionar os "calouros" do ano de 1991, os Centros Acadêmicos, através de seus jornais, informavam sobre a determinação legal de ampliação das vagas na UNICAMP via cursos noturnos. Lamentavam que naquele ano ainda não estivessem implantados vários cursos e faziam um balanço do processo de discussão interna sobre a questão: *"...Esta discussão sobre noturno foi tentada por alguns estudantes, com o propósito de levantar o debate nas unidades. Enquanto isso, no CONSU, a pressão que a bancada estudantil exerceu era para que a reitoria se posicionasse sobre as alterações necessárias, para que na data limite (1992), já estivessem implantados os cursos noturnos na Unicamp.*

*Mas, por falta de apoio efetivo aconteceu que não conseguimos assegurar para 91 a implementação dos cursos noturnos. Por isso, vários diretores estão conseguindo empurrar com a barriga a questão, esperando que o seu vizinho resolva o problema dos 30%...*"<sup>142</sup> Retratavam aqui a morosidade das discussões no interior dos órgãos colegiados da Universidade.

Também, em 1991, o Centro Acadêmico do curso de Engenharia Elétrica, divulgou um panfleto contendo a preocupação dos estudantes daquela Unidade em relação a um possível sobrecarregamento dos professores com a criação do curso noturno, podendo assim prejudicar o

<sup>141</sup> *Jornal da ADUNICAMP*, ano 9, set/1989.

<sup>142</sup> *Jornal dos Centros Acadêmicos - Especial Calourada 91 - Ano I, n. 1, fev/91.*

curso que vinha sendo desenvolvido no período diurno. A posição dos alunos dessa Faculdade se apresentava de forma ambígua, isto é, embora estivessem preocupados em não serem prejudicados, em manterem a qualidade do curso que freqüentavam, eles se manifestavam favoráveis à criação do curso noturno. A ampliação das atividades da Faculdade de Engenharia Elétrica, era bem vista por seus alunos, desde que não tumultuasse o curso de boa qualidade que vinham tendo. Como eles mesmos se manifestaram, *“...reconhecemos que a FEE passa por um momento difícil. Numa Unicamp em crise, ela é a unidade que mais se expande, implementando um novo curso (Engenharia de Computação) e abrindo novas vagas (curso noturno), o que é muito louvável...”*<sup>143</sup>

Em junho de 1990, o Centro Acadêmico da Faculdade de Economia, divulgou um documento que visava subsidiar a discussão da criação do curso noturno naquela Unidade. Nesse documento, os alunos elencavam algumas de suas preocupações: a necessidade da especificidade do curso noturno; a necessidade de garantir a qualidade do curso; a manutenção das 70 vagas no período diurno e a criação de mais 35 no período noturno; e vestibular com opções diferenciadas para um ou outro curso, impossibilitando assim a transferência de um curso a outro, a não ser através da existência de vagas remanescentes. O Centro Acadêmico realizou um estudo detalhado no qual apontava até mesmo a melhor forma de alocação dos docentes com a criação do novo curso<sup>144</sup>.

Os alunos que compunham esse Centro Acadêmico coletaram informações sobre a estrutura do curso de Economia noturno na USP,

<sup>143</sup>Panfleto distribuído pelo Centro Acadêmico da Fac. Eng. Elétrica, no ano de 1991.

<sup>144</sup>Segundo esse estudo, o Instituto de Economia possuía um número de docentes suficiente para arcar com os dois cursos - diurno e noturno - pelo menos no primeiro ano de funcionamento do curso noturno. *“...Só são necessários 4 ou 5 professores adicionais por semestre para conseguir levar o curso noturno. Tradicionalmente, há sempre um número de professores liberados por semestre em torno de 10 a 15. Deduz-se disso que não somente é possível levar o noturno sem contratações no 1º ano, como também no 2º.”*

através de questionários distribuídos entre os calouros e veteranos daquele curso. Constataram que a grande preocupação dos alunos referia-se à dificuldade de conciliar o trabalho com os estudos. Além disso, os alunos reclamavam da precariedade da infraestrutura no período noturno e da pobreza da vida acadêmica nesse período, ou seja, pouco ou nada existia em termos de palestras, seminários, eventos culturais, etc.

Por outro lado, os professores entrevistados elogiavam a maturidade dos alunos do período noturno daquele curso<sup>145</sup>.

A mobilização do “Fórum Pró-Cursos Noturnos” bem como das entidades internas da UNICAMP, tiveram um papel bastante significativo no debate que ocorreu sobre essa questão. O envolvimento dos funcionários, professores e estudantes da Universidade, de certo modo, refletiu um novo momento de seu engajamento na luta mais ampla da sociedade e o questionamento acerca da sua estrutura interna.

Diante do quadro de cobranças por parte da sociedade civil de eficiência e democratização da universidade, sua crise saiu do estado de latência vivido nos anos de transição democrática. A **crise institucional** e de **legitimidade** da universidade era agravada por essas cobranças e pela diminuição de investimentos por parte do Estado, a universidade, especialmente a UNICAMP, via-se “duplamente desafiada”: pela sociedade e pelo Estado.

A seguir discutirei sobre a tentativa da universidade em gerir essa crise, analisando o caso da UNICAMP e a criação dos cursos noturnos.

---

<sup>145</sup>Sobre essa situação e característica comuns nos cursos e alunos do período noturno conferir trabalhos tais como: **Universidade à Noite: Fim ou Começo de Jornada?** de Maria Eugênia Castanho (Ed. Papirus, 1989); **A Transmissão do Conhecimento e o Ensino Noturno** de Maria Bernardete Caporalini (Ed. Papirus, 1991); **O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira** de Marialice Foracchi (Ed. Nacional, 1977) e o artigo “*O Aluno do Curso Superior Noturno - Um Estudo de Caso*” de Cleide Lugarini de Andrade e Marília Pontes Spósito (**Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas**, n.º. 37 - maio/1986)

## Capítulo IV: A TENTATIVA DE GERIR A CRISE DA UNIVERSIDADE: O CASO DA UNICAMP E OS CURSOS NOTURNOS

Diante da cobrança por parte de setores da sociedade acerca da eficiência e produtividade da universidade e frente às propostas de privatização dessa instituição, a comunidade acadêmica se mobilizou e deu início a um debate sobre essas questões.

Através de artigos publicados pela imprensa, representantes da comunidade acadêmica contra-argumentavam as críticas sofridas e, especialmente, as posições favoráveis à privatização da universidade pública. Argumentavam, por exemplo, que na verdade o ensino público já é pago através dos impostos e que a maior parte da produção científica de nosso país se dá nas instituições públicas. Sendo assim, tornava-se fundamental, segundo os artigos, a manutenção do financiamento estatal para o ensino superior.

Diante desse debate surgiram novas vozes reforçando a idéia de que a universidade brasileira não era tão ineficiente como se queria provar mas também não era tão eficiente como deveria ser. Nesse sentido fazia-se necessária uma avaliação dessa instituição com o objetivo de dar respostas satisfatórias à sociedade sobre o seu papel e sua função social.

A comunidade acadêmica também tem se manifestado favorável em relação à avaliação institucional. De certa forma, esse fato representa a tentativa da universidade em gerir sua **crise** no campo **institucional**. Representa ainda, como afirma Santos (1995), a possibilidade da preservação de sua autonomia. Entretanto, muita discordância ainda existe sobre os critérios que devem nortear essa avaliação.

## 1. A Avaliação como Possibilidade de Gestão da Crise Institucional

A avaliação universitária tem sido a tônica na discussão e nos estudos referentes às instituições de ensino superior. Entretanto é importante frisar que esse não é um assunto novo no meio acadêmico.

Durante a década de 70 e início da de 80, o Governo apresentou iniciativas para a avaliação das universidades federais. Entretanto, essas iniciativas, segundo Barbosa<sup>146</sup>, caracterizaram-se por uma abordagem parcial das atividades desenvolvidas na universidade e não por uma avaliação global do desempenho institucional.

Além do Estado que se mostrava preocupado com a situação da instituição universitária, Leo Maar (1986) aponta a preocupação dos docentes universitários. Segundo ele, a partir da organização desses professores nos anos 80, eles trouxeram a questão da universidade para um debate mais amplo. O movimento docente saiu então em defesa da universidade pública.

Ainda na década de 80, a avaliação da universidade através da imprensa passou a ser feita de forma mais explícita e, na maioria das vezes, com uma conotação de sentido difamatório.<sup>147</sup>

Nesse sentido foi que, em 1988, foi publicado pelo Jornal Folha de São Paulo, uma lista com o nome dos denominados “improdutivos da USP”. Segundo Goldenberg<sup>148</sup> - reitor da USP na época da publicação - ao assumir a reitoria dessa universidade, sabia do potencial da mesma, no entanto, tinha a impressão de que ela estava estagnada, de que enfrentava uma séria crise

---

<sup>146</sup>BARBOSA, Ângela Maria. *Avaliação das Universidades Brasileiras: a polêmica do nosso tempo*. (mimeo.) Dissertação de Mestrado. FE/Universidade Federal Fluminense, 1988.

<sup>147</sup>Conferir: Barbosa, 1988.

<sup>148</sup>GOLDENBERG, José. “*O Impacto da Avaliação na Universidade*”. In, DURHAM, Eunice e SCHWARTZMAN, Simon (orgs.) *Avaliação do Ensino Superior*. SP: Edusp, 1992.

de desenvolvimento. *“...Tinha a impressão de que havia departamentos com muitos professores acomodados em suas posições permanentes, o que acarretava um fraco desempenho. Além disso, estes departamentos possuíam critérios extremamente lenientes para aprovação em concursos e ou promoção, o que os tornava prisioneiros de um círculo vicioso difícil de quebrar, e que os impedia de melhorar. Mesmo os departamentos mais conceituados pareciam encontrar poucos estímulos para desenvolver seus trabalhos.”*(p. 92)

Diante desse quadro o então reitor abriu um processo de avaliação da instituição buscando levantar dados que subsidiassem um estudo detalhado sobre os diferentes departamentos. Essa avaliação orientaria ações internas para solucionar os possíveis problemas. A opção do instrumento para coleta desses dados foi a de reunir informações quantitativas sobre as atividades dos departamentos e unidades, através de dados sobre a produção dos seus docentes. Essa produção se dividia em diferentes categorias tais como a publicação de artigos em periódicos, jornais, livros, etc... e era classificada com relação aos trabalhos nacionais e/ou internacionais. Goldenberg (1992) alegava que tinha conhecimento do risco e da superficialidade de se trabalhar com dados apenas quantitativos e que tais dados não faziam juz plenamente a certas atividades realizadas pelos docentes. *“...Seria, portanto, uma simplificação quantitativa de atividades que, por sua natureza, são qualitativas e, portanto, não passíveis de quantificação...”* (p. 93)

Ele entendia ainda que o processo deveria caminhar por um período maior de tempo para que se conseguisse uma visão mais abrangente da real situação de produção na USP. *“...Era evidente, desde o início, que uma análise do desempenho da universidade só poderia ser feita após vários anos de coleta de dados. O processo foi atropelado pela publicação de uma ‘lista de improdutivos’ definidos como ‘docentes sem publicações’ dos*

*anos de 1985 a 1986 por um matutino de São Paulo no início de 1988. Isto ocorreu quando o processo de coleta de informações estava ainda muito incipiente. A publicação precipitada de dados de um período curto de tempo de uma lista individualizada deu origem a inúmeras reclamações e a uma indignação justificada...*<sup>149</sup>(p. 93-94) Novamente aqui pode ser ressaltado o papel da imprensa na formação de uma “opinião pública” a respeito da universidade brasileira. Diferentemente dos anos de luta contra a ditadura, a universidade agora era combatida e questionada pelo seu alto custo e “baixa produtividade”.

De certo modo, a quantificação da produção docente das instituições universitárias é o que tem perdurado enquanto forma de sua avaliação. Critérios meramente quantitativos, estatísticos, têm norteado o trabalho da avaliação universitária no Brasil. Em uma análise mais ampla, Santos (1995) aponta para o perigo de uma avaliação da universidade sobre esses critérios. Segundo ele, “...o quantitativismo está intimamente ligado com o economicismo. Na sociedade contemporânea, o arquétipo do produto social definido quantitativamente é o produto industrial. O economicismo consiste em conceber o produto universitário como um produto industrial, ainda que de tipo especial, e conseqüentemente em conceber a universidade como uma organização empresarial...” (p. 217) Para o autor, esse viés tem sido amplamente difundido e a sua vigência de uma forma incontrolada representa um grande perigo para a autonomia institucional da universidade.

Frente às resistências de diversos setores da comunidade acadêmica à adesão desses critérios, foi aberto um novo debate sobre a necessidade de se discutir os parâmetros para a realização da avaliação. Hoje, pode-se afirmar que não há rejeição à necessidade da avaliação institucional, mesmo porque

---

<sup>149</sup>Idem, *ibidem*.

entende-se que, de certo modo, ela poderá garantir a autonomia da universidade. Porém, há restrições sobre o instrumental que deve ser utilizado para proporcionar uma avaliação mais completa, mais abrangente. Segundo Vogt<sup>150</sup> “...a eficácia das universidades tem sido medida, não raro, por critérios unilaterais. Se a produção intelectual - publicações, livros, teses - é um importante parâmetro de mensuração acadêmica, todavia não é tudo: uma verdadeira avaliação do estado atual da universidade pública incluiria, ainda, o volume e a densidade das pesquisas que realiza, o impacto de seus alunos egressos na estrutura social e, por fim, a dimensão e relevância dos serviços que presta à sociedade...” Esse pode ser um caminho, mas o raciocínio pautado pela quantificação de publicações ainda tem sido a tônica no processo de avaliação, até mesmo na UNICAMP.

Santos (1995) defende que a própria universidade é quem deve propor as condições para que aconteça a avaliação. Entretanto, segundo ele, “...a universidade não tem hoje poder social e político para impor condições que garantam uma avaliação equilibrada e despreconceituosa do seu desempenho...” (p. 220) Para reverter essa situação é necessário que ela procure coligações políticas no seu interior e também “fora de seus muros”. Para que consiga esse apoio externo é preciso, antes de mais nada, que aprofunde sua democratização interna. Nessa dinâmica, deve ser enfatizada a estreita ligação entre duas dimensões da crise, ou seja, a **crise institucional** ao mesmo tempo que gera a **crise de legitimidade**, é também gerada por ela.

---

<sup>150</sup>VOGT, Carlos. “Em Defesa da Universidade Pública”. In, *Folha de São Paulo*, 08 de maio de 1991.

## A UNICAMP em Tempos de Avaliação Institucional

Atualmente, o debate sobre a avaliação institucional e a valorização da graduação tem mobilizado boa parte da comunidade acadêmica.

Nos últimos anos, a UNICAMP tem se mostrado disposta a avaliar os seus cursos de graduação e de pós-graduação. A forma como essa avaliação tem se encaminhado é que tem causado uma série de resistências e críticas às administrações da Universidade. Essa avaliação tem se pautado pelos índices do crescimento da procura pelos cursos de graduação, pelos índices de teses e publicações dos corpos discente e docente da UNICAMP e pela relação direta entre seus cursos e o mercado de trabalho. Segundo Vogt *“...as universidades não podem se limitar à avaliação pura e simples de sua didática, fechando-se em sua própria ‘excelência’ e deixando para segundo plano a sua inserção na sociedade. É o contínuo processo de realimentação com o mercado de trabalho - enfim, com o usuário final de nosso ‘produto’ - que permitirá a atualização constante de nossos currículos, adaptando-os à rápida evolução da sociedade brasileira. A agilidade em responder aos desafios do conhecimento, aos compromissos sociais e aos estímulos do novo mercado de trabalho será o grande indicador da contribuição universitária para o desenvolvimento do país...”*<sup>151</sup>(p. 3) Essa avaliação baseada especialmente na relação direta e estreita entre universidade e mercado tem causado uma série de restrições e questionamentos por parte de alguns segmentos da comunidade acadêmica da UNICAMP e da externa a ela.

---

<sup>151</sup>Projeto Qualidade Graduação: Elementos para um diagnóstico da Graduação da Unicamp. UNICAMP/ out/92 .

## O “Projeto Qualidade”: nova estratégia na administração da crise

O ano de 1990 foi marcado pelo Projeto Qualidade apresentado pelo reitor recém empossado, Prof. Carlos Vogt<sup>152</sup>. De certo modo, esse projeto representava a tentativa da administração da UNICAMP em gerir sua crise. Ele tem como pontos principais: 1) a titulação dos docentes<sup>153</sup>; 2) regime de trabalho de tempo integral para os docentes; 3) desenvolvimento de pesquisa pelos professores; 4) a integração dos cursos de graduação com os da pós-graduação; 5) a criação gradativa do programa de pós-doutoramento; 6) inserção do aluno de pós-graduação em experiência com o ensino e 7) corte das bolsas de monitoria para alunos de graduação<sup>154</sup>.

De certa forma, o Projeto Qualidade procurava antecipar a discussão acerca da necessidade de avaliação da instituição universitária e responder às críticas realizadas pela imprensa e parte da sociedade civil sobre a improdutividade e o corporativismo existente nessas instituições públicas. Ao deixar a reitoria, Vogt avaliou como positiva a contribuição do Projeto Qualidade para a comunidade acadêmica da UNICAMP e para a sociedade. Segundo ele<sup>155</sup>, esse Projeto modificou o perfil do início da carreira nessa Universidade que passou de mestrado para o doutorado e elevou o

<sup>152</sup>Para Vogt este projeto abrangia “...da qualificação docente à qualificação de processos em todos os níveis, do investimento na pesquisa e no ensino ao aprimoramento da autonomia de gestão financeira, da fixação de formas de incentivo à produtividade ao estabelecimento de novos mecanismos de relações com a indústria, da dinamização dos indicadores de pós-graduação à expansão e consolidação do programa de cursos noturnos.” (Projeto Qualidade... p. 12) Nos capítulos seguintes pretendo discutir melhor essa expansão e consolidação dos cursos noturnos.

<sup>153</sup>Segundo dados apresentados pelo reitor Vogt à CCG em reunião do dia 16/08/90, a UNICAMP possuía cerca de 2500 professores, dos quais 900 ainda não possuíam titulação (cerca de 40%).

<sup>154</sup>Através dessa atitude seria extinta a função de monitoria para o aluno da graduação. Essa função passaria a ser desempenhada pelo pós-graduando envolvido no programa de docência. De acordo com a reitoria, os recursos economizados com bolsas de monitoria seriam repassados para as Unidades pois, segundo Vogt em reunião da CCG de 16/08/90, a qualidade do curso superior e da universidade precisa ser pensada na relação custo-benefício.

<sup>155</sup>Caderno Folha Sudeste do Jornal Folha de São Paulo de 22/03/1994.

percentual de professores doutores que era, em 1989 de 54%, para 72% em 1993.

O Projeto provocou, e ainda provoca, manifestações contrárias a ele por parte de setores da comunidade acadêmica. Uma delas é a de que, de certo modo, a filosofia que permeia o Projeto está impregnada da vocação tecnológica e da visão empresarial de universidade visão esta que começou a se configurar principalmente a partir da gestão do Prof. Zeferino Vaz.

A preocupação com essa questão da avaliação institucional tem impulsionado um estudo detalhado sobre a situação dos cursos de graduação.<sup>156</sup> Esses estudos têm sido a tônica das discussões internas na UNICAMP. Em reunião do dia 22 de novembro de 1990, foi constituída pela Comissão Central de Graduação (CCG), uma comissão para discutir e estabelecer critérios referentes à avaliação do ensino. Com base em dados coletados por diferentes pesquisas, os membros dessa comissão discutiam a necessidade de se repensar os cursos de graduação da Universidade que possuíam, na sua maioria, carga horária e grades curriculares excessivas e que ultrapassavam em muito às exigências mínimas estabelecidas pelo CFE (Conselho Federal de Educação).<sup>157</sup>

Desse trabalho de auto-avaliação, realizado pela comissão e por outros órgão internos da UNICAMP, surgiu a proposta de avaliação que

---

<sup>156</sup>Com relação aos cursos de graduação a preocupação tem sido principalmente em torno do índice de evasão apresentado nos mesmos. Segundo dados de 1970 a 1991, de um total de 27590 alunos que passaram pela UNICAMP, 19,22% ainda estavam matriculados, 27,42% haviam evadido e 53,35% já se encontravam formados. Acerca dos dados quantitativos referentes a essa questão, deve ser verificado o trabalho de Antônio Faggiani, **O Comportamento Acadêmico nos Cursos de Graduação da Unicamp**, publicado pela Editora da UNICAMP em 1994.

<sup>157</sup>É nesse sentido que o então reitor Carlos Vogt, referiu-se à necessidade de se adequar a grade curricular dos cursos da UNICAMP. Segundo ele a inadequação da grade em alguns cursos poderia estar sendo o motivo das altas taxas de evasão. *"A questão da inadequação curricular conduz diretamente ao problema da evasão. Na medida em que o estudante não consegue ver com clareza os elos que deveria haver entre as disciplinas de formação básica e as motivações da carreira escolhida, seu entusiasmo pode decrescer até ao ponto da desilusão quase absoluta. Dai ao abandono precoce do curso é um passo."* (**Projeto Qualidade...** p. 8) Mas além dessa argumentação pautada pela questão curricular, surge em alguns momentos nas reuniões da CCG a preocupação com a carga horária excessiva, podendo haver uma reestruturação da mesma, contribuindo assim para uma menor evasão nesses cursos.

seria realizada por representantes da comunidade científica externa a ela. Esses representantes deveriam ser especialistas altamente respeitados em sua área de atuação, tanto em relação à sua postura acadêmica quanto à sua postura ética. Além disso, deveriam ser possuidores de uma grande experiência universitária.<sup>158</sup> Em novembro de 1992<sup>159</sup>, a Universidade recebeu a visita de vinte especialistas - correspondendo às suas dezenove Unidades - que formaram quatro comissões para realizarem avaliações nas diferentes áreas do conhecimento<sup>160</sup>.

### A Parceria com Empresas

A partir do ano de 1989, as universidades paulistas passaram a ter autonomia financeira, isto é, as verbas destinadas às três instituições de ensino superior ficavam associadas a parcelas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) arrecadado no Estado. No ano de 1991, a distribuição dos recursos para as três universidades se dava da seguinte forma: UNICAMP recebia 2,0% do total da arrecadação, a Unesp 1,94% e a USP o referente a 4,46%. Entretanto, o governo do estado alegava que a arrecadação desse imposto estava em queda o que levou as universidades a atravessarem um momento complicado financeiramente.

---

<sup>158</sup>SOBRINHO, José Dias (org.) *Avaliação Institucional da Unicamp: processo, discussão e resultados*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.

<sup>159</sup>Conferir a reportagem "*Unicamp faz avaliação 'independente'*" publicada no Jornal *Folha de São Paulo* no dia 07/11/1992.

<sup>160</sup>Essas comissões ficaram assim constituídas:

1) Área de Ciências Exatas: Vicente José Fúlfaro (Unesp); Elon Lages Lima (Impa); Herch Moysés Nussenzweig (PUC-Rio) e José Manuel Riveros (USP).

2)Área de Tecnologia: Cláudio A. Oller do Nascimento (USP); Egberto Vana (CTA); Isaías de Carvalho Macedo (Copersucar); Luiz Bevilacqua (MCT); Marcius F. Giorgetti (USP/S. Carlos); Sandoval Carneiro Júnior (UFRJ) e Tetuo Hara (UFV).

3) Área de Ciências Humanas: Marcelo Guerchfeld (URFGS); Sulamis Dain (URFJ); Izidoro Blikstein (USP); Otávio G. C. Alves Velho (UFRJ) e Carlos Roberto Jamil Cury (UFMG).

4) Área de Ciências Biológicas: Flávio Fava de Moraes (Fapesp); Jorge Almeida Guimarães (CNPq); Manoel José Gomes Tubino (Univ. Gama Filho/RJ) e Domingos Alves Meira (Unesp/Botucatu).

Os relatórios finais dessas comissões se encontram reproduzidos no trabalho de SOBRINHO (op. cit.).

Em meio a essas dificuldades financeiras, a UNICAMP comemorou os seus 25 anos em 1991. Naquele momento voltou à tona, com maior ênfase ainda, a questão da parceria entre universidade e empresas. Para o reitor, Carlos Vogt<sup>161</sup>, a universidade não podia ser uma ilha, precisava estar em contato com a sociedade e em especial com as exigências do mercado. É por isso que, segundo ele, a UNICAMP deveria procurar manter um relacionamento bastante ativo com a área empresarial. Com base nessa tese, foi criada a Fundação Universidade Empresa com o objetivo de sistematizar essa relação.

No ano de 1990 os recursos extra-orçamentários - em especial vindos das empresas privadas - chegaram a 23% do orçamento total dessa Universidade e a expectativa do então reitor era de que no ano do jubileu de prata da UNICAMP se alcançasse a meta dos 30%.

Em reportagem do Caderno Folha Sudeste do Jornal Folha de São Paulo, do dia 22 de março de 1994, ao fazer o balanço dos quatro anos que esteve à frente da UNICAMP, Vogt apontava como um dos pontos mais positivos de sua administração exatamente o fato de ter conseguido ampliar o orçamento da Universidade através dos acordos com as empresas.

Se por um lado setores da Universidade mostravam-se entusiasmados com os resultados dessa política, outros manifestavam suas críticas. Dentre eles, destacavam-se os sindicatos e associações de funcionários, docentes e alunos da UNICAMP<sup>162</sup>. As críticas eram feitas sobre a argumentação de que essa política poderia comprometer a autonomia da produção científica da Universidade e de que o Estado acabaria por se descomprometer com as universidades públicas.

---

<sup>161</sup> "Unicamp faz 25 anos e busca apoio das empresas" in Jornal **Folha de São Paulo**, 10/06/1991.

<sup>162</sup> Exemplo disso é a matéria publicada no **Boletim da ASSUC**, nº 11, do dia 30/07/1991 intitulado: "É dando que se recebe..." criticando o acordo estabelecido entre a UNICAMP e a Rhodia.

Em resposta a essas críticas o reitor reforçava a necessidade de que a universidade pública brasileira ampliasse suas fontes de financiamento. Segundo ele, *“...Não dá para o Estado sozinho abastecer todas as necessidades da universidade. As instituições públicas têm que ser eficazes, competentes e competitivas. Se capto recursos extras e aumento o orçamento, estou fortalecendo o serviço público. Ao contrário do que meus adversários comentam, isso não é privatização, pois estou aumentando a eficiência dos programas sociais. Não sou um banana, que vive com a mão estendida chorando para o Estado a fim de obter mais recursos, que no final acaba saindo do bolso do contribuinte.”* <sup>163</sup>(p. 2)

Santos (1995) alerta para os perigos que podem se fazer presentes na relação estreita entre universidade e setor empresarial. Para o autor, essa relação pode levar a uma “distorção institucional” da universidade a partir do momento em que gera uma distinção entre docentes e pode levar à concepção de trabalhos predominantemente nas áreas de maior interesse empresarial. Além disso, pode gerar uma marginalização das humanidades e ciências sociais, por serem áreas de menor comerciabilidade. Sendo assim, a produção científica, gestada por uma universidade atrelada aos setores produtivos, corre grande perigo tanto quanto à sua criação quanto à sua divulgação. Pois, como ele mesmo afirma, *“...a ‘comunidade’ industrial tem outra concepção de competitividade, assente nos ganhos da produtividade. Se as suas concepções se sobrepuserem às da comunidade científica, teremos em vez da publicidade dos resultados, o secretismo, em vez da discussão enriquecedora, o mutismo sobre tudo o que é verdadeiramente importante no trabalho em curso, em vez da livre circulação, as patentes...”* (p. 203)

---

<sup>163</sup>Caderno Folha Sudeste do Jornal Folha de São Paulo, 22/03/1994.

Para Chauí<sup>164</sup>, essa parceria da universidade com as empresas é uma das características do que hoje alguns setores da sociedade têm entendido por universidade moderna. Essa idéia é, segundo a autora, a de criar a “...‘universidade de serviços’ baseada na docência e pesquisa ‘de resultados...’” (p. 58) Nesse sentido, o financiamento empresarial da produção científica que é realizada nas universidades públicas do país, pode significar ainda a redução das pesquisas a meros serviços encomendados “...cujos critérios, objetivos, padrões, prazos e usos não serão definidos pelos próprios pesquisadores, mas pelos financiadores.” <sup>165</sup>(p. 58)

Além disso, Chauí (1995) salienta o caráter arcaico presente nessa idéia de universidade moderna que tem sido defendida pelo Estado e por boa parte da burocracia acadêmica. Segundo ela, esse caráter pode ser reconhecido em três momentos: 1) se a universidade medieval estava submetida ao poder da Igreja, atualmente se defende que a universidade “modernizadora” esteja submetida aos interesses do mercado; 2) nessa universidade que tem sido proposta se repõe a heteronomia ao se defender que o usuário, que encomendou o serviço, torne-se a figura determinante “...enquanto a ação produtora propriamente dita é considerada apenas a executante de uma rotina adquirida cuja finalidade e sentido lhe escapam...” (p. 58); 3) e finalmente, reaparece o mecenato, cuja “...única diferença entre o antigo e o novo mecenas está no fato de que o primeiro patrocina saberes e artes em vista de prestígio, enquanto o segundo, em decorrência da transformação dos conhecimentos em forças econômicas produtivas, financia-os em vista do poder...” (p. 58) Nesse sentido, pode-se dizer que, de certo modo, a idéia de universidade moderna que tem sido difundida por amplos setores da sociedade atual, demonstra uma versão de

---

<sup>164</sup>CHAUÍ, Marilena. “Em Torno da Universidade de Resultados e de Serviços” in **Revista USP: Dossiê Universidade-Empresa**. SP: USP, nº 25, mar/mai. 1995.

<sup>165</sup>Idem, ibidem.

momentos passados dessa instituição. E é essa idéia que parece estar orientando a cúpula diretora da UNICAMP.

Nos meses de março e abril de 1994 aconteceram as últimas eleições para o cargo de reitor da UNICAMP. Nessas eleições foi escolhido o então vice-reitor Prof. José Martins Filho que tinha por meta dar continuidade ao programa e propostas de seu antecessor. Em relação à avaliação institucional e aos acordos empresa e universidade, a continuidade tem sido concretizada. Em reportagem do Caderno Folha Sudeste do Jornal Folha de São Paulo do dia 19 de maio de 1994, o novo reitor anunciava a criação de um escritório para captar recursos de empresas privadas que queiram desenvolver produtos e processos de produção dentro da Universidade. A atual administração da UNICAMP tem mantido também a sua preocupação com o ensino de graduação, procurando reestruturá-lo<sup>166</sup>.

## **2. Recomendações de Órgãos Internacionais para o Ensino Superior no Brasil**

Essa nova política pautada pela eficiência, pela produtividade das instituições de ensino superior, pela preocupação com a avaliação institucional e com a ampliação de fontes de recursos para as mesmas, tem sido também resultado de recomendações de diferentes organismos internacionais que estudam o sistema educacional brasileiro, bem como de outros países em desenvolvimento. Esses órgãos têm se pautado, em especial, por preocupações específicas com o ensino fundamental, mas também estabelecem algumas diretrizes para o ensino superior. Essas recomendações, de certa forma, têm se orientado no sentido de que a universidade consiga gerir sua crise.

---

<sup>166</sup>O plano de reestruturação dos cursos de graduação foi publicado no **Jornal da Unicamp** - uma publicação da Assessoria de Imprensa da Universidade Estadual de Campinas - do mês de abril de 1995.

## As Diretrizes do Banco Mundial

Desde 1987, o Banco Mundial tem difundido uma série de relatórios referentes ao ensino superior brasileiro. No relatório apresentado por esse órgão internacional em fevereiro de 1991, intitulado “High Education Reform in Brazil”, o Banco Mundial também demonstrava o crescimento quantitativo ocorrido no sistema universitário do país. Segundo esse documento, o sistema de ensino superior brasileiro passou, nos últimos 20 anos, de 500.000 para 1.500.000 alunos. Nesse total, estavam também incluídos os 50.000 estudantes de pós-graduação distribuídos da seguinte forma: 18% em instituições estaduais e municipais, 60% em instituições privadas e 22% nas federais.

Com relação às diferentes instituições que oferecem cursos de ensino superior, o Banco Mundial classificava nove delas como sendo de alta qualidade: USP, UNICAMP (que juntas são responsáveis por 25% dos estudantes de pós-graduação), cinco instituições federais e duas instituições privadas - PUCs do Rio de Janeiro e de São Paulo.

A parte central desse documento concentra-se na necessidade de se reduzir os custos da educação superior no Brasil. Para tanto, propõe o aumento do número de vagas e/ou a redução no quadro de pessoal, isto é, docentes e funcionários. Segundo o relatório, o custo do aluno de ensino superior no Brasil é extremamente alto - 7.700 dólares por aluno - além de ser baixa a relação aluno-professor. (8,8 alunos para cada professor nas universidades federais)<sup>167</sup>.

---

<sup>167</sup>Entretanto, segundo o Prof. Bernardino Ribeiro de Figueiredo (IG/UNICAMP), em reunião do CONSU de 24/09/91, “...os próprios dados do documento demonstram, analisando as suas próprias tabelas e tirando outras médias, que a relação professor/aluno média do Brasil é igual a 13. É superior à do Chile, que é 11, país considerado como exemplo de eficiência após a reforma educacional introduzida pelo General Pinochet. É superior à do Japão, que é 10, superior à da Inglaterra, que é 11, e do setor de ensino privado dos Estados Unidos, que é 12, o que deveria ser um exemplo então de eficiência e rentabilidade...” (p. 251)

Com base nesses dados, o Banco Mundial recomendava o aumento do número das vagas nas instituições públicas e a cobrança de anuidade. Sugeriu ainda a eliminação de subsídios para a alimentação<sup>168</sup> e a captação de recursos da iniciativa privada. Era ainda proposto que se reduzissem 42% dos gastos federais com o ensino superior, passando de 2,45 bilhões de dólares para 1,41<sup>169</sup>. De certo modo, pode-se dizer que o Banco Mundial estava preocupado em ajustar custos e benefícios.

Nesse sentido, intelectuais e burocratas das universidades e do poder público, passaram a defender essa necessidade de ajuste. Segundo Durham<sup>170</sup>, *“precisamos nos convencer de que não se pode, num país como o Brasil, diminuir os gastos públicos com educação, qualquer que seja o nível. Trata-se, isto sim, de evitar desperdícios e aumentar, dentro dos recursos disponíveis, tanto a qualidade do ensino como a quantidade de vagas no nível superior... É absolutamente fundamental, para o desenvolvimento do país, ampliar a oferta de vagas no ensino superior, especialmente, no caso das instituições públicas, em cursos noturnos...”*

Nesse novo contexto político, de mudanças significativas no setor produtivo e na sociedade civil, a universidade passou a ser questionada quanto à sua eficiência e ao seu papel social. Diante disso, pode-se afirmar que sua crise se agravou. O modelo de universidade despolitizada e voltada prioritariamente para o desenvolvimento tecnológico dos anos 60, foi posto em xeque.

Contribuindo ainda para o agravamento dessa crise, nas últimas décadas a universidade perdeu a exclusividade na produção científica.

---

<sup>168</sup>Essa foi uma das determinações que a reitoria da UNICAMP procurou implantar em 1995, gerando a resistência dos estudantes.

<sup>169</sup>No ano de 1991, esse montante de verba que deveria ser destinado a atender todo o sistema federal de ensino superior, representava muito menos do que o estado de São Paulo gastava com suas três universidades estaduais.

<sup>170</sup>DURHAM, Eunice. *“Os Gastos com as Universidades Públicas”*. In **Folha de São Paulo**, 07 de abril de 1991.

Santos (1995) constata que “...as grandes empresas multinacionais, transformadas em agentes econômicos privilegiados da nova ordem econômica internacional, criaram os seus próprios centros de investigação básica e aplicada e a excelência dos seus resultados pôde rivalizar com os dos centros universitários...” (p. 201)

Diante desse novo contexto, a universidade “...tem que reformular sua função e sua missão, definir novos enfoques e estabelecer novas prioridades para o futuro...”<sup>171</sup> (p. 3), reorganizar-se na busca de mudanças estruturais que a levem a uma nova estratégia de legitimação.

### **3. O Estado Diante da Crise Universitária**

Durante o final da década de 80 e início da de 90, o poder público no Brasil atravessava um momento de crise de legitimidade. Diante de denúncias de corrupção no governo federal, setores da sociedade civil se organizaram. De certo modo, a partir desse momento aumentaram as críticas ao poder público e seus representantes. Esse descrédito dado a eles, refletia-se também nas instituições públicas.

Fazia-se necessário então a tomada de atitudes que possibilitassem a recuperação do prestígio, da legitimidade do poder e das instituições públicas e dos políticos de forma geral. Nesse contexto de críticas e descrédito, foi aprovado pela Assembléia Constituinte do Estado de São Paulo, um artigo que determinava o oferecimento de cursos noturnos nas universidades públicas desse estado.

---

<sup>171</sup>UNESCO, 1995.

## A Determinação da Constituição Estadual de São Paulo<sup>172</sup>

A expansão dos cursos noturnos na UNICAMP coincide com o período posterior à publicação da Constituição do Estado de São Paulo em 1989. Segundo a Constituição, em seu artigo 253, as universidades estaduais seriam obrigadas a manter cursos noturnos que, no seu conjunto, representariam pelo menos um terço do total das vagas oferecidas por elas.

Após a promulgação da Constituição Federal, em 05/10/1988, foi dado aos estados o prazo de um ano para a elaboração de suas constituições. Em São Paulo, o processo teve início no dia 06 de outubro de 1988 e foi concluído no dia 05 de outubro do ano seguinte.

Após o longo debate sobre as questões regimentais - de 06/10/88 a 28/05/89 -, os deputados estaduais se organizaram em comissões para realizarem estudos nas diferentes áreas e questões sobre as quais a Constituição Estadual deveria tratar. A questão educacional foi discutida pela Comissão da Ordem Econômica e Social<sup>173</sup> que tinha sob sua competência *“o desenvolvimento econômico, o sistema financeiro estadual, política agrícola e fundiária, atividades industriais, agroindustriais e de serviços, política urbana e do solo, habitação, transportes, meio ambiente, recursos hídricos e minerais, saneamento, saúde, assistência e previdência*

---

<sup>172</sup>Quero registrar aqui a dificuldade para obter informações sobre o período da Constituinte que resultou na Lei Estadual de 1988. Segundo funcionários da Assembléia Legislativa de São Paulo, a intenção inicial era de se registrar as discussões e os debates ocorridas durante a Constituinte, através de um trabalho de informática contratado por uma empresa particular. Entretanto, a Assembléia não conseguiu cumprir o contrato com a empresa e essa acabou por levar todos os registros desse momento não deixando cópias para o Estado.

<sup>173</sup>Essa Comissão assim se constituía: 1) **Membros efetivos:** Deputados Adilson Monteiro Alves, Eni Galante, Jorge Tadeu Mudalen, Lobbe Neto, Randal Juliano Garcia e Wagner Rossi (PMDB); Fauze Carlos, Israel Zekcer e Daniel Marins (PTB); João do Pulo, José de Castro Coimbra e Jairo Mattos (PFL); José Dirceu e Roberto Gouveia (PT); Abdo Hadade e Paulo Osório (PDS) e Guiomar de Mello e Waldir Trigo (PSDB); 2) **Membros substitutos:** Deputados Luiz Francisco, Erci Ayala, Mauro Bragato, Nelson Nicolau, Osmar Thibes e Vitor Sapienza (PMDB); Tadashi Kuriki, Moisés Lipnik e Osvaldo Sbeghen (PTB); Luiz Furlan, Valdemar Corauci e Miguel Martini (PFL); Ivan Valente e Lucas Buzato (PT); Afanásio Jazadji e Sylvio Martini (PDS) e Fernando Leça e Rubens Lara (PSDB).

*social, educação, cultura, esportes, ciência e tecnologia, comunicações”.*<sup>174</sup>

A partir do trabalho dessas Comissões foi elaborado um anteprojeto de lei apresentado no dia 10 de maio de 1989 para a apreciação em plenário. Nele, não se fazia referência aos cursos noturnos nas universidades estaduais. O artigo 289 desse anteprojeto continha o seguinte texto: “*A Organização do sistema de ensino superior será orientada para a ampliação do número de vagas oferecidas nesse nível, respeitadas as condições para a manutenção da qualidade de ensino e do desenvolvimento da pesquisa.*” A preocupação em ampliar o número de vagas nas universidades paulistas já se fazia presente. Entretanto, não se discutia de que forma essa ampliação poderia se dar. A esse anteprojeto foram apresentadas um total de 4.674 emendas.

Verificando as emendas referentes à questão da ampliação de vagas no ensino superior do Estado, pude constatar que a argumentação se dirigia no sentido de se estadualizar instituições privadas de ensino superior ou de se criarem novas instituições públicas de nível universitário. Na emenda de nº 2.084 de autoria do deputado Wagner Rossi (PMDB)<sup>175</sup>, propunha-se o seguinte: “*Acrescente-se ao artigo 289 do Anteprojeto de Constituição, o parágrafo único abaixo consignado:*

*Parágrafo Único - As Universidades Públicas Estaduais deverão manter cursos noturnos que, no conjunto de suas unidades correspondam a pelo menos 1/3 do total por elas oferecidas”.*<sup>176</sup>

Foi essa a primeira vez que se fez menção à criação dos cursos noturnos nas universidades estaduais de São Paulo, durante as discussões

<sup>174</sup>Regimento interno da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

<sup>175</sup>Apesar de aparecer como sendo de autoria do Deputado Wagner Rossi, essa emenda reflete a posição de vários outros deputados que compunham essa Comissão.

<sup>176</sup>ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Emendas da Comissão da Ordem Econômica e Social* - Vol. 8 - p. 518 a 521, 1989.

para a elaboração da Constituição. A justificativa apresentada pelo Deputado foi a de que *“Conhecidas as imensas dificuldades dos jovens oriundos das camadas populares de conseguirem ingresso nas Universidades Públicas, esse processo de exclusão perversa se reforça na medida em que a grande maioria das vagas oferecidas pelas univesidades públicas são nos períodos diurnos, agravando as dificuldades dos jovens que necessitam trabalhar para prover a própria subsistência.*

*Por outro lado, considerando que os equipamentos básicos para o oferecimento de cursos noturnos já estão disponíveis nas Universidades Estaduais Paulistas - prédios, bibliotecas, laboratórios, salas de aula, corpo administrativo, etc - certamente os custos adicionais para sua implantação serão grandemente reduzidos.”*<sup>177</sup>

Essa emenda foi aprovada pela Comissão da Ordem Econômica e Social e passou a compor o texto do projeto apresentado ao plenário em agosto de 1989.

Dentre as várias emendas apresentadas a esse projeto, deparei-me com a de nº 588, de autoria da Secretaria de Estado da Educação - Conselho Estadual de Educação (que na época tinha em sua presidência Jorge Nagle, e como secretário, Chopin Tavares de Lima), que pede a supressão do parágrafo único do então artigo 277<sup>178</sup> sob a justificativa de que o mesmo feria o artigo 278 referente à autonomia da universidade. Segundo o CEE a autonomia universitária estava sendo ferida pelo fato de tal artigo determinar como as universidades deveriam se organizar para ampliar suas vagas. Para o Conselho, essa questão deveria ser uma decisão de cada universidade. *“...Não é matéria constitucional especificar que 1/3 do total de vagas na universidade pública sejam oferecidas nos cursos noturnos.*

---

<sup>177</sup>ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Emendas do Anteprojeto*. Vol. do nº 1.801 ao 2.100, emenda nº 2.084, 1989.

<sup>178</sup>Esse parágrafo único é o apresentado pelo Deputado Wagner Rossi e que foi aprovado pela sua Comissão.

*Julgamos importante, entretanto, manter o espírito da proposta contida no Parágrafo Único que é a da oferta do ensino noturno nas Universidades Públicas Estaduais. Por isso, incluímos a expressão “diurno e noturno” no caput do Artigo 277.”*<sup>179</sup>

Essa emenda foi aprovada com uma subemenda tendo sido depois rejeitada pelo plenário, ficando o texto do artigo 277 do projeto, que na Constituição aparece como sendo o artigo 253. Não há registros sobre o momento em que se deu essa substituição, pois muitas das negociações referentes aos artigos foram realizadas no plenário, entre deputados, sem que isso tenha sido registrado.

De certa forma, a atitude dos Deputados em favor dos cursos noturnos refletia, de um lado, as pressões de vários setores sobre as universidades públicas - incluindo entre elas, as recomendações de organismos internacionais - e de outro, as demandas sociais pelo acesso ao ensino superior gratuito. Essa atitude tomada pela Constituinte representa, de certo modo, a preocupação em responder às críticas que setores da sociedade faziam a ela, enquanto representante do poder público, na tentativa de recuperar uma situação de legitimidade.

### **Os Bastidores da Comissão da Ordem Econômica e Social**

Na Assembléia, o que direcionou a exigência para a criação dos cursos noturnos nas universidades paulistas pode estar relacionado à preocupação do Estado com a expansão do ensino superior público. Havia dados que comprovavam a demanda enorme por vagas nesse nível de ensino<sup>180</sup>. Segundo o Deputado Ivan Valente<sup>181</sup>, a expansão de vagas no

<sup>179</sup>ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Emendas ao Projeto de Constituição*. Vol. dos nº 301 a 600, emenda 588, 1989.

<sup>180</sup>Segundo depoimento do Deputado Ivan Valente, no ano de 1994 houve 63 pedidos de estadualização ou criação de universidades que tramitaram no Conselho de Reitores das Universidades do Estado de São

ensino superior era uma questão consensual na Comissão que cuidava do assunto. O que diferenciava era a forma de se viabilizar tal expansão. Segundo ele, havia uma pressão enorme por parte de alguns Deputados para que se criassem novas universidades, através da encampação pelo Estado das faculdades privadas.

Para Valente, além dessa demanda pelos cursos noturnos, havia uma preocupação em se ocupar as universidades estaduais no período noturno e se dar uma resposta aos questionamentos por parte da sociedade: *“...Havia uma ociosidade que poderia ser ocupada,... havia uma preocupação social, baseada nessa pressão de que as universidades públicas são freqüentadas por pessoas que conseguem, na sua maioria, fazer cursos de primeiro e segundo grau com maior qualidade, vamos dizer assim, ou têm que fazer cursinho, etc... Então, a abertura de cursos noturnos significava duas coisas: ocupar a capacidade ociosa e segundo, democratizar o acesso, né?..”* (p. 1-2) Essa fala, de certo modo, representa a preocupação por parte desses políticos com esse momento de crise vivido pela universidade brasileira.

Para o Deputado, essa ociosidade das universidades públicas é entendida como subaproveitamento de suas capacidades, isto é, as universidades já tinham a infraestrutura básica, o corpo funcional necessário que poderia responder à demanda por cursos superiores noturnos. Nesse sentido, segundo ele, havia uma vontade política do Constituinte de manifestar a sua preocupação em ocupar melhor as universidades públicas como uma resposta às críticas que a sociedade vinha fazendo a essa instituição. Essa vontade, da qual fala o Deputado, refletia, de certo modo, a intenção de responder às novas demandas sociais e uma preocupação

---

Paulo (CRUESP). As informações que se seguem sobre a discussão na Comissão Constituinte que tratava da educação estão fundadas nesse depoimento do Deputado Valente.

<sup>181</sup>Muitas das informações que serão trabalhadas aqui foram conseguidas através de uma entrevista com o Deputado Ivan Valente no dia 05 de maio de 1995.

também em recuperar a legitimidade do poder público e seus representantes frente às críticas de setores da sociedade civil.

Durante o período da Constituinte, houve pouca participação popular no debate nela travado. Entretanto, nessa questão específica do ensino superior, as Associações de Docentes da USP, Unesp, UNICAMP e a própria ANDES, participaram ativamente. Foram elas que muitas vezes assessoraram os deputados e que chegaram a apresentar emendas ao texto constitucional.<sup>182</sup> Segundo Valente, “...as entidades participavam mais, eu não diria que era uma grande pressão que tinha, mas representavam pressões que vinham de movimentos”.(p. 10)

O debate com as entidades e a preocupação em dar respostas às reivindicações sociais por expansão do ensino superior e pela ocupação das universidades públicas, influenciaram no nascimento da idéia dos cursos noturnos.

Manifestações também existiram na tentativa de barrar a aprovação dessa determinação legal. Segundo o Prof. Sette<sup>183</sup>, a reitoria da UNICAMP não era contrária à criação de cursos noturnos mas não estava de acordo com a forma como se queria propor na Constituição do Estado. Nesse sentido, ela chegou a entrar em contato com alguns políticos, com os quais tinha ligação, para tentar barrar a aprovação do artigo: “*Nós somos contra a proposta da maneira como está. A Reitoria já tomou algumas iniciativas junto a políticos no sentido de suprimi-la e, caso não se consiga, vamos tentar obter prazo para a aplicação da lei...*”(p.6) Os motivos apresentados para esse questionamento era a preocupação em como viabilizar o oferecimento à noite de alguns dos cursos da Universidade e a de que houvesse uma expansão somente dos cursos que apresentam uma menor

---

<sup>182</sup>Essas entidades apresentaram 17 emendas ao projeto Constitucional sendo que apenas uma, que diz respeito à garantia de vaga suficiente no ensino fundamental, foi aprovada.

<sup>183</sup>Depoimento registrado no **Jornal da ADUNICAMP**, no mês de setembro/1989.

procura, como é o caso dos ligados às áreas de humanas e artes. Outra preocupação da reitoria era quanto ao quadro de funcionários e professores: *“...Se partirmos para cursos noturnos, nas unidades em que isto for possível, vamos ter que contratar. Não só professores como funcionários bem como teremos implicações em aumentos relevantes no orçamento da Universidade...”*(p. 6). Em tempos de baixos investimentos no ensino superior, como já discuti anteriormente, isso se tornava um problema sério para ela.

Diante das críticas à universidade pública veiculadas, especialmente pela imprensa, e da resolução da Constituição Estadual, emergiu na UNICAMP um debate sobre o assunto.

#### **4. O Surgimento dos Cursos Noturnos na UNICAMP: uma mudança conjuntural**

Nesse novo momento, marcado pelas discussões sobre a necessidade de uma maior eficiência das instituições de ensino superior e permeado pelas “políticas neoliberais” é que houve a expansão dos cursos noturnos na UNICAMP. Essa teve início já no ano de 1988, mas foi a partir da década de 90 que se deu de forma mais veemente. Vários foram os fatores que determinaram essa expansão. Pretendo, a seguir, dissertar sobre eles, numa perspectiva de que os mesmos podem representar uma ação por parte do Estado e da universidade na busca de administrar sua crise frente às transformações ocorridas na sociedade nas últimas décadas. Entretanto, pode-se dizer que eles surgiram como resultado de uma estratégia conjuntural de gestão da crise, uma vez que não causaram mudanças estruturais e nem estavam inseridos em um projeto mais amplo da universidade.

O momento de criação desses novos cursos pode ser dividido em dois, isto é, um anterior ao debate da Constituinte de São Paulo e outro posterior a ele.

### **O Curso Noturno de Licenciatura em Matemática: o nascimento solitário**

Desde o ano de 1988 o Instituto de Matemática, Estatística e Ciência da Computação (IMECC) da UNICAMP, oferece o curso de Licenciatura em Matemática no período noturno. Esse foi um curso que nasceu isolado do debate maior que ocorreria dois anos depois, com a Constituinte do Estado de São Paulo.

Segundo Bacci<sup>184</sup>, esse curso começou a ser pensado pelo menos três anos antes de sua criação, ou seja, a partir de 1985. A idéia da sua implementação se deu no sentido de atender às necessidades daqueles que trabalhavam durante o dia e não podiam frequentar o curso de Bacharelado em Matemática já oferecido pelo Instituto, no período integral. Ela surgiu de “conversas de corredor”, como relatou o professor Bacci. A partir dessas conversas, um grupo começou a trabalhar para a implementação do curso.

Entretanto, discutia-se que o curso noturno da Matemática deveria ser apenas de licenciatura e não de bacharelado, para que atendesse a uma clientela distinta da já atendida pelo curso de período integral. “...*Quem quisesse fazer bacharelado em Matemática estudaria durante o dia, quem quisesse fazer o curso simples de licenciatura em Matemática faria à noite. E na época saiu até uma observação assim: se à noite a gente recebesse algum aluno com condições de seguir o bacharelado, a gente arrumaria*

---

<sup>184</sup>As informações que se seguem foram conseguidas através de uma entrevista em maio de 1995 com o professor Ricardo Bacci, primeiro coordenador do curso noturno da Matemática.

*bolsa pra ele estudar durante o dia. E acabou acontecendo. Houve vários casos aí...*<sup>185</sup> (p. 1)

No ano de 1987, já havia um *croqui* desse curso entretanto, ele não estava concluído e o prazo para a sua entrada no catálogo do vestibular para 1988 estava para terminar. Isso levou o grupo a abandonar a idéia da implantação do curso e a deixá-la para o vestibular do ano seguinte.

No entanto, numa entrevista coletiva realizada com o então reitor, Prof. Paulo Renato, acerca das inovações no vestibular da Universidade a partir daquele ano, interrogaram-no sobre o fato da UNICAMP ficar fechada à noite. Os jornalistas lhe pergutaram sobre o aparato da Universidade que se mantinha ocioso no período noturno. Nesse momento, o reitor disse que o curso de Matemática funcionaria à noite a partir do ano seguinte. Parece que a interpelação da imprensa acabou fazendo com que o reitor se comprometesse publicamente com a implantação do curso.

Para Bacci, aí nasceu o curso noturno da Matemática. *“...O reitor sabia do nosso projeto, da tentativa de viabilizar nosso projeto. De que jeito que ele ficou sabendo, eu não sei... Eu acho que foi o diretor nosso que passou a ser pró-reitor de graduação, o professor Setti, que deve ter passado essa idéia: ‘Oh! Os professores da Matemática tão pensando num curso noturno’. Aí ele convocou o Coordenador nosso, que na época era o professor Mauro Bianchini: ‘Oh! Mãos à obra aí!’”(p. 2)*

A citada entrevista do reitor deu uma espécie de aval para a implantação do curso. *“...A gente já tava pensando que ia passar mais um ano quando o reitor tirou do ‘bolso do colete’: ‘A Matemática terá o curso noturno no ano que vem!’”(p. 2)* A partir de então os trabalhos no IMECC foram agilizados para possibilitar o início do curso no ano de 1988.

---

<sup>185</sup>Entrevista com o Professor Ricardo Bacci, 1995.

Segundo Bacci, não houve resistência interna no IMECC à criação desse curso, mas fora do Instituto a resistência era grande. Quando se apresentava o projeto do curso noturno da Matemática a órgãos como a CCG ou o próprio Conselho Universitário (CONSU), o Instituto recebia severas críticas. *“...A gente planejava, planejava, mas toda vez que o nosso chefe do departamento levava o projeto lá, levava cacetada, né?... Porque eu acho que a preocupação deles era assim: ‘Eles vão criar um curso noturno e depois nós vamos ter que criar também’”*.(p. 3)

De certo modo, podemos dizer que essa era a preocupação latente presente em alguns dos membros dessas comissões. Entretanto, os argumentos que eram apresentados para respaldar a resistência a esse curso eram outros: o de que o IMECC iria criar um curso de segunda categoria, um curso que não iria para a frente, um “curso porcaria”.

Apesar disso, o nascimento desse novo curso da Matemática foi relativamente tranquilo, pois havia o respaldo da decisão tomada pelo reitor da Universidade. O reitor, na fala de Bacci, “deu o curso” para o IMECC.<sup>186</sup> De certo modo, essa forma apressada em responder às demandas que surgem, demonstra a maneira como normalmente a universidade lida com esses problemas. Segundo Santos (1995), a instituição universitária possui uma certa “impermeabilidade às pressões externas”, uma relativa “aversão às mudanças”, sua “rigidez funcional e organizacional”. (p. 187) Nesse sentido, pode-se dizer que ela busca dar respostas rápidas e “superficiais” às pressões que sofre, sem, no entanto, modificar sua estrutura.

---

<sup>186</sup>Bacci faz uma avaliação extremamente positiva da criação do curso. Fala do grande número de ex-alunos da licenciatura noturna que hoje está fazendo cursos de pós-graduação, mas cita alguns casos de desistência ao longo do ano. Na primeira turma, por exemplo, entraram 40 alunos, mas os que prosseguiram mesmo foram uns 20, 24 no máximo. Além disso, os que se formaram no período de quatro anos foram uns 14 mais ou menos. O que leva à necessidade de uma reflexão acerca da adequação do curso à especificidade dos alunos que trabalham, o que é fundamental também para se garantir a democratização da universidade.

Apesar do curso ter sido criado com o apoio da reitoria, enfrentou grandes dificuldades logo no seu início. Não havia infraestrutura básica<sup>187</sup> que garantisse transporte, alimentação ou até mesmo o uso de bibliotecas e xerox no período noturno. Não havia até mesmo iluminação suficiente no campus. Apesar disso, Bacci relata que os alunos conseguiram se unir para solucioná-los: *“...Era interessante que os alunos se conheceram aqui, ficou um grupo super unido e eles começaram a dividir a condução. Um trazia o outro, levava... Eles começaram a fazer um tipo de trabalho desse jeito, não tinha ônibus mas um levava o outro. Quem tinha carro trazia o colega...”*(p. 6)

Essa solidariedade entre os colegas, construída através da identidade do grupo, levou-os a procurarem formas mais adequadas para solucionarem seus problemas. De certo modo, a necessidade de união dos alunos para resolver dificuldades básicas de infraestrutura, também denuncia o descaso e a dificuldade da instituição universitária em aceitar a entrada em seu universo do “diferente”, do estudante que necessita trabalhar.

No ano de 1991 teve início o segundo curso noturno da UNICAMP: o de graduação em Pedagogia. Nesse mesmo ano, foi aprovada pelo CONSU, a criação dos cursos noturnos de Física (Bacharelado e Licenciatura); Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura) e o de Educação Física (Bacharelado). A partir do ano de 1992, passou a existir também os cursos noturnos de Ciência da Computação, Engenharia de Alimentos, Engenharia Elétrica e Engenharia Química. Em 1993 foi criado o curso noturno de Ciências Biológicas.

---

<sup>187</sup>Segundo reportagem da Folha de São Paulo do dia 17 de março de 1991, a precariedade de infraestrutura básica para o funcionamento dos cursos noturnos é também a realidade da USP. Segundo a reportagem, “estudar à noite na USP pode se tornar uma aventura sombria.”

## **O Debate nos Órgãos Colegiados da UNICAMP<sup>188</sup>**

O debate sobre os cursos noturnos foi mais acirrado no interior da Comissão Central de Graduação (CCG) que é o órgão que delibera sobre os assuntos específicos da graduação. Esse órgão é composto pelos coordenadores dos diferentes cursos de graduação e tem como presidente o pró-reitor de graduação. Suas reuniões são mensais podendo haver reuniões extraordinárias quando necessário. Cabe à essa Comissão discussões mais dirigidas sobre os cursos de graduação, tais como a questão de alunos ouvintes, jubilados, condições de salas de aula, currículos de cursos, relação aluno-professor, etc.

Ao analisar as atas das reuniões dessa Comissão, constatei que o interesse pelo curso noturno praticamente não existia entre seus membros. Na reunião de 04 de fevereiro de 1988, um dos seus integrantes apresentou para a discussão a questão da ausência de cursos noturnos na UNICAMP, o que não provocou o impacto esperado.

Foi a partir da reunião do dia 14 de setembro de 1989, quando a Comissão foi informada pelo seu presidente, professor Setti, sobre a aprovação na Constituinte do artigo referente aos cursos noturnos, que teve início um debate constante em torno do assunto. O entendimento que a Comissão teve naquele momento sobre a legislação aprovada era de que 1/3 das vagas de cada curso que existia no período diurno, deveria ser oferecido no período noturno. Isso gerou muita polêmica e a defesa por parte de alguns dos membros de que o período noturno seria melhor utilizado se fosse preenchido com cursos de extensão e/ou de pós-graduação. O presidente da CCG informou ainda que o dispositivo constitucional dava à

---

<sup>188</sup>Para obter informações sobre esse debate, analisei as atas de reuniões do Conselho Universitário no período de 1990 a 1992; da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão do CONSU (CEPE) no mesmo período e as atas das reuniões da Comissão Central de Graduação (CCG) no período de 1988 a 1992. No entanto, as discussões se deram com mais intensidade no interior da CCG.

Universidade um prazo de dois anos para concretização do determinado por ele.

A partir de então foi proposto ao reitor da UNICAMP a criação de uma comissão para realizar um projeto sobre o assunto e que depois levaria o resultado de seus estudos até à CCG para debate e avaliações.

No ano seguinte, 1990, houve a substituição do presidente Setti pelo professor Adalberto Bono Maurizio Sacchi Bassi que se pronunciou no mesmo sentido. O novo presidente deixou claro que os problemas de infraestrutura (transporte, alimentação, biblioteca, etc.) deveriam ser deixados para que a administração da Universidade resolvesse.

Entretanto, até o dia 03 de maio de 1990 a discussão sobre os cursos noturnos não havia progredido. As falas representavam, na sua maior parte, posições individuais. Em outros momentos até podiam refletir as preocupações dos diferentes Institutos e Faculdades, mas não se passava para a elaboração de propostas efetivas no sentido de viabilizar a implantação de tais cursos.

Nesse ano, a discussão sobre a criação do curso noturno de Pedagogia já estava em efervescência na Faculdade de Educação. Durante todo o ano houve um grande envolvimento por parte de alunos do período diurno e de docentes daquela faculdade. Entre os professores havia uma série de restrições ao mesmo. Os argumentos que pautavam tais restrições eram os mais variados, como por exemplo, o de oposição política à reitoria ou o de que já havia uma saturação no mercado do profissional formado por esse curso, isto é, o Licenciado em Pedagogia. Em contrapartida, alguns docentes propunham o oferecimento de cursos de extensão, ou se comprometiam a estudar a viabilidade de um curso inovador na área da educação para ser oferecido no período noturno<sup>189</sup>. O curso noturno de

---

<sup>189</sup>Para maiores informações sobre esse curso, conferir os relatórios parciais e final da pesquisa intitulada “A Trajetória Curricular no Curso de Pedagogia FE/UNICAMP: a implantação e desenvolvimento

graduação em Pedagogia passou a existir a partir de 1991. Entretanto, a viabilização de outros cursos continuava nebulosa. Muito se discutia, mas pouco se propunha tornando difícil a agilização do processo de criação dos mesmos.

### **A Estratégia da Reitoria**

A partir do ano de 1990 é marcante a ação direta que a reitoria passou a exercer sobre a CCG no sentido de agilizar o processo de criação dos novos cursos noturnos.

No dia 10 de maio desse ano, uma Comissão da reitoria<sup>190</sup> que estudava a criação dos mesmos esteve presente à reunião da CCG e apresentou um ofício elaborado por ela com o seguinte teor:

- 1) Todas as unidades deveriam oferecer cursos noturnos. Aquelas que alegassem não ter condições para fazê-lo deveriam se justificar no CONSU que poderia isentá-la ou não da determinação dada pela reitoria, de acordo com o requerido pela Constituição Estadual.
- 2) Dever-se-á ter a preocupação de garantir uma boa qualidade aos cursos, sejam eles oferecidos no período diurno ou noturno.<sup>191</sup>

Até esse momento, existia uma resistência grande por parte de diferentes Institutos e Faculdades em relação aos cursos que deveriam ser implantados. As discussões acerca da viabilização dos mesmo levavam a uma morosidade cada vez maior do processo de implantação. Entretanto,

---

do curso noturno pela ótica dos envolvidos” desenvolvida por mim sob a orientação da Profª. Corinta M. G. Geraldi.

<sup>190</sup> Membros dessa Comissão: Professores Antônio Mário Antunes Setti, Jayme Antunes Maciel Júnior, José Dias Sobrinho, Waldemar Giomi e Antônio Faggiani.

<sup>191</sup> A Comissão fez um estudo detalhado sobre como se organizaria o corpo docente e de funcionários da Universidade em função dos novos cursos noturnos. Chegou-se à conclusão de que com o decorrer dos anos e a ampliação dos cursos, seria necessário um crescimento em torno de 25% no quadro docente e que cada unidade teria que trabalhar com um número de 3 a 4 funcionários. (Informações obtidas na Ata da reunião da CCG do dia 10/05/90.)

alguns membros da CCG percebiam a necessidade de se agilizar a implantação dos cursos, não apenas para cumprir a legislação estadual, mas para possibilitar o acesso aos alunos que necessitavam trabalhar. Esses membros, muitas vezes, valiam-se da própria legislação para enfatizar e pressionar o nascimento dos cursos. De certo modo, foi nesse sentido que, em reunião do dia 10/05/90, um professor lembrou enfaticamente que a lei determina a obrigatoriedade da implantação dos cursos. O questionamento sobre a viabilidade dos mesmos, havia se tornado uma discussão ultrapassada diante da determinação legal que exigia a implementação dos cursos o mais rápido possível.

Aproveitando a ênfase com que foi tratado o assunto, o presidente da CCG procurou envolver os coordenadores dos cursos de graduação com o projeto de criação de cursos noturnos. Segundo ele, era obrigação de cada coordenador estudar a melhor forma de implantação do curso em sua Unidade, preocupando-se sempre em garantir a qualidade e a carga horária mínima para o bom funcionamento do mesmo. O presidente fez um apelo ao envolvimento dos coordenadores e disse ser esta uma questão moral para a Universidade<sup>192</sup>.

É interessante salientar que na discussão sobre a criação dos novos cursos na UNICAMP surgiu um questionamento acerca da adequação dos cursos já existentes. Ao refletirem sobre a adequação da estrutura curricular dos cursos no período noturno, os coordenadores passaram a questionar a forma como os cursos que já existiam estavam organizados. Para alguns, havia um excesso de carga horária e de exigências didático-pedagógicas que poderia ser modificado. A partir de então, o debate sobre os cursos noturnos passou a iluminar uma avaliação pedagógica dos cursos no período diurno<sup>193</sup>.

---

<sup>192</sup>Ata de reunião da CCG, em 10/05/90.

<sup>193</sup>Foi o que aconteceu, por exemplo, com o curso de Licenciatura do Instituto de Biologia: a partir do

Por outro lado, outros reforçavam a necessidade de manutenção da estrutura dos cursos existentes como sendo demonstrativo de sua boa qualidade<sup>194</sup>.

É marcante o debate que gira sempre em torno do problema da baixa qualidade do curso noturno ou da necessidade de adaptá-lo ao aluno trabalhador através de uma adequação, o que normalmente é entendida por alguns membros da CCG como sendo sinônimo de simplificação do curso diurno. Essa discussão se dá como se a questão da qualidade fosse meramente técnica e não política. Qualidade do ensino envolve interesses e valores que se diferenciam de acordo com a posição social ocupada por aqueles que a defendem. Essa é uma questão política e ideológica, pois como afirma Arroyo<sup>195</sup>, “...defender o direito dos trabalhadores à educação noturna de qualidade tendo como padrão de qualidade a rigidez da educação diurna, é uma maneira de impedir a democratização da educação para quem trabalha.” (p. 26) Sendo assim, pode-se dizer que a qualidade necessária aos cursos noturnos é aquela que atenda e respeite às especificidades de quem o frequenta.

Uma outra proposta para que se resolvesse o problema dos alunos que necessitam trabalhar é a da distribuição de bolsas. Outros defendem a idéia de um “curso noturno de elite”, isto é, um curso para ser frequentado por poucos alunos buscando, assim, garantir-se um trabalho de qualidade. Outra sugestão apresentada ainda em relação a esses cursos, é a de que se exija do

---

debate sobre a criação desse curso no período noturno, houve uma reavaliação do mesmo curso oferecido no período diurno. Isso ocorreu também com os cursos de Licenciatura e Bacharelado do Instituto de Física.

<sup>194</sup>Para ilustrar é interessante analisarmos a fala do coordenador do curso de Engenharia Mecânica. Ele disse que o curso por ele coordenado já havia se adequado ao currículo mínimo exigido pelo CFE, e no entanto só se conseguirá liberar um período para o aluno. Sendo assim, ele não vê como se poderia implementar esse curso no período noturno, por isso sugere que seja criado um “meio termo”, ou seja, um curso de formação de Tecnólogo. (Ata de reunião da CCG do dia 10/05/90.)

<sup>195</sup>ARROYO, Miguel. “A Universidade, o Trabalhador e o Curso Noturno” in *Revista Universidade e Sociedade*. Brasília: ANDES, ano 1, nº 1, fev./1991.

candidato a comprovação de que possui um conhecimento prévio na área que pretende ingressar.

A polêmica em relação aos cursos noturnos continuou por um bom tempo. Os coordenadores se mostravam impotentes diante da grande resistência dos professores em trabalharem com os novos cursos. Para eles, era necessário que a Universidade tomasse alguma atitude administrativa para lhes apoiar frente aos debates internos nas Unidades. Havia receio e precaução por parte de alguns coordenadores sobre os argumentos que deveriam usar para convencer os professores a trabalharem no período noturno, uma vez que tinha sido essa a opção da Universidade: não deveria existir a imposição do trabalho docente nos novos cursos, mas a tentativa, por parte dos coordenadores, de convencimento dos professores resistentes.

Para o Prof. José Sátiro de Oliveira, esse dilema dos coordenadores seria facilmente resolvido pois, segundo seu entendimento, a obrigatoriedade do trabalho à noite está implícita no contrato de dedicação exclusiva e tempo integral que é assumido pelos professores da UNICAMP.<sup>196</sup>

Diante dessas questões teve início um estudo sobre a carga didática dos professores que levou à conclusão da necessidade de haver uma ampliação da mesma <sup>197</sup>.

Se os coordenadores dos cursos estavam preocupados com o convencimento de seus colegas a respeito do trabalho no período noturno, a presidência da CCG esforçava-se para conseguir convencê-los da necessidade de incentivarem o debate e de empenharem-se na criação, em seu Instituto, de um curso no período noturno<sup>198</sup>. Foi a partir de então, mais

---

<sup>196</sup>Ata de reunião da CCG, do dia 17/05/90.

<sup>197</sup>Em reunião da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) de 09/04/91, o reitor, Carlos Vogt, disse que na UNICAMP havia até aquele momento, mais ou menos 2.086 professores e 13.048 alunos, perfazendo uma relação de menos de 7 aluno por professor. Segundo ele, diante desse quadro, era "obrigação" dos professores a ampliação de suas atividades didáticas.

<sup>198</sup>Em reunião da CEPE do dia 14/05/91, o presidente da CCG, professor Bassi, cobra uma ação

especificamente a partir da reunião da CCG do dia 07 de junho de 1990, que o reitor passou a comparecer constantemente aos debates e discussões sobre a questão, com o intuito de quebrar as resistências internas<sup>199</sup>.

Para a reitoria, a criação dos cursos noturnos talvez significasse a possibilidade de legitimação da universidade frente às demandas da sociedade e até mesmo a de legitimidade do próprio reitor diante das reivindicações de setores da comunidade acadêmica. É provável ainda que a criação desses cursos representasse a possibilidade de gerir a **crise institucional**, uma vez que, segundo fala do reitor Vogt, havia um compromisso por parte do então Governador Antônio Fleury Filho, de acréscimo no percentual de verba repassado para a Universidade, caso os cursos se concretizassem<sup>200</sup>.

Essa estratégia da reitoria teve continuidade durante todo o ano de 1990<sup>201</sup>. A partir de junho desse ano, o presidente da CCG começou a visitar as Unidades que apresentavam maior resistência à criação dos cursos noturnos com o objetivo de reforçar o trabalho do coordenador e de unir forças para convencer os docentes sobre a necessidade dessa criação.

Em reunião de 17 de maio de 1990, os coordenadores fizeram um balanço das discussões em suas Unidades. Percebe-se que pouco se avançou

---

institucional do CONSU em relação à polêmica dos cursos noturnos, porque, segundo ele, a CCG, enquanto órgão assessor não conseguia mobilizar toda a Universidade para essa questão.

<sup>199</sup>Em sua primeira visita à Comissão, o reitor Carlos Vogt se manifestou na tentativa de convencer a comunidade acadêmica para que os cursos nascessem. Ele dava garantias de que a reitoria solucionaria os problemas de infraestrutura para o bom funcionamento dos novos cursos.

Mais tarde, em reunião da CCG de 09 de maio de 1991, o reitor, ao falar da necessidade de avaliação institucional da universidade e, em especial, da UNICAMP, chamou a atenção para os cursos noturnos como uma das chaves do processo de avaliação e falou da responsabilidade que tinha que ser assumida em relação a eles.

<sup>200</sup>Em reunião da CEPE do dia 16/07/91, o reitor Carlos Vogt informou sobre uma audiência que havia tido com o então governador do Estado de São Paulo, Antônio Fleury Filho, que garantira-lhe o aumento do percentual do ICMS repassado para a UNICAMP, caso houvesse a ampliação de suas atividades. Nesse sentido, *"...a instalação dos cursos noturnos, seria uma espécie de garantia para que a UNICAMP tenha ampliada a sua cota na participação das Universidades na arrecadação de ICMS..."* (p. 220)

<sup>201</sup>Em reunião da CEPE de 09/04/91, o reitor reiterou que a criação dos cursos noturnos era uma determinação constitucional.

e que a morosidade na maioria delas persistia<sup>202</sup>. Grande parte dos cursos previstos nesse momento não chegaram a se concretizar.

Havia uma enorme preocupação por parte dos coordenadores sobre a precariedade da infraestrutura para o funcionamento da Universidade no período noturno. Com base nas avaliações do coordenador do único curso noturno existente até então, o de Licenciatura em Matemática, os professores-coordenadores defendiam a necessidade de uma preparação dessa infraestrutura para o início de outros cursos no mesmo período. Entretanto, a presidência da CCG e a reitoria se manifestavam sempre no sentido de que essa era uma questão que deveria ficar a cargo da administração da UNICAMP que, com certeza, daria uma solução para o problema<sup>203</sup>.

Outra inquietação demonstrada pelos professores era a de que no ano de 1990, junto à pressão pela criação dos cursos noturnos, havia uma forte cobrança, por parte da reitoria, para a qualificação dos docentes da UNICAMP. Dentre os objetivos do “Projeto Qualidade” apresentado pelo reitor e já mencionado por mim, estava a exigência de qualificação dos docentes com a maior rapidez possível. Isso gerou uma grande ansiedade

---

<sup>202</sup>É importante salientar aqui os Institutos que apresentaram previsões para implantação de cursos noturnos: o Instituto de Biologia previa a criação de seu curso noturno no ano de 1992; o Instituto de Economia havia realizado um estudo prevendo o oferecimento de uma parte do total de suas vagas no período noturno a partir do ano de 1991; Instituto de Artes propunha a criação de um curso de Música no período noturno a partir de 1991 com projetos de ampliação dos mesmos nos anos seguintes como um curso de Educação Artística com modalidades em dança, música e teatro; o Departamento de Ciências Sociais do IFCH, propunha-se criar um curso noturno no ano de 1992; Engenharia de Alimentos a partir de 1992; a Faculdade de Engenharia Civil estudava a possibilidade de criar um curso de Arquitetura no período noturno; o Instituto de Física pensava no oferecimento de um curso de Licenciatura e um de Bacharelado; Ciência da Computação, discutia a criação de um curso de Engenheiro da Informação, isto é, um curso “na linha do de Análise de Sistemas”; a Faculdade de Educação anunciava o início de seu curso noturno a partir de 1991; o Instituto de Estudos da Linguagem, resistia à criação de um curso de graduação, discutia-se a possibilidade de implantação de cursos de reciclagem para professores que estivessem atuando no 1º e 2º graus; a Faculdade de Odontologia pensava na possibilidade de criação de um curso de Prótese, Higienista Bucal ou de cursos de reciclagem de dentistas do estado; a Faculdade de Engenharia Elétrica manifestava a intenção de criar um curso de Engenharia Elétrica à noite. A Faculdade de Educação Física nesse momento, dizia não ter condições de oferecer um curso no período noturno.

<sup>203</sup>Em reunião do CONSU de 26/03/91, o então reitor professor Carlos Vogt, assegurou ao presidente da CCG que a infraestrutura necessária ao bom funcionamento dos cursos noturnos seria garantida pela Universidade. Nessa reunião ele reiterou a necessidade do envolvimento de todos na implantação dos cursos noturnos e na agilização do processo de implantação dos mesmos.

entre os professores. Sem a possibilidade de contratação de novos docentes e com o aumento da carga didática de cada um, tornava-se difícil o doutoramento em curto prazo como era o almejado pela reitoria.

Até o mês de dezembro de 1990, todos os Institutos e Faculdades, com exceção do Instituto de Química, tinham apresentado alguma proposta de atividade no período noturno, fosse ela um curso de graduação ou cursos de extensão, etc.

Em reunião do dia 13 de dezembro de 1990, foi criada uma Sub-Comissão<sup>204</sup> que deveria viabilizar a implantação dos cursos noturnos apresentados até então<sup>205</sup>. Essa Sub-Comissão deveria estudar o horário de funcionamento dos cursos, o período de duração das aulas, a necessidade de utilização dos sábados e a questão do vestibular, dentre outros assuntos. No dia 13 de junho de 1991, foi apresentado o resultado de seus estudos.

---

<sup>204</sup>Essa Sub-Comissão era constituída pelos seguintes docentes: 1) **Área de Exatas:** Mário Alberto Tenan/IF e Ricardo Apparicio Bacci/IMECC; 2) **Tecnológicas:** Elias Tambourg/FEQ e José Luis Pereira/FEA; 3) **Biológicas:** Eni de Jesus Rolim/FCM e Antônio Gabrielli/IB; 4) **Humanas:** Armando Boito Júnior/IFCH e Márcia Regina Ferreira de Brito/FE (Coordenadora); 5) **Representantes Discentes:** Luiz Cláudio Pavani/IQ e Willian Toshio Minatogawa Higa/FEM.

<sup>205</sup>Cursos de “Atendente de Consultório Dentário” e de “Técnicas em Higiene Bucal” (Fac. Odont.); curso de Licenciatura e Bacharelado em Biologia (IB); de Ciências Sociais (IFCH); de Engenharia Química (FEQ); de Bacharelado em Ciência da Computação (IMECC); Enfermagem (FCM); de Licenciatura em Educação Artística (IA); de Engenharia Elétrica (FEE); de Bacharelado e Licenciatura em Física (IF); de Arquitetura (FEC); de Engenharia Mecânica (FEM) e de Pedagogia (FE). O IEL e o Instituto de Economia se manifestaram favoráveis ao oferecimento de cursos de extensão no período noturno bem como o Centro de Estudos da Linguagem (CEL) que se dispôs a contribuir com a implantação dos cursos de graduação que estavam sendo propostos. Também essa era o sugerido pelos Departamentos de Estatística, Matemática Aplicada e Computacional do IMECC, que se dispunham a participar da implantação do curso noturno da Engenharia Mecânica. A Faculdade de Engenharia de Alimentos também se mostrou favorável ao oferecimento de curso de graduação à noite, mas não apresentou uma proposta de grade curricular.

## O Trabalho da Sub-Comissão para Estudo dos Cursos Noturnos na UNICAMP

Com base em dados fornecidos pela CONVEST, essa comissão constatou que apenas 12,5% do total das vagas na UNICAMP eram oferecidas no período noturno<sup>206</sup>. Diante dessa situação ela alertava para a necessidade de ampliação das vagas à noite para se cumprir a determinação legal. Além disso, notava-se que nos dois últimos cursos criados no período noturno - Licenciatura em Matemática e Pedagogia - não tinham sido criadas vagas adicionais, mas apenas um repasse de parte do total das vagas já oferecidas no período diurno.

Fora isso, o estudo da Comissão demonstrava ainda uma inadequação da infraestrutura básica para proporcionar um bom funcionamento dos cursos no período noturno. O horário de atendimento das bibliotecas bem como do restaurante universitário e do transporte coletivo eram inadequados ou insuficientes para o atendimento aos alunos. Observou-se ainda que o setor administrativo da Universidade não estava funcionando à noite, o que requeria que o aluno fosse ao campus no período diurno para resolver questões como matrícula, entrega ou requerimento de documentação...

Desse estudo efetuado pela Sub-Comissão da CCG, foram apresentadas algumas sugestões para as Unidades e para a Universidade como um todo referentes à forma de ingresso dos alunos, que deveria se dar unicamente pelo vestibular e que esse deveria ser organizado por carreira e não de forma classificatória, pois *“se for usado o sistema classificatório existe o risco de diferenciação por nota entre alunos do diurno e noturno, ‘empurrando’ candidatos com classificações piores para os cursos*

---

<sup>206</sup>Em 1991 a UNICAMP oferecia um total de 1.680 vagas. Desse total apenas 210 eram assim distribuídas no período noturno: Licenciatura em Matemática - 45 vagas; Pedagogia - 30 vagas; Cursos Superiores de Tecnologia Sanitária, de Tecnologia de Edifícios e de Tecnologia de Solos - 45 vagas cada um. (Esses cursos são sediados em Limeira - SP)

*noturnos e impedindo candidatos, que realmente desejam seguir determinados cursos e só podem fazê-lo naquele horário, de ter acesso a eles.*<sup>207</sup> (p. 36)

Foi ainda estabelecido um horário comum para todos os cursos noturnos com a recomendação para o uso de um horário aos sábados, desde que adequado ao horário de trabalho dos alunos. Além dessas, foram feitas várias outras recomendações acerca de aspectos pedagógicos e organizacionais dos cursos.

Diante dos projetos de cursos apresentados pelas diferentes Unidades<sup>208</sup>, a Comissão, ao analisá-los, concluiu que apenas cinco se dispunham e teriam condições de iniciá-los a partir do ano de 1992. Essas Unidades eram os Institutos de Física, Filosofia e Ciências Humanas e o de Biologia; as Faculdades de Engenharia Elétrica e Engenharia de Alimentos<sup>209</sup>.

---

<sup>207</sup> Ata da reunião da CCG de 13/06/91.

<sup>208</sup> Vale ressaltar que algumas Unidades nem sequer apresentaram propostas. Segundo o coordenador do curso de História, em seu Departamento, por exemplo, não se conseguiu discutir a criação de um curso noturno. O curso de Medicina também não enviou nenhuma proposta de atividade noturna assim como a Faculdade de Engenharia Agrícola que, pautada por argumentação do projeto da LDB que libera os cursos das áreas de saúde e agrônômicas de oferecerem cursos noturnos, não propuseram nenhuma atividade para o período noturno. (Artigo 83, do Texto de LDB aprovado pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto.)

Além desses deve ser registrado o fato de que três Unidades estavam ainda avaliando seus cursos do período diurno e por isso adiaram a proposta de um curso no período noturno, são elas, Departamento de Filosofia (IFCH); Faculdade de Educação Física e Departamento de Enfermagem (FCM), apesar de apresentar uma proposta de curso de graduação no período noturno a partir de 1993.

<sup>209</sup> No ano de 92, apenas o Instituto de Biologia não implantou seu curso noturno. Junto aos cursos já existentes no período noturno, Licenciatura em Matemática (1988), Pedagogia (1991) e os três de Tecnologia Superior, somaram-se outros sete, que são os cursos: Física, Engenharia de Alimentos, Ciência da Computação (IMECC), Engenharia Elétrica, Engenharia Química, Ciências Sociais e o de Tecnologia em Processamento de Dados.

Entretanto é importante registrar aqui a forma conflituosa como se deu a criação do curso de Engenharia de Alimentos, por exemplo. Em ofício enviado aos “Presidentes das Comissões Internas da Congregação; aos Representantes dos Corpos Docente, Discente e de Servidores; e aos Chefes de Departamento” em 01/10/91, o coordenador relatava esse conflito. Segundo o ofício, houve omissão de informações do presidente da Congregação da Unidade em relação ao curso noturno. Houve um descaso por parte da Direção e da Coordenação anteriores dizendo que não seria de interesse da UNICAMP concretizar os cursos noturnos e assim esvaziando o debate interno sobre o mesmo. A tensão nessa Faculdade era tão grande que levou o Coordenador àquela época, se exonerar do cargo.

De certa forma, a estratégia utilizada pela reitoria e as posições de alguns coordenadores, enfatizavam, na maioria das vezes, a preocupação primordial em se cumprir a legislação.

### **Uma Outra Visão dos Cursos Noturnos no Interior da Burocracia Universitária**

No interior dos órgãos colegiados da Universidade, encontravam-se alguns membros dispostos a discutir a questão da criação dos cursos noturnos sob a ótica das necessidades sociais. Defendiam a expansão desse nível de ensino para a classe trabalhadora não com o interesse unicamente voltado para o mercado ou para o atendimento à determinação legal, mas como forma de atender às demandas sociais. Entretanto, de certo modo, ao mesmo tempo em que essa posição manifestava um envolvimento da Universidade com inquietações das classes populares, refletia também a preocupação em dar uma resposta visando à legitimidade dessa instituição e dessas posições políticas no seu interior.

É nesse sentido que alguns coordenadores, seja individualmente ou enquanto representantes de cursos, manifestaram-se favoráveis à criação dos cursos e classificaram de elitistas os argumentos contrários<sup>210</sup>. Para eles, esse preconceito manifestado no interior da Universidade, dava-se em função da realidade que se conhece, ou seja, a grande maioria dos cursos noturnos são oferecidos por instituições privadas, muitas vezes sem condições mínimas para o desenvolvimento de um ensino de boa qualidade e muito menos para contribuir para a produção científica. O argumento usado pela presidência da CCG e pela reitoria, diante disso, passou a ser o da importância social da UNICAMP, isto é, ela deveria inovar, rompendo

---

<sup>210</sup>Fala do Prof. Armando Boito em reunião da CCG do dia 10/05/1990.

com o rótulo de segunda categoria que é dado aos cursos noturnos, oferecendo cursos de boa qualidade, à noite<sup>211</sup>. Além disso, defendiam que não fossem oferecidos cursos somente da área de humanas no período noturno, ou seja, a Universidade pretendia se diferenciar mantendo a qualidade e oferecendo seus novos cursos em áreas como as tecnológicas e exatas.

Foi nessa perspectiva também que os representantes dos alunos, tanto na CCG como no CONSU, manifestaram-se em favor da necessidade da criação desses cursos. Foram eles que em vários momentos, quando as discussões sobre a implantação tornavam-se dispersas, chamavam a atenção para questões fundamentais como a garantia de infraestrutura necessária para um bom funcionamento dos cursos e para questões pedagógicas referentes aos mesmos. Em reunião do dia 30/08/90 na CCG, o representante do Diretório Central de Estudantes (DCE) informou que os alunos estavam se reunindo no Diretório para discutir o problema. Nessas discussões eles teriam constatado que em algumas unidades havia uma manipulação de informações por parte de coordenadores de cursos e uma arbitrariedade na tomada de decisões sobre os mesmos. Para o DCE era necessária a democratização do próprio processo de criação dos cursos noturnos.

---

<sup>211</sup> “...No ano passado (1991) aqui mesmo e em todas as Unidades onde fui convidado eu disse que no meu entender curso noturno na UNICAMP não tinha significado quantitativo porque se comparado com o número total de vagas existentes no Estado de São Paulo noturnas, em nível superior, é qualquer coisa de 1%, é uma coisa mínima, é uma gota em um oceano. Então, não vamos resolver problema social nenhum, mas nenhum mesmo, abrindo nossas vagas no noturno, isso é ingenuidade. Entretanto, se nós conseguíssemos à noite ter cursos de alta qualidade, no mínimo, semelhante ao do diurno, aí sim, valia a pena...” (Fala do presidente da CCG, registrada em ata de reunião do dia 26/03/92 à página 06).

## **A Expansão dos Cursos Noturnos na UNICAMP**

Apesar do debate exaustivo nas diferentes instâncias da UNICAMP - que resultaram em diferentes propostas de cursos - os cursos que chegaram a existir não refletiam esse processo. Surgiram como resultado não apenas dos estudos realizados pelas Unidades, mas de acordos que se davam fora das comissões. Foi nesse sentido que o professor Laércio Luis Vendite se posicionou na reunião da CCG do dia 08 de agosto de 1991. Ele considerava que o CONSU e a CEPE teriam passado sobre as deliberações da CCG. Segundo o professor, ele teria ficado sabendo pela televisão a respeito da criação, a partir de 1992, dos cursos de Engenharia Química, Ciência da Computação e Engenharia da Computação. Esses eram cursos que não constavam da listagem de cursos noturnos estabelecida pela CCG anteriormente. Além disso, o professor mencionava o fato de que através de portaria publicada em Diário Oficial de 25/07/91 se deliberava acerca das normas para o vestibular. Ignorando o estudo realizado e as recomendações da Sub-Comissão de Cursos Noturnos da CCG, a portaria permitia que o curso noturno se tornasse uma segunda opção de vestibular no caso de algumas carreiras, em especial no caso dos cursos de Engenharia, tornando assim, muito difícil uma modificação do perfil do aluno que entrasse nesses cursos no período noturno<sup>212</sup>. O professor manifestava a sua indignação diante do fato de ter sido a CCG quem mais trabalhou sobre os cursos noturnos, e pouco das suas recomendações ou estudos terem sido considerados pela reitoria.

De certo modo, pode-se afirmar que esses cursos nasceram de decisões burocráticas, de acordos feitos entre Unidades e reitoria para que

---

<sup>212</sup>Foi o que ocorreu no primeiro vestibular para os cursos de Engenharia Elétrica. Segundo dados da CONVEST, a composição dos alunos no curso de Engenharia Elétrica era a mesma nos dois períodos. Dos 30 alunos que haviam ingressado no período noturno, apenas 5 fizeram a opção por esse período.

assim, fosse cumprida a determinação legal. Muitos dos cursos que estavam previstos não foram implementados e outros que não constavam das propostas iniciais à CCG, passaram a funcionar.

O presidente da CCG manifestou sua discordância em relação à análise do professor Laércio. Segundo ele, a atitude do CONSU e da CEPE foi importante para se quebrar a inércia do debate sobre os cursos noturnos. *“...Se a CEPE não tivesse tomado aquela decisão na reunião de julho, possivelmente a UNICAMP não teria cursos noturnos em 1992... Falhas houve em vista da precipitação de como as coisas foram feitas, até ‘forçadas’ pelo Reitor, mas, no global, agiu-se bem. Se as Unidades tivessem obedecido os prazos estabelecidos pela CCG, certamente tudo teria ocorrido de outra maneira. Acontece que existia uma inércia muito grande e esta inércia foi quebrada; este é o grande ganho...”*<sup>213</sup> (p. 11)

Essa fala demonstra que, ao contrário do que foi dito por alguns membros dos órgãos colegiados da Universidade, a preocupação em cumprir o determinado pela Lei Estadual teve um forte peso para que houvesse a expansão dos cursos noturnos a partir dos anos 90. Foi também com essa preocupação que ocorreram pressões por parte da reitoria nas diferentes Unidades<sup>214</sup>. Pode-se concluir que a necessidade de adequação à Constituição de São Paulo foi um dos fatores importantes para a abertura da Universidade a esse cursos<sup>215</sup>. Além disso, como já enfatizei, essa

<sup>213</sup>Ata da Reunião da CCG de 08/08/91.

<sup>214</sup>Exemplo dessa pressão é a presença do reitor em várias das reuniões da CCG sempre levantando a questão da necessidade de se criar cursos noturnos na UNICAMP. Além disso, em reunião do dia 14/05/91 da CEPE, o reitor, diante da morosidade como se davam as discussões e decisões sobre a criação dos cursos noturnos na CCG, colocou que acreditava que teria que ser tomada uma “atitude mais institucionalizada” para que se resolvesse a questão.

<sup>215</sup>Outro exemplo de como a Legislação Estadual foi exercido uma forte ação mobilizadora para a criação dos cursos noturnos na UNICAMP, é a fala do presidente da CCG em reunião do dia 21/11/91. Nessa reunião o presidente informou que já existiam 485 vagas oferecidas no período noturno (25% do total) e 1.460 no diurno (75%). A Lei Estadual obriga o oferecimento de 33% do total no período noturno, sendo assim a Universidade teria que criar ainda 245 vagas para o ano de 1993. Vale frisar que das 485 vagas à noite, 210 já existiam antes de 1991. Entretanto um outro fator motivador dessa pressão por parte da reitoria era o compromisso assumido por ela junto ao governador do estado sobre o aumento das vagas na Universidade e com isso a ampliação da verba destinada a mesma.

adequação à lei representava a possibilidade de reconquista de uma **legitimidade** perante a sociedade e de melhor gerenciamento dos problemas **institucionais**.

As Unidades que ofereceriam os cursos a partir de 1992, começaram a estudar a forma de viabilização dos mesmos. Foi depois da tomada de decisão por parte da reitoria, que se retomou os trabalhos efetivos sobre o noturno nas Unidades<sup>216</sup>.

No dia 10 de agosto de 1991, o reitor noticiou pela imprensa local o oferecimento dos cursos noturnos a partir de 1992.

No ano de 1992 teve continuidade o trabalho da reitoria e da presidência da CCG em viabilizar novos cursos. Na primeira reunião dessa Comissão, no ano de 92, o reitor esteve presente parabenizando os coordenadores que “criaram” os cursos noturnos e falando da necessidade de ampliá-los nos próximos anos. Segundo o presidente da CCG, para o ano de 1993<sup>217</sup>, era necessário que se criassem mais 245 vagas para que a Universidade se adequasse à Legislação.

Entretanto, havia uma preocupação muito grande no interior da Universidade para que não se passasse a imagem à sociedade de que a UNICAMP apenas criou os cursos noturnos com a intenção de se adequar à essa Lei. Há vários registros nesse sentido. Em reunião do dia 30/06/91 no CONSU, o reitor se manifestou dizendo que os cursos noturnos já eram discutidos há pelo menos quatro anos, no interior da Universidade<sup>218</sup>, tanto

---

<sup>216</sup>Todo o trabalho foi apressado para que os cursos passassem a funcionar no ano de 92. Segundo consta de ata da reunião da CEPE do dia 13/08/91, até aquele dia não havia sido definida a grade curricular dos cursos que funcionariam em 1992. No entanto, já havia sido noticiado pela imprensa a criação dos mesmos e eles já constavam no manual do vestibulando.

<sup>217</sup>A partir de 1993 dois outros cursos noturnos surgiram: o de Licenciatura em Ciências Biológicas e o de Educação Física.

<sup>218</sup>Consta-se que no ano de 1985 chegou a ser instituída pela reitoria, uma comissão para estudar a implantação de cursos noturnos na UNICAMP. Entretanto o trabalho não foi adiante. Segundo relato do professor Eduardo Chaves, essa “...era uma Comissão para estudar cursos noturnos. Estudar mais no sentido de fazer um levantamento de Unidades, pra ver quem tinha interesse... E na época, ninguém tava afim... Foi uma Comissão que procurou provocar a criação de cursos noturnos, mas fez um levantamento com as Unidades por escrito...” (Depoimento registrado no relatório final da pesquisa “A Trajetória

que resultou na criação do curso noturno de Matemática em 1988. Segundo ele, “...o nosso objetivo não é apenas cumprir a obrigação constitucional, o nosso compromisso é fazer a Universidade funcionar à noite com qualidade...”<sup>219</sup> (p. 189)

Em outro momento, a reitoria mostrou a preocupação em atender à determinação legal. Em ofício enviado aos diretores das Faculdades/Institutos da UNICAMP em 25/06/92, a reitoria dizia o seguinte: “A UNICAMP conta atualmente com 485 vagas em cursos de graduação noturnos, contra um total de 1.945 vagas, o que corresponde a 25%. Para atingir-se o dispositivo constitucional, deverão ser criadas 245 novas vagas em cursos noturnos, para o Exame Vestibular de 1993.” O texto segue pedindo “o máximo de empenho e urgência” para que a Unidade à qual o ofício era dirigido, “crie vagas em cursos de graduação noturnos, seja através da implantação de novos cursos, seja pela ampliação do número de vagas nos cursos já existentes.”

Esses dois momentos podem exemplificar a preocupação da Universidade com sua legitimidade frente à sociedade. Demonstram também a afirmação de Santos (1995) de que, para gerenciar suas crises, a universidade se vale das suas funções manifestas e suas funções latentes. Nesse caso, a UNICAMP demonstrava, através da criação dos cursos noturnos e de seu discurso oficial, a preocupação e o envolvimento político e social com os representantes dos setores populares, mas camuflava a sua necessidade de cumprir a determinação legal e de tentar gerir as suas próprias crises.

Esse foi um debate travado nos limites das diferentes posições até mesmo ideológicas e no limite da necessidade de sobrevivência da própria

---

Curricular no Curso de Pedagogia FE/UNICAMP...” à página, 13) Nesse momento não houve uma pressão externa ou vontade política maior da Universidade para que se procurasse viabilizar a criação dos cursos noturnos.

<sup>219</sup> Ata da reunião do CONSU de 30/06/91.

instituição universitária. Foi um debate também permeado por interesses pessoais de docentes ou funcionários que temiam com a criação dos cursos noturnos, uma ampliação de sua jornada de trabalho. Pode-se dizer que foi como resultado desse embate entre as diferentes questões que se deu a expansão dos cursos noturnos na Universidade Estadual de Campinas.

## 6. A Movimentação Atual

Após a criação dos 14 cursos noturnos - sendo que dez deles foram gerados no período pós-Constituição do Estado - as diferentes Unidades da Universidade se acomodaram. Desde 1993 não surgiu nenhum outro curso dentre aqueles que haviam sido propostos na CCG<sup>220</sup>. Não houve o cumprimento da lei, mas se chegou perto. Atualmente são oferecidas 540 vagas nesse período, o que representa cerca de 26% do total de vagas oferecidas pela Universidade.

Em abril de 1993, um grupo de estudantes da UNICAMP se reuniu e propôs a criação de um Fórum dos Cursos Noturnos<sup>221</sup> para formalizar, criar compromissos e buscar resultados efetivos na solução de alguns problemas referentes a esses cursos. Esse Fórum, seria “...um colegiado cujos membros são estudantes eleitos diretamente nos cursos aos quais pertencem, e estudantes indicados pelos Centros Acadêmicos ligados aos institutos que promovem tais cursos. O Fórum tem como objetivo maior analisar as questões referentes aos cursos em questão, levantar seus problemas e encaminhá-los às instâncias competentes a fim de serem tomadas as providências necessárias...”<sup>222</sup> O Fórum elegeu dois pontos

---

<sup>220</sup>Conferir p.

<sup>221</sup>Esse Fórum ficaria assim constituído: um representante eleito pelos estudantes do respectivo curso e um representante indicado pelo Centro Acadêmico respectivo. Participariam desse Fórum somente representantes das unidades que ofereciam cursos no período noturno.

<sup>222</sup>Documento do Fórum dos Cursos Noturnos da UNICAMP, divulgado na Universidade.

fundamentais sobre os quais deveria trabalhar, isto é, a qualidade do ensino e os problemas relativos à infraestrutura.

Para a Comissão Pró-Fórum dos Cursos Noturnos, através de sua existência haveria a possibilidade de *“reunir o pessoal do noturno, integrar os estudantes da UNICAMP e garantir a qualidade dos cursos noturnos, bem como a ampliação do número de vagas e de cursos...”*<sup>223</sup>

Na CCG foi instituída a partir de abril de 1994 uma Subcomissão para estudar e avaliar os cursos noturnos que estavam funcionando<sup>224</sup>. Na primeira reunião dessa Subcomissão, no dia 06 de setembro de 1994, houve o questionamento sobre a proposta pedagógica dos mesmos. Segundo membro da Subcomissão havia um falseamento dos cursos noturnos, pois as Unidades não haviam desenvolvido uma proposta específica para os mesmos. Os membros ainda se manifestavam sobre a precariedade da infraestrutura no período noturno. Era necessário que se solucionasse esse problema.

O representante da CONVEST informava que o índice de alunos que trabalhavam e freqüentavam os cursos noturnos estava caindo. Naquele ano de 1994 havia caído de 52% para 22%. Pautado por esses dados, passou-se a discutir a finalidade dos cursos noturnos, ou seja, esses cursos se propunham a atender os alunos trabalhadores, mas não era isso o que vinha ocorrendo. Essa passou a ser uma forte argumentação para o questionamento acerca da importância social e da necessidade ou não de se manter os cursos noturnos na UNICAMP.

---

<sup>223</sup>Documento que relata o histórico do Fórum dos Cursos Noturnos da UNICAMP, divulgado em maio de 1993.

<sup>224</sup>Essa Subcomissão era composta pelos seguintes professores: Concetta Kascheres (IQ); Corinta Maria Grisólia Geraldi (FE); Ariadne Maria Brito R. Carvalho (IMECC - Ciência da Computação); Enny Therezinha Martucci (FEA); Jocimar Archangelo (CONVEST); Yeno Burian Júnior (FEE); Marco Aurélio Pinheiro Lima (IF); Maria Auxiliadora Marinho (Cursos Superiores de Tecnologia); Pedro José Wimpersteins (FEF); Raquel Salek Fiad (IEL); Renato Hyuda de Lima Pedroa (IMECC - Matemática); Rubens Maciel Filho (FEQ) e Adão José Cardoso (IB); e Nei Marçar (representante dos alunos).

Embora isso ocorra, ao analisar as tabelas<sup>225</sup> construídas por Bezzon (1995) segundo o grau de elitização dos cursos na UNICAMP, pode-se constatar que os cursos noturnos, na sua maioria, figuram entre os de menor elitização.

O questionamento sobre a necessidade, o cumprimento do papel social que os cursos noturnos representavam, tomou força e cada vez mais se enfraquecia no interior da Universidade a proposta de novos cursos noturnos, de expansão da infraestrutura e da vida universitária nesse período. Pelo contrário, os últimos dois anos têm sido caracterizados por uma intenção em se diminuir ou acabar com os cursos noturnos já existentes.

Segundo notícia veiculada pelo Jornal Folha de São Paulo do dia 30 de maio de 1995, o DCE teria convocado uma reunião de emergência entre o fórum das seis entidades das universidades paulistas<sup>226</sup> para discutir a intenção de algumas unidades em extinguir ou diminuir as vagas dos cursos noturnos na UNICAMP. Esse encontro teria sido agendado às pressas por causa de uma determinação da Congregação da Faculdade de Engenharia Elétrica que determinava a diminuição ou o fim das vagas no período noturno a partir do ano de 1996. A Coordenação do Curso teria confirmado a iniciativa, mas a reitoria a negou e disse da sua disposição em cumprir a legislação estadual.

Nesse novo momento do debate sobre os cursos noturnos e diante do não cumprimento da determinação legal, ou seja, o oferecimento de 30% das vagas totais no período noturno, manifestações favoráveis à manutenção

---

<sup>225</sup>Para a construção dessas tabelas a autora se ateve aos dados coletados através de questionários respondidos pelos ingressantes na Universidade entre os anos de 1987 a 1994. Ela considerou os seguintes aspectos para a classificação dos cursos: ocupação do pai do aluno; tipo de estabelecimento onde ele cursou o 1º e 2º graus; o nível de instrução do pai e da mãe; o fato de o aluno exercer ou não uma atividade remunerada e a renda familiar.

<sup>226</sup>Esse fórum é composto por representantes das associações de professores, alunos e funcionários das três instituições estaduais de ensino superior do estado de São Paulo.

e ampliação das vagas têm surgido. Dentre elas, a do Deputado Estadual Renato Simões (PT) que entrou com representação no Ministério Público do Estado pedindo a abertura de ação contra as universidades paulistas<sup>227</sup>. Segundo ele, nenhuma das três universidades - USP, Unesp, UNICAMP - cumpre a determinação da Constituição Estadual. Junto a essa representação o Deputado tem incentivado a comunidade para que retome a discussão e que novamente pressione para que a situação se reverta. Nos últimos meses do ano de 1995, foram divulgados pela cidade uma série de abaixo assinados para dar apoio e pressionar o cumprimento do parágrafo único do artigo 253 da Constituição do Estado.

Essa posição reflete a influência que a mobilização de setores da sociedade civil exerce sobre partidos e líderes políticos que assumem determinadas posturas como resposta às demandas de setores organizados da sociedade.

A estagnação na ampliação dos cursos noturnos na UNICAMP e a discussão acerca da extinção dos já existentes refletem, de certa forma, uma mudança apenas conjuntural na Universidade frente às pressões daquele momento. Demonstra a sua resistência a mudanças e sua estratégia, segundo Santos (1995) difundida por todo o mundo: gerir a crise e não resolvê-la, recorrendo para isso a ações que o autor denomina de “mecanismos de dispersão”.

Para Santos (1995), seria necessária a mudança estrutural da sociedade para que a universidade também se transformasse. Entretanto, “...dado que não parece possível nas condições macro-sociais atuais superar essas contradições...” (p. 189), a universidade continua se transformando na medida em que surgem pressões, buscando manter as

---

<sup>227</sup>Notícia do Jornal Folha de São Paulo do dia 23 de setembro de 1995.

contradições sociais sob controle. Sendo assim, talvez a nova mobilização que se inicia em Campinas, leve a novas transformações na UNICAMP.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o desenvolvimento desse trabalho, procurei demonstrar a estreita ligação entre a expansão dos cursos noturnos na UNICAMP e a crise da universidade brasileira. Crise essa que é única, mas que assume dimensões e intensidades diferentes no decorrer de sua história.

Foi ao final da década de 80 e início da de 90 que a crise da instituição universitária no Brasil se acirrou. Após uma época de mobilização e engajamento da instituição num movimento mais amplo da sociedade civil contra a ditadura, a universidade brasileira passa agora, de certo modo, por um momento de desprestígio frente à essa sociedade.

Com as transformações atuais, isto é, as mudanças no mundo do trabalho, a emergência de uma nova cultura social e política construída nos movimentos sociais e o advento de novas tecnologias, a instituição de ensino superior foi posta em questão. Suas funções tradicionais se multiplicaram em virtude do surgimento de novas demandas sociais, e ela não tem conseguido atendê-las com a agilidade necessária. Diante desse quadro, as dimensões **institucionais**, de **legitimidade** e de **hegemonia** da sua crise, intensificam-se.

Nesse contexto ocorreu o surgimento dos “novos cursos noturnos” na UNICAMP. O nascimento desses cursos é resultado de múltiplos e complexos fatores. De certo modo, ele representa a resposta da Universidade frente às pressões advindas do Estado e de determinados setores da sociedade e até mesmo de organismo internacionais acerca de sua eficiência e produtividade.

Sendo assim, a determinação legal do oferecimento de cursos noturnos pelas universidades estaduais de São Paulo, reflete parte dessas pressões. Demonstra, de certo modo, a preocupação do Estado em adequar a universidade às recomendações dos órgãos internacionais, como o Banco

Mundial, e reflete a tentativa de resposta do Estado às novas demandas da sociedade. Porém, esse atendimento pode ser compreendido sob dois aspectos, isto é, a preocupação social por parte de alguns partidos e políticos com segmentos das classes populares e/ou a sua busca de legitimação diante das críticas sofridas por setores da sociedade.

Desse modo, os “novos cursos noturnos” surgiram como tentativa da universidade em gerir as tensões provocadas por esses diferentes fatores. Eles representam, de certo modo, a tentativa da instituição em administrar os diferentes interesses internos e externos a ela. Diante desse quadro, pode-se dizer que eles não representam uma atitude tomada frente a um projeto político da universidade, em função de uma proposta de alterações significativas de sua estrutura. Ao contrário disso, parece que o oferecimento dos cursos representa uma resposta imediata e conjuntural da universidade diante das pressões sofridas.

Essa situação ilustra o que Santos (1995) aponta como sendo a forma mais comum de que a universidade se vale para gerir as contradições geradas pelos diferentes interesses presentes em seu meio e na sociedade, ou seja, ela não busca intervir de forma profunda nessas contradições, mas sim de uma forma superficial, de um modo conjuntural, neutralizá-las ou mantê-las sob controle.

Além disso o surgimento desses cursos também não pode ser compreendido como fator representativo, por si só, do processo de democratização da universidade. O simples oferecimento de cursos no período noturno não garante o acesso de representantes dos setores populares à instituição universitária. De certo modo, essa é a situação que a UNICAMP tem vivenciado, ou seja, segundo dados apresentados pela CONVEST, o perfil do aluno que frequenta os cursos noturnos na Universidade, não foi alterado, não se diferenciou do perfil dos alunos que normalmente têm acesso a ela.

Também o fato de setores das classes populares frequentarem os cursos oferecidos pela universidade não significa a consolidação de seu processo de democratização, uma vez que os cursos que ela oferece assumem uma postura elitista.<sup>228</sup> Há em seu interior a hierarquização do saber, segundo o maior ou menor prestígio dado a essa ou aquela área. Nesse sentido, ter acesso à universidade pode significar um passo para sua democratização. Entretanto, o processo é bem mais complexo.

Esse processo envolve uma transformação estrutural da instituição universitária, isto é, envolve, dentre outras ações, a democratização de suas práticas internas, do poder acadêmico e do saber nela produzido e veiculado.

Segundo Santos (1995), “...a idéia do saber universitário foi sendo progressivamente substituída pela hegemonia da racionalidade cognitivo-instrumental e, por tanto, das ciências naturais...” (p. 225) sobre as demais ciências. Entretanto, segundo o autor, diante do novo quadro político, social e econômico que tem se configurado, torna-se necessária a transformação dessa situação. Para ele, é preciso que ocorram mudanças nas atividades desenvolvidas pela universidade e que elas estejam pautadas principalmente pela priorização da racionalidade moral-prática e da estético-expressiva sobre aquela que durante anos vem dirigindo a produção acadêmica. No entanto, a proposta feita pelo autor não representa a marginalização das ciências naturais, mas sim, que se torne fundamental a preocupação com a formação social, com a dimensão da própria natureza.

Nesse sentido, Santos (1995) se aproxima das recomendações feitas pela UNESCO<sup>229</sup> em seu “Documento de Caracas”. Após um estudo detalhado sobre a situação da instituição de ensino superior em todo o

---

<sup>228</sup>Sobre esse aspecto, conferir o trabalho de Bezzon (1995).

<sup>229</sup>UNESCO. Documento de Política para a Mudança e o Desenvolvimento na Educação Superior. (mimeo.) Caracas, fevereiro de 1995.

mundo, a UNESCO (1995) apresentou nesse relatório suas constatações e algumas diretrizes para a solução dos problemas apresentados. Ela também encontrou uma universidade que tem recebido cada vez menos financiamento por parte do Estado, que tem recebido cada vez mais alunos e que está inserida num contexto de grandes mudanças econômicas, políticas e sociais. As transformações ocorridas no mundo do trabalho, as inovações tecnológicas, a redemocratização de alguns países e a emergência de novas demandas sociais através da organização das sociedades, colocam em questão a forma como essa instituição tem se organizado.

Diante dessa situação, para UNESCO (1995), tornam-se necessárias mudanças significativas nessa instituição. De um modo geral, pode-se dizer que é fundamental a mudança na idéia que tem norteado a estrutura da universidade nos dias atuais. Para a UNESCO (1995), *“...é importante que os centros de educação superior desempenhem, agora, um papel ainda maior no fomento dos valores éticos e morais na sociedade e dediquem especial atenção à promoção, entre os futuros profissionais, de um espírito cívico de participação ativa...”* (p. 28). Entretanto, essa preocupação também não deve desprezar a preocupação com a formação profissional dos alunos. Essa deve ocorrer visando prepará-lo de forma que possa adaptar-se às mudanças e às diversidades tecnológicas, econômicas e culturais, garantindo-lhe sua sobrevivência no mercado de trabalho atual.

Tanto as propostas efetivadas por Santos (1995) como as diretrizes apresentadas pela UNESCO (1995), apontam para um caminho de transformações significativas da universidade que, de certo modo, deve orientar-se para uma democratização ampla dessa instituição. Uma democratização que esteja pautada não pelos interesses de diferentes setores da sociedade, mas pela nova noção de direito<sup>230</sup> que inclui, inclusive, o

---

<sup>230</sup>CHAUÍ, 1995.

atendimento às reivindicações por acesso a essa instituição, pois como afirma Santos (1995), “...quando a procura de educação deixa de ser uma reivindicação utópica e passa a ser uma aspiração socialmente legitimada, a universidade só pode legitimar-se, satisfazendo-a...” (p. 211)

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

### 1. Livros e Artigos

- ABREU, Jayme. *"Aspectos da Expansão do Ensino Superior no Brasil"* in **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. SP: INEP, vol. 48, n. 107, jul/set. 1967.
- ADUNICAMP. **ADUNICAMP: em defesa da universidade**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1991
- ALVES, Márcio Moreira. **Beabá dos MEC-USAID**. RJ: Ed. Gernasa, 1968.
- ALTHUSSER. **Aparelhos Ideológicos do Estado**. Lisboa: Editorial Presença.
- ANDRADE, Cleide Lugarini e SPÓSITO, Marília. *"O Aluno do Curso Superior Noturno - um estudo de caso"* in **Cadernos de Pesquisa**. Fundação Carlos Chagas, nº 57, maio/1986.
- ARON, Raymond. **As Etapas do Pensamento Sociológico**. SP: Martins Fontes; Brasília: Ed. UnB, 1982.
- ARROYO, Miguel. *"A Universidade, o Trabalhador e o Curso Noturno"* in **Revista Universidade e Sociedade**. ANDES, ano I, nº 1, fev/1991.
- AVELAR, Lúcia. *"Mudanças Estruturais, Crise Política e Eleições"* in **Perspectiva**. SP: Fundação SEADE, vol. 8, nº 2, abr/jun. 1994.
- BERNARDO, João. **Economia dos Conflitos Sociais**. SP: Ed. Cortez, 1991.
- BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. RJ: Campus Ed., 1992.
- \_\_\_\_\_. **Estado, Governo, Sociedade: Para uma Teoria Geral da Política**. SP: Paz e Terra, 1990.
- BOSI, Alfredo. *"A Educação e a Cultura nas Constituições Brasileiras"* in **Novos Estudos CEBRAP**, nº 14, fev/1986.
- BUARQUE, Cristóvam. **A Aventura da Universidade**. SP: Ed. Unesp; RJ: Paz e Terra, 1994.
- CANDOTI, Ennio. *"Fazer Ciência Hoje: uma aventura corajosa"* in **Revista LEIA**. Belo Horizonte: Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus, ano XIII, nº 153, 1991.
- CANO, Wilson. **Reflexões Sobre o Brasil e a Nova (Des)Ordem Internacional**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1993.
- CAPORALINI, Maria Bernadete. **A Transmissão do Conhecimento e o Ensino Noturno**. Campinas: Papirus, 1991.

- CARDOSO, Irene R. "*Imagem da Universidade e os Conflitos em Torno do seu Modo de Ser*" in **Revista USP: Dossiê Universidade-Empresa**. SP: USP, n° 25, mar/mai. 1995.
- \_\_\_\_\_. **A Universidade da Comunhão Paulista**. SP: Cortez/Autores Associados, 1982.
- CARDOSO, Ruth. "*A Trajetória dos Movimentos Sociais*" in, DAGNINO, Evelina (org.) **Anos 90: Política e Sociedade no Brasil**. SP: Ed. Brasiliense, 1994.
- CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. Campinas: Papirus, 1986.
- CARVALHO, Célia Pezzolo. **Ensino Noturno: realidade e ilusão**. SP: Cortez/Autores Associados, 1987.
- CASTANHO, Maria Eugênia. **Universidade à Noite: fim ou começo de jornada?** Campinas: Papirus, 1989.
- CHAUÍ, Marilena. "*Em Torno da Universidade de Resultados e de Serviços*" in **Revista USP: Dossiê Universidade-Empresa**. SP: USP, n° 25, mar/mai. 1995.
- \_\_\_\_\_. "*A 'Questão Democrática'*". In, CHAUÍ, Marilena (et. al.) **A Questão da Democracia**. RJ: Paz e Terra, 1980.
- COHN, Gabriel (org.) **Max Weber**. SP: Ed. Ática, 1979.
- COVRE, Maria de Lourdes. "*Capital Monopolista: da cidadania que não temos à invenção democrática*" in **A Cidadania Que Não Temos**. SP: Brasiliense, 1986.
- CUNHA, Luiz Antônio. "*A Universidade Brasileira nos Anos Oitenta: Sintomas de Regressão Institucional*" in **Revista EM ABERTO**. Brasília: ano VIII, n° 43, jul/set. 1989 A.
- \_\_\_\_\_. **A Universidade Crítica**. RJ: Francisco Alves, 1989 B.
- \_\_\_\_\_. **A Universidade Reformanda**. RJ: Francisco Alves, 1988.
- \_\_\_\_\_. **A Universidade Temporã**. RJ: Francisco Alves, 1980.
- \_\_\_\_\_. "*Ensino Superior nos Anos 80: divergências e paradoxos*" in **ANDES HOJE: Nova Realidade, Novos Desafios**. Salvador, 1986.
- \_\_\_\_\_. **Qual Universidade?** SP: Cortez/Autores Associados, 1989 C.
- \_\_\_\_\_. "*Verbas Públicas para Universidades Públicas*" in **Revista ANDE**, ano 4, n° 7, 1984.
- DAGNINO, Evelina (org.) **Anos 90: Política e Sociedade no Brasil**. SP: Ed. Brasiliense, 1994.

- DIAS, Edmundo. *"Notas para Uma História da Crise da UNICAMP"* in **Revista Educação e Sociedade**, nº 11, jan/1982.
- DOIMO, Ana Maria. **Movimento Social Urbano, Igreja e Participação Popular**. RJ: Ed. Vozes, 1984.
- DURHAM, Eunice e SCHWARTZMAN, Simon (orgs.) **Avaliação do Ensino Superior**. SP: Edusp, 1992.
- DURHAM, Eunice. *"A Educação Depois da Nova Constituição: a Universidade e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional"* in **Revista EM ABERTO**. Brasília: ano VIII, nº 43, jul/set. 1989.
- \_\_\_\_\_. *"Movimentos Sociais, a construção da cidadania"* in **Novos Estudos CEBRAP**, nº 10, out/1984.
- \_\_\_\_\_. *"Os Gastos com as Universidades Públicas"* in **Jornal Folha de São Paulo**, 07 de abril de 1991.
- EQUIPE DE PROFESSORES DA UFMG. *"Universidade Alternativa ou Alternativas para a Universidade"* in **Revista ANDE**, ano I, nº 1, 1981.
- FAGGIANI, Antônio. **O Comportamento Acadêmico nos Cursos de Graduação da Unicamp**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.
- FERNANDES, Florestan. **Educação e Sociedade no Brasil**. SP: Dominus Editora, 1966.
- \_\_\_\_\_. **O Desafio Educacional**. SP: Cortez/Autores Associados, 1989.
- \_\_\_\_\_. *"A Universidade Ambígua"* in **Revista Contexto**, nº 1, nov. 1976.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *"O Contexto Sócio Político Brasileiro e a Educação nas décadas de 70/90"* in **Revista Contexto e Educação**. n. 24, out/dez. 1991 - p. 43 a 57.
- FONSECA, Marília. *"O Banco Mundial e a Educação: reflexões sobre o Caso Brasileiro"* in GENTILI, Pablo (org.) **Pedagogia da Exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1995.
- FORACCHI, Marialice. **O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira**. SP: Ed. Nacional, 1977.
- GENTILI, Pablo. **A Pedagogia da Exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1995.
- GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)**. SP: Cortez, 1993.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação**. SP: Cortez Ed., 1992.

- GOLDENBERG, José. *"O Impacto da Avaliação na Universidade"* in DURHAM, Eunice e SCHWARTZMAN, Simon (orgs.) **Avaliação do Ensino Superior**. SP: Edusp, 1992.
- GOUVEIA, Aparecida Joly. **Democratização do Ensino e Oportunidades de Emprego**. SP: Ed. Loyola, 1981.
- HABERMAS, J. *"Técnica e Ciência como 'Ideologia'"* in **Coleção OS PENSADORES**. SP: Ed. Abril, 1975.
- IANNI, Octávio. *"A Idéia de Brasil Moderno"* in **RESGATE: Revista Interdisciplinar de Cultura do Centro de Memória da UNICAMP**. Campinas: Papirus, nº 1, 1990.
- \_\_\_\_\_. **O Colapso do Populismo no Brasil**. RJ: Ed. Civilização Brasileira, 1975.
- JACOBI, Pedro. *"Movimentos Populares Urbanos e Resposta do Estado: Autonomia e Controle versus Cooptação e Clientelismo."* In, BOSCHI, Renato Raul (org.) **Movimentos Coletivos no Brasil Urbano**. RJ: Zahar Ed., 1983.
- \_\_\_\_\_. *"Movimentos Sociais Urbanos numa Época de Transição: Limites e Potencialidades"*. In, SADER, Emi (org.) **Movimentos Sociais na Transição Democrática**. SP: Cortez Ed., 1987.
- LAMOUNIER, Bolívar. *"O Modelo Institucional dos Anos 30 e a Presente Crise Brasileira"* in **Estudos Avançados**. 6(14), 1992 - p. 39 a 57.
- LEO MAAR, Wolfgang. *"O Debate da Competência na Universidade"* in **Novos Estudos CEBRAP**, nº 16, dez/1986.
- MACEDO, Horácio. *"A Universidade num País Periférico"* in **Revista EM ABERTO**. Brasília: ano VIII, nº 43, jul/set. 1989.
- MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. RJ: Ed. Zahar, 1967.
- MARTINS, Heloisa Helena. *"Movimento Estudantil e Reforma Universitária"* in **Revista Contexto**, nº 1, nov/1976.
- MOISÉS, José Álvaro. *"O Estado, as Contradições Urbanas e os Movimentos Sociais"* in, MOISÉS, José Álvaro (et. al.) **Cidade, Povo e Poder**. RJ: Paz e Terra, 1985.
- \_\_\_\_\_. *"Protesto Urbano e Política: o quebra-quebra de 1947"* in, MOISÉS, José Álvaro (et. al.) **Cidade, Povo e Poder**. RJ: Paz e Terra, 1985.

MORAIS, João Francisco Regis. "Sobre a Questão das Extensões Universitárias" in **Revista Pro-**

**Posições**, nº 4, abr/1991.

\_\_\_\_\_. "Universidade: seus Desafios neste Final de Século" in **Revista Pro-**

**Posições**, vol. 3, nº 2, jul/1992.

O'DONNELL, Guilherme. **Análise do Autoritarismo Burocrático**. RJ: Paz e Terra, 1990.

\_\_\_\_\_. "Transições, continuidades e alguns paradoxos" in REIS, Fábio

Wanderley & O'DONNELL, Guilherme. **A Democracia no Brasil: dilemas e perspectivas**.

SP: Ed. Vértice, 1988.

OFFE, Claus. "Trabalho: A Categoria-Chave da Sociologia?" In, **Revista Brasileira de Ciências**

**Sociais**. Vol. 4, nº 10, jun/1989.

OLIVEIRA, Isabel de Assis Ribeiro de. "Estado e Trabalho na Sociologia Crítica de Claus Offe." In,

**Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Nº 13, ano 5, jun/1990.

PAOLI, Maria Célia. "Conflitos Sociais e Ordem Institucional: cidadania e espaço público no Brasil do

*século XX*" in **Revista da Ordem dos Advogados do Brasil**. SP: Brasiliense, nº 53, 1989.

PAOLI, Niuvenius. "Para Repensar a Universidade e a Pós-Graduação" in **Série Debates**. Campinas:

Ed. UNICAMP, 1985.

PATTO, Maria Helena S. **A Produção do Fracasso Escolar**. SP: T. A. Queiroz, 1993.

PAUL, J. J. "La Rationalité de L'Enseignement Supérieur Brésilien" in **RAPPORT**

**SCIENTIFIQUE**. Institut de Recherche Sur L'Économie de L'Éducation. Dijon, 1992.

PRANDI, Reginaldo. **Os Favoritos Degradados: ensino superior e profissões de nível universitário no**

**Brasil hoje**. SP: Ed. Loyola, 1982.

RABELO, Maria Aurora de M. "O Materialismo Histórico de Thompson e a Problemática dos

*Movimentos Sociais*." In, **Revista História e Perspectivas**. Uberlândia, nº 6, 1992.

RIBEIRO, Darcy. **A Universidade Necessária**. RJ: Paz e Terra, 1975.

RODRIGUES, José Honório. "O Ensino Superior da História e a Reforma Universitária" in **Revista**

**Civilização Brasileira**. RJ: Ed. Civilização Brasileira, ano IV, nº 21 e 22, set/dez. 1968 - p. 3 a

15.

ROMANELLI, Otaíza. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1978.

- ROSA, Maria Inês. "*Ensino Superior: ascensão ou redenção*" in **Cadernos de Pesquisa**, nº 74, ago/1990.
- ROUANET, Sérgio Paulo. **As Razões do Iluminismo**. SP: Companhia das Letras, 1989.
- RUIZ, Jefferson Lee de Souza. "*Cursos Noturnos e a Participação Popular*" in **Jornal Folha de São Paulo**, 20 de agosto de 1991.
- SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entraram em Cena**. RJ: Paz e Terra, 1988.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. SP: Cortez Editora, 1995.
- SAVIANI, D. "*A Estrutura do Ensino na Universidade Brasileira*" in **Revista ANDE**, ano I, nº 5, 1982.
- \_\_\_\_\_. **Política e Educação no Brasil**. SP: Cortez/Autores Associados, 1987.
- SOBRINHO, José Dias (org.) **Avaliação Institucional da UNICAMP: processo, discussão e resultado**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994.
- TELLES, Vera da Silva. "*Sociedade Civil e a Construção de Espaços Públicos*" in DAGNINO, Evelina (org.) **Anos 90: Política e Sociedade no Brasil**. SP: Ed. Brasiliense, 1994.
- THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria**. RJ: Zahar Ed. 1981.
- \_\_\_\_\_. **As Peculiaridades dos Ingleses**. Série Textos Didáticos. Campinas: IFCH/UNICAMP, nº 10, 1993.
- TRAGTENBERG, Maurício. "*O Conhecimento Expropriado e Reapropriado pela Classe Operária*" in PRADO JÚNIOR, Bento (et. all.) **Descaminhos da Educação Pós-68**. SP: Brasiliense, 1989.
- \_\_\_\_\_. "*Cursos Noturnos na Unicamp: uma Exigência Social*" in **Jornal Diário do Povo**, Campinas, 1983.
- UHLE, Águeda. "*O Isolamento Social da Universidade*" in **Revista Educação e Sociedade**, nº 18, ago/1984.
- UNICAMP. **Projeto Qualidade Graduação: Elementos para um Diagnóstico da Graduação da Unicamp**. UNICAMP, out. 1992.
- VÁRIOS. "*O Ensino Superior Noturno e a Democratização do Acesso à Universidade*" in **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, vol. 67, nº 157, set/dez. 1986.
- VOGT, Carlos. "*Em Defesa da Universidade Pública*" in **Jornal Folha de São Paulo**, 08 de maio de 1991.

\_\_\_\_\_. *"Em Defesa da Universidade Pública"* in **Revista Educação e Sociedade**, nº 42, ago./1992.

WARDE, Mirian Jorge. *"As Políticas das Organizações Internacionais para a Educação"* in **Revista Em Aberto**, ano 11, n. 56, out/dez. 1992.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: Ed. Unb, 1991.

\_\_\_\_\_. **Sobre a Universidade**. SP: Ed. Cortez, 1989.

WEFFORT, Francisco. **O Populismo na Política Brasileira**. RJ: Paz e Terra, 1980.

WOLFF, Robert Paul. **O Ideal da Universidade**. SP: Ed. Unesp, 1993.

## 2. Teses e Dissertações

BARBOSA, Ângela Maria. **Avaliação das Universidades Brasileiras: a polêmica do nosso tempo**.

(mimeo.) Dissertação de Mestrado. FE/Universidade Federal Fluminense, 1988.

BEZZON, Lara Andréa. **Análise do Perfil Sócio-Econômico-Cultural dos Ingressantes na UNICAMP**

**(1987-1994): democratização ou elitização?** (mimeo.) Dissertação de Mestrado.

IFCH/UNICAMP, 1995.

FONSECA, Dirce Mendes da. **UnB: Reformar para não Mudar**. (mimeo.) Dissertação de Mestrado.

FE/UNICAMP, 1986.

KAUCHAKJE, Samira. **Movimentos Sociais Urbanos no Brasil de 1983 a 1990**. (mimeo.) Dissertação

de Mestrado. FE/UNICAMP, 1992.

LIMA, Elói José da Silva. **A Criação da UNICAMP: administração e relações de poder numa**

**perspectiva histórica**. (mimeo.) Dissertação de Mestrado. FE/UNICAMP, 1989.

MARTINS, Carlos Benedito. **A Empresa Cultura no Brasil: um estudo de caso sobre o ensino**

**superior privatizado**. (mimeo.) Dissertação de Mestrado. PUC/São Paulo, 1979.

MENEGHEL, Stela Maria. **Zeferino Vaz e a Unicamp - uma trajetória e um modelo de**

**Universidade**. (mimeo.) Dissertação de Mestrado. FE/UNICAMP, 1994.

SANFELICE, José Luis. **Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao Golpe de 64**.

(mimeo.) Tese de Doutorado. PUC/São Paulo, 1985.

TEIXEIRA, Aloísio. **O Ajuste Impossível: um estudo sobre a desestruturação da ordem econômica mundial e seu impacto sobre o Brasil.** (mimeo.) Tese de Doutorado. IE/UNICAMP, 1993.

### **3. Documentos**

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO - Emendas da Comissão da Ordem Econômica e Social; Emendas do Anteprojeto e Emendas ao Projeto de Constituição.

CÂMARA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO CONSU (CEPE) - Atas de Reuniões de 1990 a 1992.

COMISSÃO CENTRAL DE GRADUAÇÃO (CCG) - Atas de Reuniões de 1988 a 1992.

CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSU) - Atas de Reuniões de 1990 a 1992.

COMISSÃO NACIONAL DE VESTIBULARES DA UNICAMP (CONVEST) - Relatórios do Perfil do Aluno da UNICAMP de 1990 a 1995.

FORUM "PRÓ CURSOS NOTURNOS" - Panfletos e boletins.

NACIONES UNIDAS. Comisión Económica para América Latina y el Caribe - CEPAL - (mimeo.) 21/03/1993.

UNESCO. Documento de Política para a Mudança e o Desenvolvimento na Educação Superior. (mimeo.) Caracas, fevereiro de 1995.

### **4. Jornais e Revistas**

Boletim da ASSUC.

Jornal da ADUNICAMP.

Jornal Diário do Povo - Campinas.

Jornal Folha de São Paulo, 1990 a 1992.

Jornal da UNICAMP.

Revista do Vestibulando da UNICAMP, 1989 a 1996.

## **5. Entrevistas**

Entrevista com o Deputado Ivan Valente (05/05/1995).

Entrevista com o Prof. Ricardo Bacci do Instituto de Matemática, Estatística e Computação da UNICAMP (maio de 1995).

## ERRATA:

Na página 1, última linha após a palavra crise, leia-se:

“Tornava-se fundamental uma retrospectiva acerca da história da universidade brasileira, buscando...”